



COPEL
Geração e Transmissão

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ Nº 04.370.282/0001-70

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" - CVM 2474-0

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL	4
1. DESTAQUES DO ANO	5
2. A COMPANHIA	6
3. ANÁLISE MACROECONÔMICA	7
4. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	8
5. MERCADO DE ENERGIA	10
6. DESEMPENHO OPERACIONAL	10
7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	15
8. PERFORMANCE ESG	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
Balanços Patrimoniais	34
Demonstrações de Resultados	36
Demonstrações de Resultados Abrangentes	37
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	38
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	39
Demonstrações do Valor Adicionado	41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
1. Contexto Operacional	43
2. Concessões e Autorizações	47
3. Base de Preparação	50
4. Políticas Contábeis Materiais	51
5. Caixa e Equivalentes de Caixa	58
6. Títulos e Valores Mobiliários	59
7. Clientes	59
8. Contas a Receber Vinculadas à Concessão	60
9. Ativos de contrato	61
10. Outros Créditos	62
11. Tributos	62
12. Depósitos Judiciais	65
13. Investimentos	66
14. Imobilizado	70
15. Intangível	74
16. Obrigações Sociais e Trabalhistas	75
17. Fornecedores	75
18. Empréstimos e Financiamentos	75
19. Debêntures	77
20. Benefícios Pós-emprego	79
21. Pesquisa e Desenvolvimento	83
22. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	84
23. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	85
24. Outras Contas a Pagar	87
25. Provisões para Litígios e Outras Provisões	87
26. Patrimônio Líquido	91
27. Receita Operacional Líquida	94
28. Custos e Despesas Operacionais	95
29. Resultado Financeiro	97
30. Segmentos Operacionais	97
31. Instrumentos Financeiros	100
32. Partes Relacionadas	107
33. Compromissos	109
34. Seguros	110
35. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	110
36. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	110
37. Eventos subsequentes	113
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	114
PARECER DO CONSELHO FISCAL	115
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	116
DECLARAÇÃO	123
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	124



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Prezados clientes, colaboradores e parceiros,

Apresentamos, com muita satisfação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2025.

Encerramos o ano de 2025 com resultados sólidos e avanços estratégicos que consolidam a Copel Geração e Transmissão como referência nacional em confiabilidade, eficiência e inovação no setor elétrico. No segmento de geração, nosso portfólio hídrico manteve desempenho robusto, apoiado na resiliência da matriz hidráulica e na capacidade de modulação horária das usinas, garantindo previsibilidade de resultados e geração adicional de receita. Na transmissão, fomos reconhecidos como a melhor transmissora do Brasil no 1º Prêmio ONS de Qualidade na Operação, reflexo direto da elevada disponibilidade dos ativos e da contribuição da Copel GeT para a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional. Esses resultados são sustentados por uma estratégia contínua de investimentos, que somou R\$ 627 milhões em 2025.

Mantemos esse desempenho por meio de uma gestão rigorosa orientada por indicadores consistentes. Seguimos entre as empresas com menor parcela variável (PV/RAP) do setor e preservamos nas Hidráulicas disponibilidades acima das referências regulatórias. No segmento eólico, avançamos com um plano estruturado de recuperação, que já apresenta melhorias concretas em direção às melhores práticas de mercado. Esses progressos reforçam nossa capacidade de execução e demonstram que estamos preparados para evoluir ainda mais, guiados por disciplina, inovação e uma visão clara de futuro.

Em 2025, concluímos operações estratégicas relevantes alinhadas à nossa visão de otimização de ativos. Finalizamos o descruzamento de participações com a Axia Energia, consolidando integralmente em nosso portfólio a Usina Hidrelétrica Jayme Canet Jr e a transmissora Mata de Santa Genebra (MSG). Esta reestruturação fortaleceu a previsibilidade de caixa e ampliou a geração de valor de longo prazo, com concessões que vencem após o ano de 2040.

Além disso, a Companhia concluiu o desinvestimento total dos pequenos ativos hídricos, que somavam 98,7 MW de capacidade instalada, com o objetivo de reduzir a complexidade operacional e regulatória, otimizar a alocação de capital e concentrar esforços em ativos de maior escala e retorno. Esta estratégia contribuiu para um portfólio mais eficiente e resiliente e liberou recursos para investimentos estruturantes, reforçando a criação de valor sustentável no longo prazo.

Por fim, realizamos o desinvestimento na Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, operação cujo equity value alcançou R\$ 1,7 bilhão. A transação evidenciou a agilidade e eficiência da Companhia na reciclagem de ativos e participações minoritárias, reforçando nossa capacidade de capturar valor e assegurar retornos consistentes.

Nesse contexto de fortalecimento operacional e estratégico, registramos, em 2025, um EBITDA recorrente de R\$ 2,9 bilhões, e um lucro líquido recorrente de R\$ 1,3 bilhão. A Copel GeT também avançou em práticas de sustentabilidade e inovação, integrando os princípios ESG às operações. A modernização de ativos e a busca por eficiência energética reforçam nosso compromisso com a transição energética e com a redução de impactos ambientais, ao mesmo tempo em que asseguram confiabilidade e competitividade no setor.

Ainda no ano de 2025, foi implementada pelo Grupo Copel uma intensa revisão da cultura interna, tema estruturante e indispensável para apoiar o momento atual de transformação. Este realinhamento de valores passa a orientar toda a Companhia na execução do planejamento estratégico de longo prazo, assegurando que a organização avance de forma coerente e consistente rumo à sua ambição de ser a empresa que mais gera valor no setor elétrico brasileiro. Encerramos 2025 preparados para os desafios futuros, com uma estrutura sólida, ativos estratégicos e uma gestão comprometida com a excelência e a segurança.

Moacir Carlos Bertol

Diretor Geral



1. DESTAQUES DO ANO

Copel GeT em Números

Consolidado Em R\$ mil	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	32.660.978	30.206.897	8,1
Caixa e equivalentes de caixa	2.312.909	1.682.854	37,4
Títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	608.370	434.379	40,1
Dívida total	10.958.820	9.307.359	17,7
Dívida líquida	8.037.541	7.190.126	11,8
Receita operacional bruta	5.686.086	5.117.775	11,1
Deduções da receita	(589.153)	(596.256)	(1,2)
Receita operacional líquida	5.096.933	4.521.519	12,7
Custos e despesas operacionais	(2.305.673)	(2.533.315)	(9,0)
Equivalência patrimonial	241.342	276.895	(12,8)
Resultado das atividades	2.791.260	1.988.204	40,4
Ebitda ou Lajida	3.760.576	3.098.239	21,4
Resultado financeiro	(942.909)	(606.512)	55,5
IRPJ/CSLL	(306.173)	(333.246)	(8,1)
Lucro operacional	2.089.693	1.658.587	26,0
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade	1.783.520	1.325.341	34,6
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações descontinuadas	18.898	(18.377)	-
Patrimônio líquido	15.104.658	14.239.413	6,1
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	899.446	1.091.866	(17,6)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,2	0,8	50,0
Liquidez geral (índice)	0,8	0,7	14,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	73,8	68,5	7,7
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	72,6	65,4	11,0
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	41,0	36,7	11,7
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	35,0	29,3	19,5
Participação de capital de terceiros (%)	53,8	52,9	1,7
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽²⁾	11,9	9,2	29,3

(1) Garantias de contratos da dívida

(2) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica (1)	⁽²⁾ 2,8	⁽³⁾ 19,6	⁽³⁾ 47,5
Transmissão de energia elétrica (4)	3,5	20,2	39,9

⁽¹⁾ Capacidade instalada da Copel Geração e Transmissão consolidada. Referência dez/25, conforme últimos dados disponíveis na CCEE

⁽²⁾ Considerada apenas a parcela pertencente ao Brasil da Usina de Itaipu

⁽³⁾ A Usina de Itaipu não é considerada na região Sul

⁽⁴⁾ O mercado refere-se à participação na Receita Anual Permitida - RAP outorgada, considerando a metade de cada ciclo.

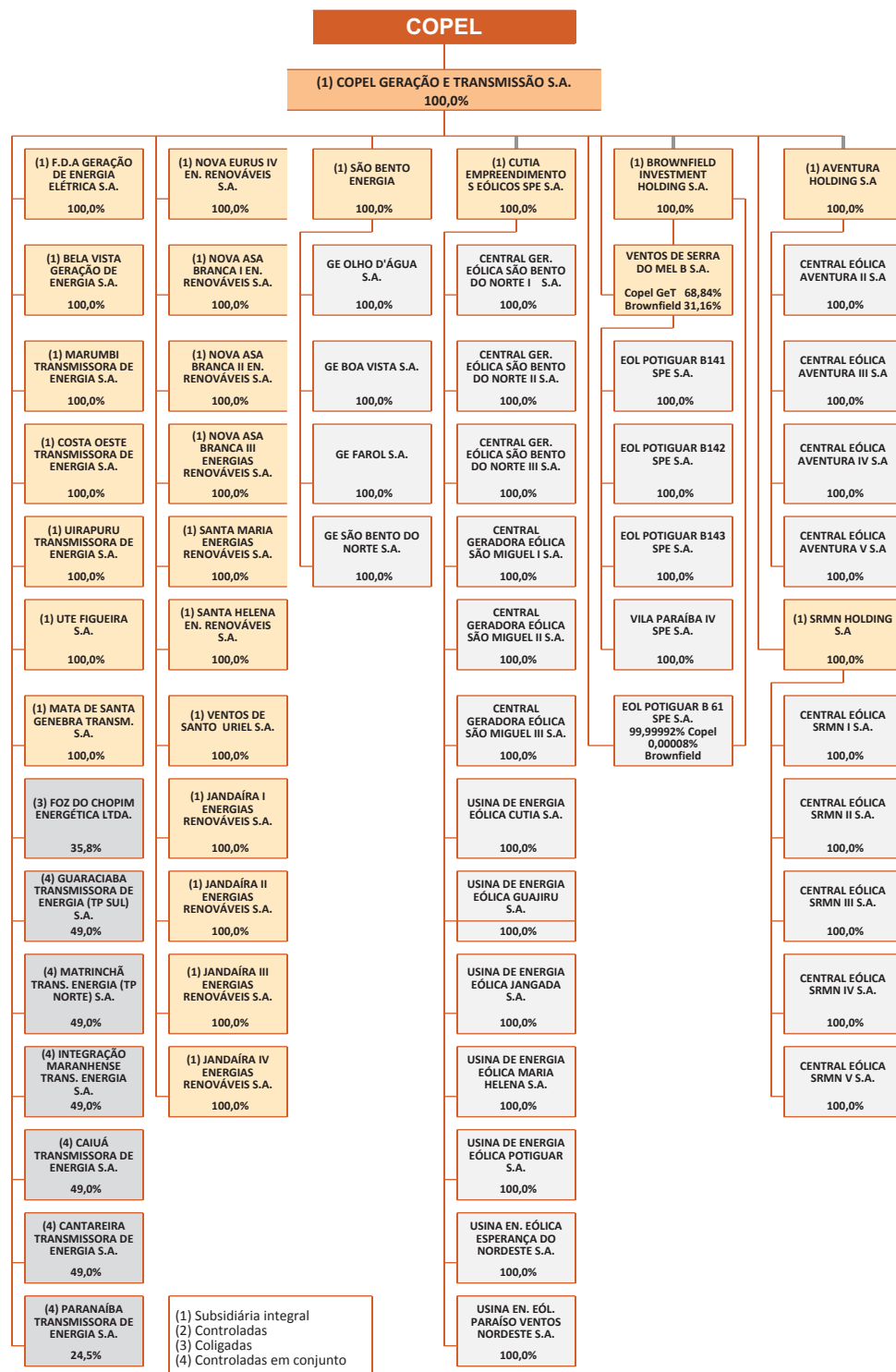
Prêmios e certificações em 2025

Prêmios / Certificações	Certificador
Norma ISO 56001 - ISO da Inovação	QMS Certification
Conectividade - Rede operativa	UTCAL Summit 2025
Prêmio ONS de Qualidade na Operação	ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico

2. A COMPANHIA

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Companhia, Copel GeT ou Copel Geração e Transmissão) é uma companhia aberta registrada na categoria “B”, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema de energia elétrica com parques geradores de usinas (hidrelétricas e eólicas), linhas de transmissão e subestações, inclusive em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Organograma societário em 31.12.2025



2.1. Segmentos de Negócios



3. ANÁLISE MACROECONÔMICA

O cenário macroeconômico brasileiro em 2025 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2,25%, acima das expectativas impulsionado por um mercado de trabalho aquecido no primeiro semestre. A desaceleração da atividade econômica projetada para o segundo semestre reflete os efeitos de uma política monetária contracionista com taxa básica de juros mantida em 15%. A inflação encerrou o ano em 4,26%, abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, beneficiada pela queda de preços de alimentos e bens industriais, embora serviços e preços administrados tenham mantido pressões inflacionárias.

O mercado de trabalho atingiu patamares históricos, com desemprego em 5,2% (menor desde 2012) e 103,2 milhões de pessoas ocupadas. A renda média real cresceu 4,5% em relação a 2024, refletindo a expansão da ocupação. No Paraná, o desempenho foi ainda melhor, com desemprego de 3,5% e PIB estadual crescendo 2,87% (janeiro a setembro), impulsionado pela agropecuária (12,76%), serviços (2,42%) e indústria (0,25%).

Do ponto de vista fiscal, o país enfrentou desafios estruturais com ajustes de despesas para respeitar o novo arcabouço fiscal, mantendo déficit primário controlado. Persistem alertas sobre sustentabilidade da dívida e necessidade de medidas adicionais para estabilizar as contas públicas e reforçar a confiança dos agentes econômicos.

4. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Na sequência são apresentados os principais destaques regulatórios por segmento.

Geração

Em 2025, o setor de geração de energia elétrica brasileiro continua em crescimento, com uma matriz elétrica impulsionada principalmente pelas usinas solares e eólicas na região Nordeste. De acordo com dados do Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao final de 2025 o país alcançou aproximadamente 216.320 MW de potência fiscalizada, mantendo cerca de 84,5% de sua matriz oriunda de fontes renováveis. O incremento verificado ao longo de 2025 foi de cerca de 7.390 MW, um avanço sustentado majoritariamente pelas fontes solar fotovoltaica e eólica, que juntas responderam por mais de 80% da nova capacidade adicionada no período.

Dentre os eventos identificados em 2025, os principais com impacto no segmento de geração são os seguintes:

- Resolução Normativa (RN) nº 1.129/2025, que aprovou a revisão da Resolução Normativa nº 1.064/2023, em decorrência da necessidade de revisão da matriz de classificação de barragens em função da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH nº 241/2024.
- Discussões judiciais relacionadas às regras do Leilão de Reserva de Capacidade – LRCAP, resultaram em abril/2025 no seu cancelamento, porém, na sequência foi efetuada abertura de nova consulta pública, o agendamento de novas datas para o ano de 2026 e uma reestruturação da proposta, com a divisão em dois certames de acordo com as fontes: (i) LRCAP na forma de Potência de 2026 – UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs, e o (ii) LRCAP na forma de Potência de 2026 – UTEs a Óleo e Biodiesel, com previsão para realização nos dias 18 e 20 março de 2026 respectivamente, de acordo com as Portarias MME 118 e 119/2025.
- Realização pela Aneel da Consulta Pública nº 035/2025 para obter subsídios no âmbito da minuta do edital do leilão LRCAP de 2026, com a participação ativa da Copel, que submeteu contribuições relevantes para o referido edital.
- Realização pela Aneel da 3ª fase da Consulta Pública nº 45/2019 com vistas a aprimorar os critérios operativos para redução ou limitação da geração a partir da definição dos critérios a serem adotados para o rateio dos cortes. Esta Consulta Pública ainda está em análise pelo órgão regulador.
- Em dezembro/2025 a Aneel publicou a Consulta Pública nº 045/2025 para obter subsídios relacionada a metodologia de cálculo do Saldo do Uso de Bem Público (UBP) a ser repactuado, nos termos do artigo 4º da Lei nº 15.235/2025. A repactuação ocorre por meio da redução percentual do saldo vincendo do UBP para as usinas elegíveis e a expectativa é que sua conclusão ocorra ainda no primeiro semestre/2026. Verifica-se que a Elejor S.A., empresa controlada pela Copel, está enquadrada no caso em tela.
- No âmbito do MME, teve início a Consulta Pública nº 210/2025 em 31/12/2025, para regulamentar o *curtailment* no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica com a celebração de termo de compromisso entre os agentes do setor e o poder concedente, com vistas a disciplinar o custeio dos passivos retroativos de cortes de geração. A expectativa é que este procedimento, disciplinado pela lei nº 15.269/2025, seja concluído até meados de 2026.

Mesmo com volatilidade e intermitência crescente, a matriz hidráulica no Sul e a capacidade de modulação horária da hidrelétrica geram resiliência de preços e receita adicional, refletindo uma gestão eficiente de risco hidrológico e da operação.

Transmissão

Em 17.07.2025, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória - RH nº 3.481, estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas - RAP para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2025-2026, com vigência de 1º.07.2025 até 30.06.2026. De acordo com esta resolução, a RAP para o ciclo 2025-2026 dos ativos de transmissão em operação da Copel GeT e suas participações passou a ser de R\$ 1.811,2 milhões, aumento de aproximadamente 1,9%, já considerando os efeitos da redução do componente Financeiro da Rede Básica Sistema Existente - RBSE. Por meio da REH nº 3.467/2025, a Aneel fixou o reposicionamento tarifário da RAP a ser aplicado sobre o componente Financeiro da RBSE vigente em 1º.07.2018. Com a definição dos novos valores, houve uma redução de aproximadamente 16% para as concessões renovadas afetadas pela decisão. Para o contrato de concessão nº 060/2001 da Copel GeT, o valor homologado foi de R\$ 176 milhões (preços de junho/2025). Como referência, o valor no ciclo 2024-2025 (preços de junho/2024) foi de R\$ 209 milhões.

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.475/2025, a Aneel aprovou a revisão da RAP dos Contratos de Concessão relativos aos empreendimentos licitados e com data de revisão em julho de 2025. Para a Copel GeT, o valor homologado foi de R\$ 61,2 milhões (preços de junho/2025), com um reposicionamento total de RAP de 4,9%. Como referência, o valor no ciclo 2024-2025 (preços de junho/2024) foi de R\$ 58,3 milhões.

A Aneel publicou em 21.10.2025 a REN nº 1.137/2025 que trata de ações para aumento da resiliência do sistema de transmissão a eventos climáticos severos. Neste contexto, a resolução promoveu alterações no Módulo 4 dos Procedimentos de Rede, incluindo seção relativa à regulamentação dos Planos de Contingência de Instalações de Transmissão de Rede Básica. A medida aumenta a confiabilidade do Sistema Interligado, especialmente, com vistas ao enfrentamento dos desafios climáticos que vem sendo experimentados no Brasil.

Em cumprimento ao Decreto Federal nº 11.314/2022 e, em continuidade a Tomada de Subsídios nº 8/2024 (2ª fase), em dezembro/2025 a Aneel iniciou a Consulta Pública nº 43/2025 para regulamentar a relicitação e a prorrogação de concessões de transmissão. A expectativa é que o resultado desta CP seja divulgado em 2026.

Por fim, observa-se no âmbito do MME a Consulta Pública nº 185/2025 que trata da 1ª emissão do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica – POTEE/2025, focando em ampliações e reforços da Rede Básica, definindo obras prioritárias para expansão do sistema elétrico nos próximos anos. No Paraná estão incluídas obras na SE Barigui 2, SE Uberaba, SE Curitiba-Oeste e na LT Canoinhas-Ponta Grossa com 137 km de extensão.



5. MERCADO DE ENERGIA

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de contratos e volume da energia comercializada pela Copel GeT e suas subsidiárias em 2025:

	Nº de consumidores / contratos			Energia Vendida (GWh)					
	Dez/25	Dez/24	Δ%	2025	2024	Δ%	4T25	4T24	Δ%
Copel GeT + FDA + Bela Vista	388	568	(31,7)	15.659	16.078	(2,6)	3.569	3.761	(5,1)
CCEAR (Copel DIS)	3	4	(25,0)	161	127	26,8	45	33	36,4
CCEAR (outras concessionárias)	64	119	(46,2)	2.028	2.345	(13,5)	424	609	(30,4)
Contratos Bilaterais (Copel COM)	316	441	(28,3)	13.148	13.053	0,7	3.061	3.039	0,7
Contratos Bilaterais ¹	5	4	25,0	1.476	167	>300	720	35	>300
CCEE (MCP) ²	—	—	—	(1.154)	386	<300	(681)	45	(1.613,3)
Complexos Eólicos	703	624	12,7	4.772	4.526	5,4	1.149	1.238	(7,2)
CCEAR (Copel DIS)	19	19	—	135	128	5,5	35	32	9,4
CCEAR (outras concessionárias)	654	580	12,8	2.685	2.507	7,1	688	655	5,0
CER	10	10	—	913	924	(1,2)	230	230	—
Contratos Bilaterais (Copel COM)	5	4	25,0	518	453	14,3	112	137	(18,2)
Contratos Bilaterais	15	11	36,4	660	583	13,2	183	164	11,6
CCEE (MCP) ²	—	—	—	(139)	(69)	101,4	(99)	20	(595,0)
Total GeT Consolidado	1.091	1.192	(8,5)	20.431	20.604	(0,8)	4.718	4.999	(5,6)

Obs.: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

1 Inclui Contratos de Venda no Curto Prazo e CBR - Contrato Bilateral Regulado.

2 Valores negativos significam que houve mais compra do que venda.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, a Companhia tem como principal objetivo investir em fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável.

GERAÇÃO

Em 31.12.2025, a Copel operava 50 usinas próprias e participava em 1 usina, sendo 8 hidrelétricas, 42 eólicas e uma termelétrica, com capacidade instalada total proporcional de 5.993,7 MW e garantia física de 2.576,3 MW médios, conforme quadro a seguir:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Hidrelétricas							
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	1.240,0	553,4	100%	1.240,0	553,4	18.02.1999	19.11.2054
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	1.260,0	552,8	100%	1.260,0	552,8	29.09.1992	19.11.2054
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	567,6	100%	1.676,0	567,6	01.10.1980	19.11.2054
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	260,0	103,6	100%	260,0	103,6	03.09.1971	03.01.2053
UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá) (1)	363,1	188,5	100%	363,1	188,5	23.11.2012	28.06.2049
PCH Derivação do Rio Jordão	6,5	5,9	100%	6,5	5,9	02.12.1997	21.06.2032
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	07.07.2034
Total das Hidrelétricas	4.864,5	2.010,8		4.845,8	1.997,7		
Termelétricas							
UTE Figueira (2)	20,0	17,7	100%	20,0	17,7	08.04.1963	26.03.2019
Total das Termelétricas	20,0	17,7		20,0	17,7		

continua

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Eólicas							
Santa Maria	29,7	15,7	100%	29,7	15,7	23.04.2015	08.05.2047
Santa Helena	29,7	16,0	100%	29,7	16,0	06.05.2015	09.04.2047
Olho d'Água	30,0	12,8	100%	30,0	12,8	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	100%	30,0	11,3	25.02.2015	19.05.2046
Eurus IV	27,0	12,4	100%	27,0	12,4	20.08.2015	27.04.2046
Asa Branca I	27,0	12,1	100%	27,0	12,1	05.08.2015	25.04.2046
Asa Branca II	27,0	11,9	100%	27,0	11,9	15.09.2015	31.05.2046
Asa Branca III	27,0	12,3	100%	27,0	12,3	04.09.2015	31.05.2046
Farol	20,0	8,8	100%	20,0	8,8	25.02.2015	20.04.2046
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	100%	16,2	9,0	22.05.2015	09.04.2047
Boa Vista	14,0	5,2	100%	14,0	5,2	25.02.2015	28.04.2046
Cutia	23,1	9,6	100%	23,1	9,6	22.12.2018	05.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	100%	27,3	9,1	29.12.2018	11.05.2050
Guajiru	21,0	8,3	100%	21,0	8,3	29.12.2018	05.01.2042
Jangada	27,3	10,3	100%	27,3	10,3	29.12.2018	05.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	100%	27,3	12,0	29.12.2018	05.01.2042
Potiguar	27,3	11,5	100%	27,3	11,5	29.12.2018	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	100%	27,3	10,6	05.01.2019	11.05.2050
São Bento do Norte I	23,1	10,1	100%	23,1	10,1	31.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	100%	23,1	10,8	29.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	10,2	100%	23,1	10,2	09.04.2019	04.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	100%	21,0	9,3	14.02.2019	04.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	100%	21,0	9,1	02.02.2019	04.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	100%	21,0	9,2	14.02.2019	04.08.2050
Vila Ceará I (Paraíba IV)	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	19.12.2020	14.01.2054
Vila Maranhão I	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	11.02.2021	11.01.2054
Vila Maranhão II	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	31.03.2021	14.01.2054
Vila Maranhão III	32,0	16,6	100%	32,0	16,6	29.09.2020	14.01.2054
Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	100%	58,9	28,6	11.06.2021	06.12.2054
Jandaíra Energias Renováveis I	10,4	5,6	100%	10,4	5,6	18.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis II	24,3	12,3	100%	24,3	12,3	18.10.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis III	27,7	14,8	100%	27,7	14,8	10.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis IV	27,7	14,2	100%	27,7	14,2	15.10.2022	02.04.2055
Aventura II	21,0	13,1	100%	21,0	13,1	08.07.2021	05.06.2053
Aventura III	25,2	15,5	100%	25,2	15,5	08.07.2021	11.06.2053
Aventura IV	29,4	18,5	100%	29,4	18,5	08.07.2021	05.06.2053
Aventura V	29,4	17,9	100%	29,4	17,9	08.07.2021	05.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo I	33,6	17,3	100%	33,6	17,3	08.02.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo II	29,4	17,2	100%	29,4	17,2	01.12.2021	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo III	33,6	21,5	100%	33,6	21,5	05.01.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo IV	33,6	21,0	100%	33,6	21,0	01.01.2022	01.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo V	25,2	15,8	100%	25,2	15,8	18.12.2021	01.06.2053
Total das Eólicas	1.127,9	560,9		1.127,9	560,9		
TOTAL DAS FONTES	6.012,4	2.589,4		5.993,7	2.576,3		

(1) Em 30.05.2025 houve conclusão do processo de descruzamento de ativos. (NE nº 36)

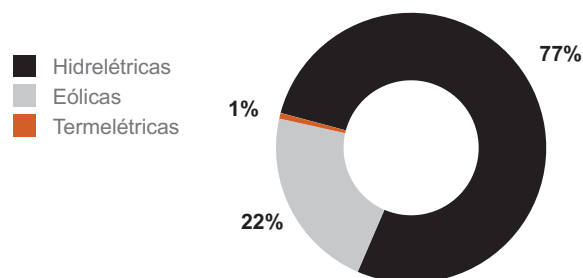
(2) Em 25.11.2024, celebrou-se CCVA com a Electra/Intrepid, referente ao desinvestimento de ativos de pequeno porte. (NE nº 36)

DESTAQUES EM GERAÇÃO

No segmento de geração de energia elétrica, destacamos:

- **Descruzamento de Ativos:** Em 30.05.2025 a Copel GeT concluiu o descruzamento de ativos com a Axia Energia, consolidando a totalidade das participações na Usina Hidrelétrica Mauá e na Transmissora Mata de Santa Genebra. Em contrapartida, transferiu integralmente a sua participação na Usina Hidrelétrica Colíder e o valor de R\$ 196,6 milhões no fechamento da Operação. Mais informações podem ser consultadas no [Fato Relevante 03/25](#). (NE n° 1.2)

Parque de Geração
Garantia Física por Fonte



- **Desinvestimento em Ativos de Geração de Pequeno Porte:** Em 31.03.2025, a Companhia realizou o closing parcial dos desinvestimentos dos ativos de pequeno porte, com o recebimento do valor de R\$ 219,5 milhões (49,0% do total da transação), após cumpridas todas as condições precedentes relativas aos ativos envolvidos neste Fechamento. Os ativos que consolidam esta etapa de fechamento foram constituídos pela totalidade do Bloco 1 apresentado no Teaser, adicionado da UHE Guaricana, totalizando 60,4 MW de capacidade instalada. Em 30.04.2025, foi realizado o closing parcial da PCH Chaminé, de 18 MW de capacidade instalada, no montante de R\$ 82,6 milhões. Com as operações, a Companhia concluiu 67,0% do desinvestimento total. Em 10.07.2025, a Companhia realizou o closing das PCHs Cavernoso I e II, de 20,3 MW de capacidade instalada, com o recebimento do valor de R\$ 123,3 milhões (27,0% do total da transação), após cumpridas todas as condições precedentes relativas aos ativos envolvidos na operação. Com isso, a Companhia concluiu 100% do desinvestimento dos pequenos ativos que compõem a transação (Blocos 1 e 2), apresentados no teaser, e que correspondem a 98,7 MW de capacidade instalada. O valor do desinvestimento da UTE Figueira (Bloco 3) será recebido conforme atendimento às condições precedentes usuais estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA. (NE n° 36.1).
- **Desinvestimento na UHE Baixo Iguaçu:** Em 22.10.2025, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento na Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, cujo equity value totalizou R\$ 1.683,3 milhões, após o cumprimento de todas as condições precedentes e a obtenção das aprovações pelos órgãos competentes. O desinvestimento evidencia a agilidade e eficiência da Copel na reciclagem de ativos e participações minoritárias. Para maiores informações acesse o [Fato Relevante 10/25](#). (NE n° 36.3).

TRANSMISSÃO

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação, correspondente a 9.687 km de linhas de transmissão, com potência de transformação de suas subestações na ordem de 21.112 MVA (megavolt amperes).

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação em 31.12.2025

Linhas e Subestações de Transmissão		Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				3.397	15.040		
Contrato nº 060/2001	Instalações de transmissão diversas (1)	Ambos	Diversas	2.132	13.090	Diversos	01.01.2043
Contrato nº 075/2001	LT Bateias - Jaguariaíva	CS	230 kV	137	—	01.11.2003	17.08.2031
Contrato nº 006/2008	LT Bateias - Pilarzinho	CS	230 kV	32	—	14.09.2009	17.03.2038
Contrato nº 027/2009	LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	525 kV	117	—	06.12.2012	19.11.2039
Contrato nº 010/2010	LT Araraquara 2 - Taubaté	CS	500 kV	334	—	27.07.2018	06.10.2040
Contrato nº 015/2010	SE Cerquilho III	—	230/138 kV	—	300	01.06.2014	06.10.2040
Contrato nº 022/2012	LT Londrina - Figueira C2	CS	230 kV	92	—	30.06.2015	27.08.2042
	LT Foz do Chopim - Salto Osório C2	CS	230 kV	10	—		
Contrato nº 002/2013	LT Assis - Paraguaçu Paulista II C1 e C2	CD	230 kV	83	—	25.01.2016	25.02.2043
	SE Paraguaçu Paulista II	—	230 kV	—	150		
Contrato nº 005/2014	LT Bateias - Curitiba Norte	CS	230 kV	31	—	29.07.2016	29.01.2044
	SE Curitiba Norte	—	230/138 kV	—	300		
Contrato nº 021/2014	LT Foz do Chopim - Realeza	CS	230 kV	52	—	05.03.2017	05.09.2044
	SE Realeza	—	230/138 kV	—	300		
Contrato nº 022/2014	LT Assis - Londrina C2	CS	500 kV	122	—	05.09.2017	05.09.2044
Contrato nº 006/2016	SE Medianeira Norte	—	230/138 kV		300	09.06.2019	07.04.2046
	SE Andirá Leste		230/138 kV		300	07.09.2019	07.04.2046
	SE Curitiba Centro		230/138 kV		300	04.09.2019	07.04.2046
	SE Baixo Iguaçu		230 kV			21.12.2020	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C1	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C2	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Realeza Sul	CS	230 kV	37		04.08.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Leste - Blumenau	CS	525 kV	145		28.03.2021	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	230 kV	57		21.12.2020	07.04.2046

continua

Linhas e Subestações de Transmissão		Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Sociedades de Propósito Específico					6.290	6.072		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 001/2012	LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	100,0%	CS	230kV	29			
	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul		CS	230 kV	130	—	31.08.2014	12.01.2042
	SE Umuarama Sul		—	230/138 kV	—	300	27.07.2014	
Caiuá Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 007/2012	LT Umuarama - Guaíra	49,0%	CS	230 kV	105	—	12.05.2014	10.05.2042
	LT Cascavel Oeste - Cascavel Norte		CS	230 kV	37	—	02.07.2014	
	SE Santa Quitéria - SF6		—	230/138/13, 8 kV	—	400	01.06.2014	
	SE Cascavel Norte		—	230/138 kV	—	300	02.07.2014	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 008/2012	LT Curitiba - Curitiba Leste	100,0%	CS	525 kV	29	—	28.06.2015	10.05.2042
	SE Curitiba Leste		—	525/230 kV	—	672		
Integração Maranhense e Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 011/2012	LT Açailândia - Miranda II	49,0%	CS	500 kV	365	—	02.12.2014	10.05.2042
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.								
Contrato nº 012/2012	LT Paranatinga - Ribeirãozinho	49,0%	CD	500 kV	710	—	29.07.2016	10.05.2042
	LT Paranaíta - Cláudia		CD	500 kV	594	—	09.10.2015	
	LT Cláudia - Paranatinga		CD	500 kV	708	—	29.07.2016	
	LT Sinop - Intersecção Santa Carmen		CS	500 kV	21	—	09.10.2015	
	SE Paranaíta		—	500 kV	—	—	09.10.2015	
	SE Cláudia		—	500 kV	—	—	09.10.2015	
	SE Paranatinga		—	500 kV	—	—	29.07.2016	
	SE Sinop		—	500 kV	—	800	09.10.2015	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (1)								
Contrato nº 001/2014	SE Fernão Dias	100,0%	—	500/440 kV	—	3.600	07.02.2020	15.05.2044
	LT Bateias - Itatiba		CS	500 kV	414	—	05.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Itatiba		CS	500 kV	223	—	24.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Fernão Dias		CS	500 kV	250	—	03.05.2020	
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 013/2012	LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte C3	49,0%	CS	500 kV	240	—	30.08.2016	10.05.2042
	LT Rio Verde Norte - Marimbondo II		CD	500 kV	690	—		
	SE Marimbondo II		—	500 kV	—	—		
	SE Rio Verde		—	500 kV	—	—		
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas	24,5%	CS	500 kV	244	—	30.01.2017	02.05.2043
	LT Rio das Éguas - Luziânia		CS	500 kV	350	—		
	LT Luziânia - Pirapora 2		CS	500 kV	373	—		
Cantareira Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 019/2014	LT Estreito - Fernão Dias C1 e C2	49,0%	CD	500 kV	656	—	05.03.2018	05.09.2044
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Contrato nº 02/2005	LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100,0%	CS	500 kV	122	—	09.07.2006	05.03.2035
Total					9.687	21.112		

(1) Em 30.05.2025 houve conclusão do processo de descruzamento de ativos. (NE nº 36)

As concessões de transmissão em operação geram atualmente uma Receita Anual Permitida (RAP) à Copel GeT de R\$ 1,8 bilhão, proporcional à sua participação nos empreendimentos

DESTAQUES EM TRANSMISSÃO

No segmento de transmissão de energia destacamos:

- **Descruzamento de Ativos:** Conforme divulgado anteriormente, em 30.05.2025 a Copel GeT concluiu o descruzamento de ativos com a Axia Energia, consolidando a totalidade das participações na Usina Hidrelétrica Mauá e na Transmissora Mata de Santa Genebra. Mais informações podem ser consultadas no [Fato Relevante 03/25](#) (NE nº 1.2).



- **Obras em andamento:** em 2025 foram emitidas as seguintes resoluções autorizativas para obras da Copel GeT com o objetivo ampliar e melhorar as instalações existentes:

Resolução Autorizativa	Descritivo	Investimento R\$ milhões	RAP R\$ milhões	Prazo Operacional Comercial
15.817/2025	Implantação de reforços na subestação 525 kV Bateias	~32,6	~5,5	jan/28
16.297/2025	Implantação de reforços na subestação 500 kV Fernão Dias, sob concessão da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A	~127,2	~17,4	jan/29

Despacho SEC/Aneel	Descritivo	Investimento R\$ milhões	RAP R\$ milhões	Prazo Operacional Comercial
61/2025	Implantação de reforços na subestação 230 kV Realeza Sul,	~32,6	~4,4	jul/27
1.172/2025	Implantação de reforços nas subestações 230 kV Guaíra e Distrito Industrial de São José dos Pinhais	~24,4	~4,2	set/27
3.352/2025	Seccionamento da LT 230 kV Cascavel – Medianeira Norte na SE Cascavel Oeste, com a implantação trecho de circuito duplo entre o ponto de seccionamento e a subestação Cascavel Oeste e dois módulos de entrada de linha na subestação Cascavel Oeste	~26,8	~4,5	nov/28
3.722/2025	Implantação de reforços na subestação 230 kV Pilarzinho	~26	~4,3	jul/28

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Receita Operacional Líquida

Consolidado - Em R\$ Mil	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Suprimento de energia elétrica	3.702.173	3.373.846	328.327	9,7
Disponibilidade da rede elétrica	1.089.027	990.677	98.350	9,9
Receita de construção	275.626	123.512	152.114	123,2
Outras receitas operacionais	30.107	33.484	(3.377)	(10,1)
	5.096.933	4.521.519	575.414	12,7

A variação da Receita Operacional Líquida decorre principalmente de:

- 1) aumento de 9,7% em **Suprimento de Energia Elétrica** sobretudo pelo melhor desempenho da Copel GeT no Mercado de Curto Prazo (MCP), em especial, com a modulação do portfólio de geração hidrelétrica diante do comportamento do PLD do submercado Sul, e do maior volume de energia vendida para contratos bilaterais. No segmento de geração eólica, houve redução da provisão para desvio de geração, decorrente do ressarcimento de *curtailment* para os contratos ACR, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025;
- 2) incremento de 9,9% em **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** decorrente essencialmente da consolidação das receitas da Mata de Santa Genebra a partir de junho de 2025 compensado pelos efeitos de revisão da RAP e do impacto negativo de R\$ 115,1 milhões, em função da revisão dos valores do componente financeiro da RAP na Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), conforme Resolução Homologatória nº 3.467/2025 da Aneel.
- 3) variação em **Receita de Construção** decorrente dos maiores gastos com obras de infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

Consolidado - Em R\$ Mil	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	478.140	184.712	293.428	158,9
Encargos de uso da rede elétrica	510.429	572.982	(62.553)	(10,9)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	—	936	(936)	(100,0)
Pessoal e administradores	297.824	350.899	(53.075)	(15,1)
Planos previdenciário e assistencial	69.361	78.271	(8.910)	(11,4)
Material	38.361	20.635	17.726	85,9
Serviços de terceiros	271.345	285.977	(14.632)	(5,1)
Perdas estimadas, provisões e reversões	21.451	79.972	(58.521)	(73,2)
Depreciação e amortização	727.974	833.140	(105.166)	(12,6)
Custo de construção	245.239	95.610	149.629	156,5
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(354.451)	30.181	(384.632)	(1.274,4)
	2.305.673	2.533.315	(227.642)	(8,99)

A variação dos Custos e despesas operacionais decorre principalmente de:

- 1) aumento em **Energia Elétrica Comprada para Revenda** principalmente pelo maior volume de energia comprada principalmente da Copel Comercialização, pelo maior preço da energia e pelo cenário hidrológico;
- 2) redução de 15,1% de despesas com **Pessoal e Administradores** em razão, principalmente, da redução do quadro de empregados que impactou na queda do total dos custos com remuneração, encargos e auxílios, e do menor valor de provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores. Estes eventos foram compensados pelo acréscimo dos honorários de administradores e Incentivos a Longo Prazo (ILP) e pela atualização salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho;
- 3) decréscimo de 5,1% em **Serviços de terceiros** especialmente pela redução dos custos com manutenção de instalações, tendo em vista principalmente as reformas dos imóveis da Companhia realizadas em 2024 e não recorrentes em 2025;
- 4) redução de 73,2% em **Perdas estimadas, Provisões e Reversões** decorrente principalmente de menores valores de provisões para litígios cíveis e trabalhistas, do menor valor de PECLD neste ano, além da reversão de *impairment* registrada em 2024, não recorrente em 2025;
- 5) decréscimo em **Depreciação e amortização**, efeito da cessação de depreciação de ativos que estiveram na condição de mantidos para venda durante o ano de 2025, além da mudança de estimativa da depreciação e amortização de ativos da GET em função da renovação das concessões ocorridas em 2024;
- 6) variação em **Outros Custos e Despesas Operacionais** devido ao ganho de capital com os desinvestimentos dos ativos de pequeno porte e da UHE Baixo Iguaçu e ao resultado do descruzamento de ativos com a Axia Energia, além do ressarcimento do *curtailment* para os contratos ACL em decorrência da Lei 15.269/2025.

7.3. Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial de 2025 no montante de R\$ 241,3 milhões foi 12,8% inferior aos R\$ 276,9 milhões em 2024, consequência principalmente da consolidação de 100% da transmissora Mata de Santa Genebra S.A. - MSG, a partir de 1º.06.2025.

7.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ -336,4 milhões devido principalmente às novas emissões de debêntures realizadas em 2025, a atualização monetária de passivos existentes, bem como pela variação do CDI em 2,8 p.p., entre o final de 2024 e 2025. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento de receitas financeiras no período, principalmente decorrente de aumento do rendimento sobre aplicações financeiras.

7.5. Ebitda

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

GeT Consolidada - Em R\$ milhões	GeT Consolidada		
	2025	2024	Δ
Lucro líquido do exercício	1.802,4	1.307,0	37,9 %
Lucro líquido do exercício - operações descontinuadas	(18,9)	18,4	(202,7)%
IRPJ e CSLL diferidos	135,4	168,8	(19,8)%
Provisão IRPJ e CSLL	170,8	164,5	3,8 %
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	942,9	606,5	55,5 %
Lajir/Ebit	3.032,6	2.265,2	33,9 %
Depreciação e Amortização	728,0	833,1	(12,6)%
Lajida/Ebitda	3.760,6	3.098,3	21,4 %
Itens não recorrentes			
(-/+) Plano de Demissão Voluntária	8,7	4,0	117,5 %
(-/+) Alienação de Ativos/descruzamento	(491,0)	(264,4)	85,7 %
(-/+) Ressarcimento Curtailment	(265,7)	—	-
(-/+) Ebitda op. descontinuadas	—	(27,4)	—
(-/+) Equivalência Patrimonial	(241,3)	(276,9)	—
(-/+) Diferença Receita Transmissão Societária/Regulatória	148,2	6,5	—
Lajida/Ebitda Recorrente	2.919,5	2.540,1	14,9 %

O Ebitda totalizou R\$ 3.760,6 milhões em 2025 contra R\$ 3.098,3 milhões em 2024, aumento de 21%. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela estratégia que combina a modulação eficiente dos recursos do portfólio, a identificação de janelas de oportunidade com preços atrativos, incorporação de MSG e redução de custos e despesas.

7.6. Lucro Líquido

Em 2025, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 1.802,4 milhões, sendo 37,9% superior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 1.307,0 milhões. O acréscimo decorre principalmente da variação do Ebitda e do resultado financeiro, já detalhados, além do menor valor de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude do maior benefício fiscal do JCP nesse exercício.

7.7. Valor Adicionado

No exercício de 2025, a Copel Geração e Transmissão apurou R\$ 4.677,6 milhões de Valor Adicionado - total (20,7)% superior ao ano anterior, no montante de R\$ 3.874,4 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2025	2024	Variação %
Pessoal	7,6%	10,3%	(26,2)
Governo	23,2%	29,3%	(20,8)
Terceiros	31,1%	26,2%	18,7
Acionistas	17,5%	20,4%	(14,2)
Retido	20,6%	13,8%	49,3
Total	100,0%	100,0%	—

7.8. Programa de Investimentos

O quadro abaixo apresenta os valores dos programas de investimentos realizados e os previstos para 2026, aprovados pelo Conselho de Administração:

Subsidiária	Realizado		Previsto	Variação %
	2025	2024	2026	2025-2024
Geração de energia	52,8	40,0	314,2	32,0
Transmissão de energia	245,9	124,6	449,8	97,4
Empreendimentos eólicos	94,7	39,6	127,3	139,1
Outros (1)	233,3	58,8	80,3	296,8
Total	626,7	263,0	971,6	138,3

(1) Inclui aquisição de R\$ 196,6 milhões da consolidação de UHE Mauá e MSG

7.9. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, visando à ampliação e à modernização dos negócios ligados a geração e transmissão de energia. O endividamento da Copel GeT em 2025 consolidou a dívida de Mata de Santa Genebra e Mauá e dos investimentos realizados no exercício.

Em 2025 foram obtidos os recursos a seguir:

Ingressos (Em R\$ milhões)	Empresa	Financiador	Valor
BB/BNDES UHE Mauá Eletrobras 21 ⁽¹⁾	Copel Geração e Transmissão	BB/BNDES	35.226,0
BNDES UHE Mauá Eletrobras 08 ⁽¹⁾	Copel Geração e Transmissão	BNDES	38.912,0
Debêntures - 10ª emissão 1ª série	Copel Geração e Transmissão	Debêntures	500.000,0
Debêntures - 10ª emissão 2ª série	Copel Geração e Transmissão	Debêntures	500.000,0
Debêntures - 10ª emissão 3ª série	Copel Geração e Transmissão	Debêntures	1.000.000,0
Debêntures - 2ª emissão ⁽¹⁾	Mata de Santa Genebra	Debêntures	183.580,0
Debêntures - 3ª emissão, 1ª série ⁽¹⁾	Mata de Santa Genebra	Debêntures	403.840,0
Debêntures - 3ª emissão, 2ª série ⁽¹⁾	Mata de Santa Genebra	Debêntures	611.772,0
Debêntures - 3ª emissão, 3ª série ⁽¹⁾	Mata de Santa Genebra	Debêntures	595.080,0
Total			3.868.410,0

⁽¹⁾ Consolidação da dívida da Mata de Santa Genebra e Mauá em razão da operação de descruzamento de ativos realizada entre a subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT e a Axia (antiga Eletrobras), ocorrida em 05.2025

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 3.517,3 milhões, sendo R\$ 2.385,9 milhões de principal e R\$ 1.131,4 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
625	840	1.558	1.304	1.088	4.363	9.779

8. PERFORMANCE ESG

A Copel Geração e Transmissão, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

No aspecto ambiental, a descarbonização, adaptação e resiliência climática, biodiversidade e ecoeficiência são direcionadores para projetos e iniciativas, como o Plano de Neutralidade de Carbono, pelo qual a Companhia adota medidas para neutralizar sua emissão direta de carbono até 2030. A Copel investe em energias 100% renováveis, pesquisa fontes alternativas e reduz emissões de gases de efeito estufa, reforçando seu compromisso no combate às mudanças climáticas.

No campo social, o pilar Pessoas é central, com foco na saúde e segurança dos colaboradores, direitos humanos e diversidade. A Copel valoriza a promoção de um ambiente de trabalho saudável, com meta de zero acidentes fatais, atuando de forma justa e inclusiva com colaboradores e partes interessadas, além de fortalecer o engajamento com as comunidades.

Na governança, a Copel adota uma abordagem estruturada e transparente, com destaque para o Programa de Integridade, que é fundamentado no Código de Conduta e alinhado aos princípios do Pacto Global. O programa desenvolve ações voltadas à prevenção de riscos, à promoção de uma cultura ética e ao engajamento contínuo dos colaboradores. A Companhia também mantém uma gestão robusta de riscos e controles internos, assegurando a conformidade com normas e regulamentos e fortalecendo a governança em todos os níveis organizacionais.



O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

Dessa forma, a Copel integra sua estratégia de forma transversal, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade. Com registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como estratégia de seu planejamento, a Copel Geração e Transmissão adota medidas que fortalecem ainda mais a transparência e as práticas de governança corporativa, além de oportunizar a diversificação das fontes de financiamento e a otimização do perfil da sua dívida.

8.1. Gestão da Sustentabilidade

A Copel gerencia a sustentabilidade por meio de áreas especializadas voltadas para as temáticas ESG. A Holding estabelece diretrizes corporativas que são disseminadas em toda a empresa, incluindo suas subsidiárias, por meio de políticas e normas abrangentes.

A Copel Geração e Transmissão possui equipes específicas para a gestão de questões socioambientais, adequando suas ações às particularidades de cada operação. Essas iniciativas visam garantir conformidade socioambiental e alinhamento às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é monitorado internamente e avaliado por meio de índices especializados, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o *Corporate Sustainability Assessment* (CSA) da S&P Global. Esses indicadores permitem comparações com outras empresas e fornecem insights para a melhoria contínua nas dimensões ESG.

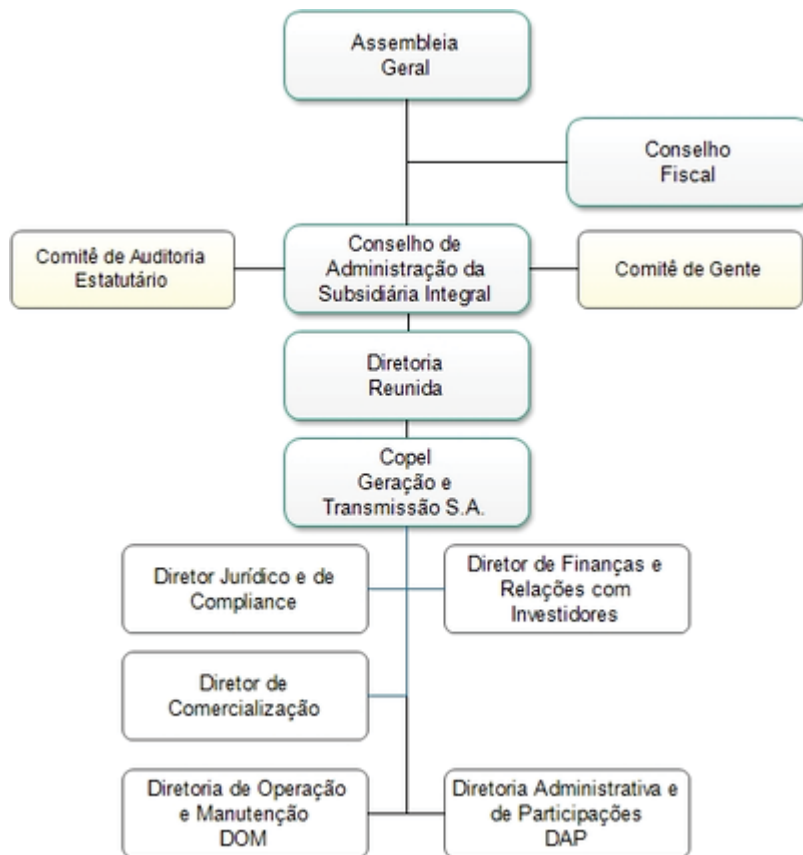
8.2. Governança Corporativa

A Copel Geração e Transmissão segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

A Copel Geração e Transmissão tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

8.2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



CONSELHO FISCAL

Presidente	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro	Sérgio Henrique de Fonseca
Conselheiro	Filipe Bordalo di Luccio
Conselheiro - suplente	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro - suplente	Paulo Roberto Franceschi
Conselheiro - suplente	Verônica Gomes Vairo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Membro	Moacir Carlos Bertol
Membro	Diogo Mac Cord de Faria

DIRETORIA

Diretor Geral	Moacir Carlos Bertol
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Felipe Gutterres Ramella
Diretor Jurídico e de Compliance	Yuri Müller Ledra
Diretor de Operação e Manutenção	Marcos Paulo Boaventura Severino Rezende
Diretor Administrativo e de Participações	Adriano Fedalto
Diretor de Comercialização	Rodolfo Moraes Fontes Lima

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro	Pedro Franco Sales
Membro externo e especialista financeiro	Carlos Biedermann

8.2.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel Geração e Transmissão está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website:

<https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

Código de Conduta

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para colaboradores, administradores (membros do Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal, membros de comitês (estatutários ou não estatutários), estagiários, aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

Em 2025 a Companhia formalizou um Código de Conduta específico para Fornecedores. O objetivo do documento é registrar de forma clara as diretrizes que devem ser seguidas por todos os fornecedores da Companhia. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente em seguir as diretrizes do documento.

Canais de manifestação

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria Adjunta de Governança, Risco e *Compliance* da Controladora e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades. O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

<https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

8.2.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Copel, fundamentada nos valores da Companhia, no Código de Conduta e nas diretrizes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), orienta a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar seus objetivos. Suas diretrizes abrangem áreas corporativas, subsidiárias e controladas, e são recomendadas às demais empresas do grupo. A alta administração recebe treinamentos específicos, enquanto os demais empregados são capacitados na metodologia de gestão de riscos, permitindo identificar exposições e adotar ações mitigadoras.

Os riscos estratégicos são revisados na elaboração do Planejamento Estratégico, em trabalho conjunto da alta administração da Copel e das subsidiárias, envolvendo identificação, análise e definição de planos de controle, contingência e monitoramento. Além disso, os principais riscos são classificados em Financeiros, Operacionais e de Conformidade.



Para definir seu apetite ao risco, a Copel considera pilares como elevados padrões éticos e de compliance, alinhamento às práticas ESG com foco em clima e aspectos socioambientais, rigor na segurança do trabalho, aprimoramento contínuo da segurança cibernética e investimentos compatíveis com a Política de Investimento e o Planejamento Estratégico, baseados em integração, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são realizados reportes periódicos à alta administração sobre o portfólio de riscos e os respectivos planos de mitigação, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança. Esse processo é continuamente aprimorado, garantindo alinhamento às melhores práticas de mercado e à legislação vigente.

8.2.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PwC iniciou suas atividades a partir da revisão das demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre do exercício de 2024.

No exercício social encerrado em 31.12.2025, a PwC recebeu honorários no valor de R\$ 1,9 milhões referentes aos serviços regulares de auditoria independente e R\$ R\$ 83,8 mil referentes a asseguarção das informações do Relato Integrado e da estrutura de controles para o processo de compilação e apuração de índice financeiro.

8.3. Dimensão Social

A Copel Geração e Transmissão, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

8.3.1. Promoção dos Direitos Humanos e Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. Desde 2022, a Companhia vem padronizando processos de monitoramento e avaliação por meio da devida diligência de fornecedores, do levantamento de temas prioritários de direitos humanos e do uso de indicadores como saúde e segurança, registros do Canal de Denúncias e relatórios internos para identificar riscos e oportunidades de melhoria.

Entre 2022 e 2025, foram realizadas capacitações sobre direitos humanos em áreas estratégicas, abordando impactos na cadeia de valor, monitoramento, prevenção e, avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, lançou o Curso de Direitos Humanos durante a Semana Integrada de ESG, ampliando e aprofundando os temas de inclusão e responsabilidade social. Já em 2025, a programação explorou os temas de compliance e inclusão, com ênfase na neurodiversidade, reforçando o compromisso da Companhia com ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos e alinhados às melhores práticas internacionais.

8.3.2. Engajamento Social e Desenvolvimento Comunitário

A Copel desenvolve ações sociais alinhadas às expectativas da sociedade e à Agenda 2030 da ONU, promovendo desenvolvimento nas comunidades onde atua e mitigando impactos socioambientais. As iniciativas incluem programas sociais obrigatórios dos PBAs e projetos corporativos, como EletriCidadania, Cultivar Energia e Educa ODS.

A Política de Sustentabilidade também define diretrizes para o investimento social privado e, as subsidiárias reportam trimestralmente à Diretoria de Governança, Risco e Compliance todas as doações e contribuições, garantindo transparência e alinhamento estratégico.

Mais informações sobre esses programas estão disponíveis no Relato Integrado.

8.3.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Geração e Transmissão reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.



A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação da Controladora em corporação em 11.08.2023, a Copel Geração e Transmissão deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Movimentação do quadro de pessoal	
Quadro em 31.12.2024	1.091
Admissões/readmissões	141
Desligamentos ⁽¹⁾	164
Transferências	(4)
Quadro em 31.12.2025	1.064
Turnover em 2025	14,0

(1) Incluídos os colaboradores que saíram no Programa de Demissão Voluntária durante o ano de 2024

Para apoiar as áreas operacionais e funções específicas, a Companhia estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. A Companhia celebrou, tanto em 2023 quanto em 2024, a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

O Código de Conduta da Copel expressa o seu compromisso com a criação e a manutenção de ambiente de trabalho respeitoso, cordial, que incentive a diversidade, equidade e inclusão, proporcionando a dignidade dos colaboradores e favorecendo o trabalho em equipe. A Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho estabelece, dentre suas diretrizes, a observância da diversidade de gênero, idade, orientação sexual e identidade de gênero, raça e/ou etnia, visando promover a igualdade de oportunidades. Na mesma linha, a Política de Governança prevê o dever dos Agentes de Governança de tratar os acionistas e demais partes interessadas de maneira justa e uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a organização, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades.

Adicionalmente, o respeito aos direitos humanos em todas as atividades laborais está previsto como diretriz específica da Política de Sustentabilidade, considerando que homens e mulheres devem ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, conforme determina a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Além disso, a Política de Gestão de Pessoas orienta a Companhia a zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e saudável, livre de qualquer tipo de assédio, e de promover e estimular ações que garantam o respeito à diversidade, a equidade nas relações, a qualidade de vida e a saúde integral.

A Copel também garante, em suas normativas internas, a igualdade de gênero, assim como de raça, cor e orientação sexual, de modo que as ações adotadas refletem na retenção de colaboradores e no impulso à performance e à sustentabilidade dos negócios.

Destaca-se que a Copel conta, ainda, com uma Comissão Permanente de Promoção de Diversidade, cujo objetivo central é fomentar a equidade, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos a discriminação.

Por fim, como a primeira empresa do setor a se tornar signatária do Pacto Global da ONU (no ano 2000), a Copel assumiu compromissos e metas para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, dentre os quais o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Quantidade de mulheres				
Categoria funcional	2024	% total	2025	% total
Profissional técnico de nível médio	30	7,5	26	6,8
Profissional de nível médio	79	43,7	67	43,8
Profissional de nível superior	139	27,3	150	28,4
Total	248	22,7	243	22,8

Quantidade de mulheres				
Categoria funcional	2024	% total	2025	% total
Diretoria	0	0,0	0	0,00
Conselho de Administração	0	0,0	0	0,00
Conselho Fiscal	1	16,7	1	16,67
Comitês Estatutários	0	0,0	0	0,0

Proporção entre salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens ¹				
Categoria funcional	2024		2025	
	Razão do salário-base	Razão da remuneração	Razão do salário-base	Razão da remuneração
Profissional técnico de nível médio	1,05	0,94	1,02	0,90
Profissional de nível médio	1,03	0,96	1,02	1,05
Profissional de nível superior	0,89	0,84	0,91	0,84
Total	0,95	0,88	1,01	0,88

¹ Para o cálculo das médias de salário-base e remuneração, não foram incluídos empregados com jornada de trabalho inferior a 8 horas diárias. A remuneração total foi determinada somando-se o salário-base, adicionais, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Prêmio por Desempenho Copel (PPD) e Abono previsto no Acordo Coletivo de Trabalho.

• Cultura Copel

Em 2025, a Companhia passou por uma intensa revisão da cultura para apoiar o momento de transformação, pois entende-se que a gestão da Cultura é um tema estruturante e indispensável para a Copel neste momento e deixa claro quais são os comportamentos que irão levar a organização para o futuro. O processo contou com o apoio de uma consultoria externa que respaldou na definição integrada dos Valores, construídos a várias mãos, definição da ambição e da razão de Ser da Copel:

Razão de Ser:	Iluminar vidas com pura energia.
Ambição:	Ser a empresa que mais gera valor no setor elétrico brasileiro.
Nossa força é nossa gente:	Somos um time protagonista que se desenvolve junto com o negócio.
Cada cliente importa:	Impulsionamos as conquistas dos nossos clientes
Entregamos resultados extraordinários:	Construímos resultados sustentáveis ao longo do tempo.
Movidos a futuro:	Somos fonte de conhecimento e inovação.
Segurança e ética são inegociáveis:	Nosso exemplo faz a diferença.

• Saúde, Bem-estar e Benefícios

Saúde e Qualidade de Vida são temas que permeiam nosso compromisso com o cuidado, saúde e bem-estar dos colaboradores, reforçando nossos Valores “Nossa Força é Nossa Gente” e “segurança e Ética são Inegociáveis” orientando nosso Jeito de Ser e Fazer dentro da Copel. Temos como premissa a construção de um ambiente organizacional saudável, seguro, com equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, visando a promoção da saúde integral, coordenando ações, programas e benefícios.

Entre os benefícios financeiros concedidos pela Companhia a todos os seus colaboradores, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a colaboradores com deficiência e a colaboradores que tenham dependente com deficiência; complementação de auxílio-doença, entre outros.



A Companhia oferece ainda benefícios não financeiros que impactam positivamente na qualidade de vida e bem-estar, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante, licença maternidade e licença paternidade estendidas; horas para voluntariado; flexibilidade de jornada; redução de jornada de 8 para 6 horas; banco de horas.

As ações e programas de Saúde e Bem-estar da Companhia são estruturados em quatro pilares, baseados nas premissas da Organização Mundial de Saúde: saúde física, saúde mental, bem-estar social e bem-estar financeiro, com uma visão integral do ser humano com destaque para:

Saúde Física	Saúde Mental
Exames de rastreamento e diagnóstico precoce	Canal de atendimento psicológico de urgência e emergência
Plano de Saúde	Programa de dependência química
Vacina da Gripe	Psicoterapia online
Incentivo à prática de atividade física e hábitos saudáveis	Letramento e psicoeducação em saúde mental
Letramento em Saúde	Gestão dos fatores psicossociais no trabalho
Tratamento para obesidade	
Restrição e reabilitação funcional	
Bem-estar Social	Bem-estar Financeiro
Semana da família	Plano de Previdência
Pessoa com Deficiência	Programa de Preparação para Aposentadoria e Pós emprego
Gestão de afastados	Educação financeira e previdenciária
Programa de Home Office	Assessoria Jurídica e financeira
Programa Bem Gestar	
Suporte a vítima de violência doméstica	

O desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2025:

- Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL;
- Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas;
- Programa de Capacitação para LGPD;
- Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade;
- Trilhas de aprendizagem;
- Programa de Cibersegurança;
- COPEL 4.0 - Iniciativas sobre inovação.

• Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em três pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito), remuneração variável de curto prazo e incentivos de longo prazo. A remuneração variável de curto prazo compreende a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) e Prêmio Por Desempenho Copel (PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). Os incentivos de longo prazo, aplicáveis a públicos estratégicos definidos pela Companhia, visam alinhar os interesses de médio e longo prazo dos profissionais elegíveis aos objetivos sustentáveis e à geração de valor no negócio, em consonância com as práticas de mercado.

A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2025 (R\$ 2.435) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.518,00) era de 1,60 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Relações trabalhistas

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, se relaciona com 17 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada colaborador recebe o feedback da sua liderança considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período. Para que os colaboradores possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem, que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do programa e também sobre o plano de desenvolvimento.

Em 2025 não tivemos a aplicação da avaliação de desempenho em razão do projeto de revisão dos Valores e Cultura, visto a necessidade de alinhamento entre esses temas. Dessa forma, após a finalização da revisão da Cultura, foi iniciada a atualização do programa de Gestão de Desempenho com implantação prevista para o início de 2026.

- **Mobilidade Interna e Novas Admissões**

Com a transformação da Copel em corporação em 2023, a Companhia deixou de ter obrigatoriedade de realizar concursos públicos para contratação. Esse novo cenário levou à implantação, no primeiro semestre de 2024, do Programa de Mobilidade Interna, que prioriza o preenchimento de vagas por meio de processos seletivos internos, amplamente divulgados aos colaboradores.

Embora a prioridade seja o aproveitamento interno do quadro, algumas funções e posições demandam a contratação de mercado. Assim, a partir do segundo semestre de 2024, a Copel passou a realizar processos de recrutamento e seleção externos, com o apoio de consultorias especializadas.

8.3.4. Fornecedores

Ao longo de 2025, a Copel avançou de forma estruturada na centralização da gestão da cadeia de suprimentos em um modelo corporativo, estabelecendo os principais fundamentos para a evolução de sua maturidade, governança e integração dos processos de contratação. Esse movimento representou um passo relevante na transição para um modelo mais integrado, alinhado à estratégia da Companhia de posicionar a cadeia de suprimentos como um pilar estratégico para a geração de valor, mitigação de riscos e sustentabilidade do negócio, em consonância com seu novo contexto corporativo.

A centralização da gestão passou a criar as condições necessárias para maior padronização, rastreabilidade e consistência na tomada de decisão, apoiada pela integração progressiva dos processos e pela incorporação de critérios ESG ao longo do ciclo de contratação. Esse modelo contribui para ampliar a transparência, fortalecer os controles e promover ganhos de eficiência operacional, respeitando os requisitos regulatórios e os compromissos socioambientais da Companhia.

A Companhia também reforçou sua atuação preventiva em integridade e conformidade desde as etapas iniciais de triagem e homologação de fornecedores, por meio de análises de capacidade técnica, enquadramento jurídico, integridade e saúde econômico-financeira, complementadas pelo acompanhamento de riscos ao longo da execução contratual. Essas práticas constituem a base para uma classificação mais consistente da criticidade dos fornecedores e para o aprimoramento contínuo da gestão da cadeia de suprimentos.

Como parte do fortalecimento do relacionamento com seus parceiros estratégicos, a Copel realizou, em 2025, a primeira edição do Prêmio Parceiro Pura Energia, com escopo ampliado e foco em performance, sustentabilidade, segurança do trabalho e qualidade. A iniciativa reconhece fornecedores que se destacaram em suas práticas e reforça o alinhamento da cadeia de suprimentos aos objetivos estratégicos da Companhia, aos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e ao Código de Conduta para Fornecedores da Copel, promovendo valores éticos, responsáveis e sustentáveis em toda a cadeia de valor.

8.3.5. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão estão obrigadas a destinar anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida - ROL regulatória para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Em 2025, a Copel GeT aplicou aproximadamente R\$ 2,8 milhões na execução de projetos aderentes aos programas, sendo a maioria com possibilidade de afetar diretamente a redução dos impactos nocivos ao meio ambiente relacionados às atividades da Companhia.

Destaca-se ainda que em 2025 a Copel GeT obteve a soma de R\$ 103.317,47 em royalties provenientes da comercialização do equipamento MEDCAP no mercado nacional, além de sua introdução no mercado americano com expressiva previsão de royalties para o próximo ano. O MEDCAP, que foi desenvolvido para ser utilizado em bancos de capacitores, verificando a capacitância sem a necessidade de sua retirada para ensaio, otimizando significativamente o tempo de prova.

Nesse exercício a Copel GeT deu continuidade ao “Kit Monitoramento de Qualidade de Água”, tecnologia que permitirá realizar diagnósticos da qualidade da água de reservatórios e afluentes de forma rápida, eficaz e baixo custo, e iniciou a contratação de quatro novos projetos:

- (i) Projeto PD-06491-0011/2024, com o objetivo de disponibilizar um sistema completo para monitoramento e diagnóstico para prevenir e evitar falhas catastróficas em buchas capacitivas que integram os transformadores de potência dos sistemas de transmissão de energia;
- (ii) Projeto PD-06491-0009/2023, cujo objetivo é desenvolver um modelo de negócio capaz de viabilizar a implantação de usinas reversíveis em circuitos fechado, semiaberto e aberto;
- (iii) Projeto PD-06491-0012/2024, com o objetivo do uso de software que opere como ferramenta unificada para previsão de despachos ótimos.
- (iv) Em complementação, com a consolidação da totalidade das participações da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. - MSG em seu portfólio, a Copel GeT absorve o projeto PD-08852-0001/2024, cujo objetivo é obter medições para um modelo matemático-computacional para predição da propagação sonora do ruído gerado pela subestação Fernão Dias, localizada no município de Atibaia-SP.

Estima-se, portanto, a disponibilização de dois produtos comercialmente inovadores para usufruto da Copel e setor elétrico ao fim dos próximos dois anos, os quais permitirão melhorias nos processos de operação e manutenção, aumento da segurança e eficiência nos trabalhos de campo e geração de royalties, atrelados a possibilidade de redução/mitigação de impactos nocivos ao meio ambiente e aumento da garantia de bem-estar do consumidor.

Ambiente regulatório - P&D (Copel GeT)

No âmbito da Aneel, foi aprovada, em março de 2024, a Chamada Estratégica de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI n.º 23/2024, com o objetivo de fomentar projetos focados na produção de hidrogênio a partir de eletricidade de baixa emissão de carbono, desde a sua produção até o seu uso no setor elétrico. Neste ano de 2025, o resultado conjunto dos três projetos aprovados na Chamada Estratégica culminou na inauguração da primeira planta-piloto de produção de hidrogênio renovável do Estado do Paraná, que transforma resíduos orgânicos em energia limpa, amônia e ureia, agregando valor ao que seria descartado. Esta iniciativa coloca a Copel e o Paraná na vanguarda da transição energética.

8.4. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Geração e Transmissão com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima e é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes relacionadas à dimensão ambiental são:

- Afirmar compromisso permanente com a preservação e respeito ao meio ambiente, considerando-o na estratégia corporativa, na tomada de decisão, nos processos de gestão e operação, nos estudos e implementação de novos negócios, e na ampla comunicação com as partes interessadas;
- Gerir os aspectos, riscos e indicadores ambientais visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos nas suas atividades e negócios, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;
- Promover a ecoeficiência em todos os processos da Copel, visando à redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos;

- Incorporar o tema mudanças do clima no planejamento estratégico, na gestão integrada de riscos corporativos, na avaliação financeira e na identificação de oportunidades, bem como na estratégia dos negócios, principalmente na expansão e operação de seus ativos;
- Priorizar a energia proveniente de fontes renováveis na compra e comercialização de energia;
- Considerar na construção de ativos, as adequadas práticas construtivas e tecnologias permitindo a mínima emissão de gases de efeito estufa, tais como subestação blindada, uso de drones, e outras mais; e
- Incorporar medidas de adaptação às mudanças do clima na operação e expansão de seus ativos em cada um de seus negócios.

- **Programas de gestão ambiental**

A Copel Geração e Transmissão efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos, com o objetivo de identificar e gerenciar potenciais impactos ambientais.

A Companhia se baseia nos resultados dos estudos ambientais para desenvolver programas específicos. Por meio desses programas ambientais, a Copel Geração e Transmissão busca preservar, recuperar e mitigar os impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos.

8.4.1. Ecoeficiência

A Copel, de forma corporativa, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar as ações voltadas a redução do consumo de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Além disso, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

8.4.2. Mudança do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Entre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho foi a decisão pela descarbonização da matriz elétrica, com o desinvestimento na Usina Termelétrica de Araucária (UEGA) e na Usina Termelétrica de Figueira.

Além disso, a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo diretamente relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades da Copel Geração e Transmissão.

8.4.3. Biodiversidade

Os ativos da Copel Geração e Transmissão estão localizados em diferentes regiões do País, inseridos em vários biomas brasileiros. Assim, a Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel Geração e Transmissão em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;



- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de geração e transmissão de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

8.4.4. Informações adicionais

No Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia.



8.5. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL					
Em dezembro de 2025 e 2024					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		2025		2024	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 27	Receita Líquida - RL	5.096.933		4.521.522	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS			% Sobre RL		% Sobre RL
	Remuneração dos administradores	5.574	0,1	2.187	0,0
	Remuneração dos empregados	183.095	3,6	226.722	5,0
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	32.136	0,6	37.861	0,8
	Encargos sociais compulsórios	64.100	1,3	75.761	1,7
	Plano previdenciário	18.570	0,4	23.111	0,5
	Saúde (Plano assistencial)	57.078	1,1	61.508	1,4
	Capacitação e desenvolvimento profissional	2.516	0,0	3.541	0,1
NE 28.2	Provisões por desempenho e participação nos lucros	53.532	1,1	53.532	1,2
NE 28.2	Indenizações Trabalhistas	13.609	0,3	4.046	0,1
	Cultura	253	0,0	341	0,0
	Creches ou auxílio-creche	192	0,0	253	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	1.532	0,0	452	0,0
	Educação	507	0,0	683	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	147	0,0	178	0,0
	Vale transporte excedente	4	0,0	49	0,0
	Total	432.845	8,5	490.224	10,8
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS			% Sobre RL		% Sobre RL
	Cultura	1.056	0,0	1.322	0,0
	Saúde e saneamento	264	0,0	662	0,0
	Esporte	528	0,0	661	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	264	0,0	331	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	22.486	0,4	19.702	0,4
	Outros	262.160	5,1	1.371	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	286.758	5,6	24.049	0,5
	Tributos (excluídos encargos sociais)	1.021.016	20,7	1.057.703	23,4
	Total	1.307.774	25,7	1.081.752	23,9
4 - INDICADORES AMBIENTAIS			% Sobre RL		% Sobre RL
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	4.785.221	93,9	10.497	0,2
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	50.075	1,0	2.077	0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	475	0,0	494	0,0
	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.746	0,1	1.340	0,0
	Total	4.838.517	94,9	14.408	0,3
(1) Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício			0		0
Metas ambientais		2025		Metas 2026	
		() não possui metas		() não possuirá metas	
- encaminhar 76% dos resíduos industriais para reuso ou reciclagem		() cumpre de 0 a 50%		() cumprirá de 0 a 50%	
		() cumpre de 51% a 75%		() cumprirá de 51% a 75%	
		(x) cumpre de 76% a 100%		(x) cumprirá de 76% a 100%	

NE - Nota Explicativa

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)			2025			2024
Empregados no final do exercício			1.064			1.091
Admissões e readmissões durante o exercício			141			6
Escolaridade dos empregados(as):				Homens	Mulheres	Total
Extensão universitária			332	134	466	338
Ensino superior			318	92	410	306
Ensino técnico			147	11	158	158
Ensino médio			24	6	30	41
Ensino fundamental			0	0	0	0
Faixa etária dos empregados(as):						
De 18 até 30 anos (exclusive)			41			1
De 30 até 45 anos (exclusive)			543			637
De 45 até 60 anos (exclusive)			472			442
60 anos ou mais			8			11
Mulheres que trabalham na empresa			243			248
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres			8,6			10,9
em relação ao nº total de gerentes			21,9			24,8
Negros(as) que trabalham na empresa			154			141
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)			5,2			5,0
em relação ao nº total de gerentes			8,3			6,4
Portadores(as) de necessidades especiais			12			10
Dependentes			4.219			4.184
Terceirizados			1.150			822
(2) Aprendiz (es)			5			18
(2) Estagiários(as)			40			53
Empregados com mais de 10 anos de serviço			853			966
Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores			27			29
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos			1.046			1.088
Processos trabalhistas						
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício			444			496
Nº de processos incluídos no exercício			65			81
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício			155			244
(3) Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)			8			17

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
	2025	Metas 2026
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2025	2024
Valor adicionado total a distribuir	4.677.599	3.874.373
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	31,1%	26,2%
Pessoal	7,6%	10,3%
Governo	23,2%	29,3%
Acionistas	17,5%	20,4%
Retido	20,6%	13,8%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Geração e Transmissão, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

• Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais e controladas da Copel Geração e Transmissão, em virtude da consolidação de seus resultados, exceto quando indicado de outra forma.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.



COPEL
Geração e Transmissão

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO/2025

Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ Nº 04.370.282/0001-70

Companhia Aberta - Categoria "B" - CVM 2474-0

www.copel.com geracao@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	798.150	511.790	2.312.909	1.682.854
Clientes	7	380.232	379.135	710.589	562.023
Dividendos a receber		316.490	153.322	138.407	81.808
Contas a receber vinculadas à concessão	8	12.867	10.609	12.867	10.609
Ativos de contrato	9	296.863	265.846	392.594	283.896
Outros créditos	10	112.691	90.679	129.167	96.031
Estoques		35.296	39.204	35.332	39.405
Imposto de renda e contribuição social		189.767	108.582	244.092	136.120
Outros tributos a recuperar	11.2	12.467	10.626	13.530	11.750
Despesas antecipadas		7.425	9.288	19.617	18.095
Partes relacionadas	32	16.021	17.664	12.237	14.277
		2.178.269	1.596.745	4.021.341	2.936.868
Ativos classificados como mantidos para venda	36	25.177	1.881.821	25.177	1.881.826
		2.203.446	3.478.566	4.046.518	4.818.694
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	190.081	149.368	687.626	525.926
Clientes	7	5.135	—	5.135	—
Depósitos judiciais	12	42.690	49.775	48.581	50.501
Contas a receber vinculadas à concessão	8	911.025	886.620	911.025	886.620
Ativos de contrato	9	4.783.184	4.729.547	8.377.583	5.225.562
Outros créditos	10	637.087	276.590	671.536	311.450
Imposto de renda e contribuição social		5.645	1.819	12.928	1.819
Outros tributos a recuperar	11.2	96.259	92.867	98.163	94.706
		6.671.106	6.186.586	10.812.577	7.096.584
Investimentos	13	10.563.822	10.104.390	2.697.411	3.411.007
Imobilizado	14	3.134.349	3.160.968	7.831.638	8.110.769
Intangível	15	3.878.466	3.260.920	7.150.619	6.638.252
Direito de uso de ativos	23.1	76.605	87.352	122.215	131.591
		24.324.348	22.800.216	28.614.460	25.388.203
TOTAL DO ATIVO		26.527.794	26.278.782	32.660.978	30.206.897

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	16	87.450	119.712	87.461	119.712
Partes relacionadas	32	15.703	10.810	17.293	11.993
Fornecedores	17	335.630	319.382	429.203	396.417
Imposto de renda e contribuição social		–	–	80.671	83.025
Outras obrigações fiscais	11.2	128.904	24.925	144.574	38.097
Empréstimos e financiamentos	18	78.240	1.097.232	214.602	1.228.234
Debêntures	19	809.329	1.056.707	966.843	1.115.198
Dividendos a pagar		798.299	1.699.433	798.299	1.699.431
Benefícios pós-emprego	20	31.634	24.557	31.634	24.557
Encargos setoriais a recolher		12.559	19.940	12.983	21.227
Pesquisa e desenvolvimento	21	3.442	13.567	15.239	17.971
Contas a pagar vinculadas à concessão	22	29.212	4.686	41.992	6.759
Passivo de arrendamentos	23.2	12.753	13.697	13.745	14.454
Outras contas a pagar	24	58.706	161.869	574.795	537.964
		2.401.861	4.566.517	3.429.334	5.315.039
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	36	–	541.412	–	541.412
		2.401.861	5.107.929	3.429.334	5.856.451
NÃO CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	16	548	–	548	–
Fornecedores	17	133.541	142.376	133.541	142.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	1.401.178	1.445.182	1.871.219	1.791.037
Empréstimos e financiamentos	18	446.580	566.724	2.401.293	2.636.856
Debêntures	19	5.380.839	3.892.598	7.376.082	4.327.071
Benefícios pós-emprego	20	426.811	304.420	426.811	304.420
Pesquisa e desenvolvimento	21	–	–	7.740	7.017
Contas a pagar vinculadas à concessão	22	175.619	167.478	234.401	236.603
Passivo de arrendamentos	23.2	72.515	80.058	121.991	127.401
Outras contas a pagar	24	54.915	53.364	196.290	237.565
Provisões para litígios e outras provisões	25	928.729	279.240	1.357.070	300.687
		9.021.275	6.931.440	14.126.986	10.111.033
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	26.1	6.842.757	6.242.757	6.842.757	6.242.757
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.1	550.177	600.000	550.177	600.000
Reservas de capital	26.4	1.755	–	1.755	–
Ajustes de avaliação patrimonial	26.2	417.472	537.346	417.472	537.346
Reserva legal	26.6	1.117.764	1.027.643	1.117.764	1.027.643
Reserva de retenção de lucros	26.6	6.095.287	5.239.801	6.095.287	5.239.801
Dividendo adicional proposto	26.5	79.446	591.866	79.446	591.866
		15.104.658	14.239.413	15.104.658	14.239.413
TOTAL DO PASSIVO		26.527.794	26.278.782	32.660.978	30.206.897

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	3.350.433	3.198.901	5.096.933	4.521.519
Custos Operacionais	28	(1.616.008)	(1.480.860)	(2.503.811)	(2.397.681)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.734.425	1.718.041	2.593.122	2.123.838
Despesas com vendas	28	(182)	(21.497)	(1.226)	(24.227)
Despesas gerais e administrativas	28	(203.420)	(197.804)	(236.191)	(234.275)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	445.163	138.121	435.555	122.868
Resultado da equivalência patrimonial	13.1	755.624	422.782	241.342	276.895
		997.185	341.602	439.480	141.261
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.731.610	2.059.643	3.032.602	2.265.099
Resultado Financeiro	29				
Receitas financeiras		227.341	212.792	481.473	386.612
Despesas financeiras		(1.077.914)	(747.219)	(1.424.382)	(993.124)
		(850.573)	(534.427)	(942.909)	(606.512)
LUCRO OPERACIONAL		1.881.037	1.525.216	2.089.693	1.658.587
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		2	–	(170.777)	(164.455)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(97.519)	(191.519)	(135.396)	(168.791)
		(97.517)	(191.519)	(306.173)	(333.246)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.783.520	1.333.697	1.783.520	1.325.341
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações descontinuadas	36.5	18.898	(11.586)	18.898	(18.377)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.802.418	1.322.111	1.802.418	1.306.964
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		–	–	1.783.520	1.333.697
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				18.898	(11.586)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações descontinuadas	13.2			–	(15.147)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	26.3	0,26838	0,21364		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	26.3	0,26836	0,21364		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	26.3	0,27122	0,21178		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	26.3	0,27120	0,21178		

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.802.418	1.322.111	1.802.418	1.306.964
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ajustes de passivos atuariais	26.2				
benefícios pós-emprego		(117.027)	104.752	(117.027)	104.752
Tributos sobre outros resultados abrangentes		39.788	(35.616)	39.788	(35.616)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(77.239)	69.136	(77.239)	69.136
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.725.179	1.391.247	1.725.179	1.376.100
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		–	–	1.706.281	1.402.833
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		–	–	18.898	(11.586)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações descontinuadas		–	–	–	(15.147)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

		Atribuível ao acionista da empresa controladora										Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados				
NE nº					Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros						
	Saldo em 1º de janeiro de 2024	6.242.757	-	-	564.723	(66.540)	961.538	5.045.688	-	-	12.748.166	126.200	12.874.366	
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.322.111	(15.147)	1.306.964	
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
26.2	Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	-	-	-	-	69.136	-	-	-	69.136	-	-	69.136	
	Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	69.136	-	-	-	1.391.247	(15.147)	-	1.376.100	
26.2	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	-	-	-	(33.363)	-	-	-	-	33.363	-	-	-	
	Transferência do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	33.363	-	(33.363)	-	-	-	
	Realização de investimento - passivo atuarial	-	-	-	-	3.390	-	(3.390)	-	-	-	-	-	
	Alienação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.053)	-	(111.053)	
	Recebimento de adiantamento	-	600.000	-	-	-	-	-	-	600.000	-	-	600.000	
	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	(200.000)	(500.000)	-	(500.000)	
	Destinação proposta à A.G.O.:													
26.6	Reserva legal	-	-	-	-	-	66.105	-	-	(66.105)	-	-	-	
26.5	Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	591.866	(591.866)	-	-	-	
26.6	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	464.140	-	(464.140)	-	-	-	
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.242.757	600.000	-	531.360	5.986	1.027.643	5.239.801	591.866	-	14.239.413	-	14.239.413	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.802.418	1.802.418	-	1.802.418	
26.2	Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	-	-	-	-	(77.239)	-	-	-	-	(77.239)	-	(77.239)	
	Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	(77.239)	-	-	-	1.802.418	1.725.179	-	1.725.179	
26.2	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	-	-	-	(42.635)	-	-	-	-	42.635	-	-	-	
	Transferência do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	42.635	-	(42.635)	-	-	-	
	Recebimento de adiantamento	-	550.000	-	-	-	-	-	-	550.000	-	-	550.000	
26.1	Aumento de capital	600.000	(600.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
26.4	Incentivos de longo prazo	-	177	1.755	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Deliberação de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(591.866)	-	1.932	-	1.932	
26.5	Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(77.521)	-	(742.479)	(820.000)	-	(820.000)	
	Destinação proposta à A.G.O.:													
26.6	Reserva legal	-	-	-	-	-	90.121	-	-	(90.121)	-	-	-	
26.5	Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	79.446	(79.446)	-	-	-	
26.6	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	890.372	-	(890.372)	-	-	-	
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.842.757	550.177	1.755	488.725	(71.253)	1.117.764	6.095.287	79.446	-	15.104.658	-	15.104.658	

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		1.783.520	1.333.697	1.783.520	1.325.341
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		1.045.561	717.017	1.388.006	963.019
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8	(119.557)	(120.800)	(119.557)	(120.800)
Resultado dos contratos de concessão de transmissão		(594.770)	(763.239)	(867.817)	(833.630)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	(2)	—	170.777	164.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	97.519	191.519	135.396	168.791
Resultado da equivalência patrimonial	13.1	(755.624)	(422.782)	(241.342)	(276.895)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	20.3	71.913	80.249	71.913	80.249
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	21	30.432	28.497	38.604	34.311
Depreciação e amortização	28	333.479	396.895	727.974	833.140
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	28.2	8.708	4.046	8.708	4.046
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	28.4	26.898	82.634	21.451	79.972
Incentivos de longo prazo	28.2	1.999	—	1.999	—
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	9	—	—	(2.134)	(722)
Ajuste a valor justo de instrumentos da dívida e Hedge (swap)	29	12.275	—	12.275	—
Resultado das baixas de imobilizado	14.2	6.205	19.083	42.088	31.685
Resultado das baixas de intangíveis	15.2	19	498	19	498
Resultado da alienação de ativos	28.6	(348.941)	(264.434)	(348.941)	(264.434)
Resultado de combinação de negócios	1.2	(141.661)	—	(141.661)	—
Outros		(10.535)	(508)	(34.624)	(590)
		1.447.438	1.282.372	2.646.654	2.188.436
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		791.015	880.670	918.736	962.391
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		453.549	543.039	214.813	187.301
Depósitos judiciais		16.691	(1.592)	13.392	(2.014)
Outros créditos		(37.553)	97.601	(45.905)	57.673
Estoques		3.908	(1.281)	4.073	3.114
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(176.629)	(100.420)	(193.464)	(103.925)
Outros tributos a recuperar		(7.853)	(1.872)	(7.652)	(2.618)
Despesas antecipadas		1.863	2.046	(1.474)	3.402
Partes relacionadas		1.643	6.810	2.040	(3.640)
		1.046.634	1.425.001	904.559	1.101.684
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(28.938)	(174.935)	(30.038)	(175.000)
Partes relacionadas		4.893	4.843	5.300	4.463
Fornecedores		(187.300)	(85.869)	(206.316)	(94.502)
Outras obrigações fiscais		72.533	40.967	77.466	39.889
Benefícios pós-emprego	20.3	(59.470)	(67.236)	(59.470)	(67.236)
Encargos setoriais a recolher		(7.381)	4.692	(8.244)	4.550
Pesquisa e desenvolvimento	21	(30.520)	(70.061)	(36.335)	(74.507)
Contas a pagar vinculadas à concessão	22	(7.647)	(6.344)	(9.008)	(6.344)
Outras contas a pagar		(77.124)	(104.855)	18.522	97.838
Provisões para litígios quitadas	25.1	(44.450)	(47.849)	(48.005)	(48.064)
		(365.404)	(506.647)	(296.128)	(318.913)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.128.668	2.200.726	3.255.085	2.971.207
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	(173.131)	(213.932)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		(153.717)	(201.301)	(314.895)	(381.758)
Encargos de debêntures pagos	19.2	(725.263)	(393.048)	(816.549)	(433.603)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	23.2	(9.651)	(9.640)	(12.834)	(12.678)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.240.037	1.596.737	1.937.676	1.929.236
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	37	—	27.651	—	(8.452)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.240.037	1.624.388	1.937.676	1.920.784

(continua)



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(15.467)	(12.777)	64.929	(38.136)
Aquisição de investimentos	36.3	(1.060.804)	—	(1.060.804)	—
Aquisições de controladas - efeito líquido do caixa adquirido	1.2	(196.076)	—	(190.433)	—
Alienação de investimento		2.129.795	45.000	2.129.795	45.000
Aportes em investimentos	13.1	(50.700)	(1.613.171)	—	—
Redução de capital em investidas	13.1	100.000	37.130	—	37.130
Aquisições de imobilizado		(95.515)	(53.708)	(149.413)	(97.917)
Alienações de imobilizado		—	11.440	—	11.440
Aquisições de intangível	15.2	(28.700)	(2.252.864)	(38.075)	(4.094.244)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		782.533	(3.838.950)	755.999	(4.136.727)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	36.5	—	152.404	—	152.307
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		782.533	(3.686.546)	755.999	(3.984.420)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	18.2	—	1.757	—	5.051
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	18.2	—	(33)	—	(33)
Ingressos de debêntures emitidas	19.2	2.000.000	1.600.000	2.000.000	1.600.000
Custos de transação na emissão de debêntures	19.2	(22.632)	(5.011)	(22.632)	(5.011)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		550.000	600.000	550.000	600.000
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos		(1.128.944)	(136.830)	(1.252.496)	(255.935)
Amortizações de principal de debêntures	19.2	(930.413)	(479.546)	(1.133.352)	(529.912)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	23.2	(14.221)	(15.156)	(15.153)	(15.775)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(2.190.000)	—	(2.190.000)	—
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(1.736.210)	1.565.181	(2.063.633)	1.398.385
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	36.5	—	—	—	14.500
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.736.210)	1.565.181	(2.063.633)	1.412.885
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		286.360	(496.977)	630.042	(650.751)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	511.790	1.008.767	1.682.854	2.311.905
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	798.150	511.790	2.312.909	1.682.854
Caixa e equivalentes de caixa proveniente de ativos classificados como mantidos para venda		—	—	(13)	(21.700)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		286.360	(496.977)	630.042	(650.751)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do Valor Adicionado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	3.541.591	3.545.013	5.402.992	4.987.038
Receita de construção	315.117	160.649	442.539	204.391
Outras receitas	567.741	273.893	597.020	304.204
Perdas de crédito esperadas	(181)	(21.498)	(1.226)	(24.227)
	4.424.268	3.958.057	6.441.325	5.471.406
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	370.834	104.834	495.745	175.266
Encargos de uso da rede elétrica	326.896	390.689	554.725	622.796
Material, insumos e serviços de terceiros	157.471	168.090	316.534	312.974
Custo de construção	243.949	109.858	380.675	153.014
Perda de valores ativos	60.822	72.931	61.920	84.586
Reversão de perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - Impairment	—	24.163	—	24.163
Outros insumos / recuperação de custos e despesas	25.809	42.014	(43.564)	60.918
	1.185.781	912.579	1.766.035	1.433.717
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	3.238.487	3.045.478	4.675.290	4.037.689
(-) Depreciação e amortização	333.479	396.895	727.974	833.140
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.905.008	2.648.583	3.947.316	3.204.549
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	755.624	422.782	241.342	276.895
Receitas financeiras	227.341	212.792	481.473	386.612
Outras receitas	7.202	7.186	7.468	7.225
	990.167	642.760	730.283	670.732
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	—	(548)	—	(908)
	3.895.175	3.290.795	4.677.599	3.874.373

(continua)



Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.12.2025	%	31.12.2024	%	31.12.2025	%	31.12.2024	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	178.273		207.332		191.613		221.088	
Planos previdenciário e assistencial	66.953		75.515		69.361		78.271	
Auxílio alimentação e educação	23.922		28.970		24.011		29.060	
Encargos sociais - FGTS	10.950		13.606		11.910		14.636	
Incentivos de longo prazo	1.999		–		1.999		–	
Programa de desligamentos voluntários	8.708		4.046		8.708		4.046	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	46.057		53.544		46.057		53.532	
	336.862	8,6	383.013	11,6	353.659	7,6	400.633	10,3
Governo								
Federal								
Tributos	398.161		512.291		712.726		736.671	
Encargos setoriais	267.442		297.559		331.034		365.603	
Estadual	11.758		5.136		35.017		24.000	
Municipal	4.813		5.334		6.339		7.195	
	682.174	17,5	820.320	24,9	1.085.116	23,2	1.133.469	29,3
Terceiros								
Juros	1.081.490		749.325		1.425.899		994.352	
Arrendamentos e aluguéis	11.129		4.988		27.029		18.181	
Doações, subvenções e contribuições	–		–		2.376		3.305	
	1.092.619	28,1	754.313	23,0	1.455.304	31,1	1.015.838	26,2
Acionistas								
Lucros retidos	961.595		541.831		961.595		533.475	
Juros sobre capital próprio	742.479		200.000		742.479		200.000	
Dividendos	79.446		591.866		79.446		591.866	
	1.783.520	45,8	1.333.697	40,5	1.783.520	38,1	1.325.341	34,2
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	–	–	(548)	–	–	–	(908)	–
	3.895.175	100,0	3.290.795	100,0	4.677.599	100,0	3.874.373	100,0

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Entre as principais atividades da Companhia estão a pesquisa, o estudo, o planejamento, a construção e a exploração dos sistemas de produção, transformação, transporte e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a energia elétrica. São atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Adicionalmente, a Companhia tem participação em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

1.1. Participações societárias da Copel GeT

A Companhia participa direta ou indiretamente, em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas. Durante o ano de 2025 ocorreram os seguintes eventos que resultaram em alterações em relação às participações societárias de 31.12.2024:

- venda de SPEs da Copel GET (NE nº 36.1).
- alteração da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (Mata de Santa Genebra ou MSG) de controlada em conjunto para controlada e dissolução do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, após a conclusão do processo de descruzamento de ativos com a Eletrobras (NEs nºs 1.2 e 36.2).
- aquisição e venda da Geração Céu Azul S.A. (NE nº 36.3).

1.1.1. Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A. (Serra do Mel)	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,8	Copel GeT
			31,2	Brownfield
Aventura Holding S.A. (Aventura)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
SRMN Holding S.A. (SRMN)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A.(a)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraiba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Central Eólica Aventura II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica SRMN I S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN

(a) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.

1.1.2. Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

1.1.3. Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT

1.2. Combinação de negócios

Com o objetivo de otimizar o portfólio e buscar oportunidades de reciclar ativos e participações, a Copel efetuou a troca de ativos com a Eletrobras (atualmente denominada Axia Energia) detalhada a seguir.

Antes da operação, essa era a participação da Copel GET nos ativos envolvidos na transação:

- proprietária de 100% da Usina Hidrelétrica Colíder (UHE Colíder), que estava registrada no ativo imobilizado da Copel GET.
- participação no consórcio Cruzeiro do Sul, por meio do qual possuía 51% da Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá).
- participação de 50,1% na controlada em conjunto Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG).

Em 12.12.2024, conforme Fato Relevante 12/24, a Copel GeT celebrou o Contrato de Trespasse de Estabelecimento, de Compra e Venda de Participação Societária, de Cessão Onerosa de Participação em Consórcio com Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Eletrobras e sua subsidiária integral Eletrobras CGT Eletrosul. Em 30.05.2025, com a conclusão da operação, a Copel GeT recebeu a totalidade da participação da Eletrobras de 49% na UHE Mauá e de 49,9% na MSG, passando a deter participação integral destes ativos, configurando-se portanto uma combinação de negócio em estágios, uma vez que antes da transação o controle era conjunto.

Como contraprestação a Copel GeT transferiu para a Eletrobras a integralidade da UHE Colíder (que teve seu valor justo calculado com base no valor justo dos ativos adquiridos), contraprestação contingente e recursos financeiros. A tabela abaixo demonstra o valor justo dos ativos adquiridos da Eletrobras que equivale ao valor total da contraprestação paga pela Copel de modo que, portanto, não houve ágio ou compra vantajosa nesta combinação de negócios.

Ativos líquidos adquiridos a valor justo	
UHE Mauá (49% adquirido)	794.167
MSG (49,9% adquirido)	547.553
	1.341.720
Contraprestação	
Caixa	196.609
Transferência da UHE Colíder (participação anterior de 100%)	1.104.829
Contraprestação contingente	383.115
(-) Ativo de indenização	(342.833)
	1.341.720

O efeito líquido no caixa consolidado da Companhia foi uma saída de R\$ 190.433, tendo em vista a consolidação dos valores de caixa dos empreendimentos adquiridos existentes na data da combinação de negócios, que totalizavam R\$ 6.176.

Como resultado da aquisição esperam-se ganhos de sinergia pela simplificação da estrutura operacional e administrativa, até então compartilhada.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e os valores dos ativos e passivos reconhecidos a valor justo na data da aquisição tanto da participação adquirida quanto da participação existente, conforme determina a norma para combinação de negócio em estágios.

	UHE Mauá	Mata de Santa Genebra	Totais
Contraprestação			1.684.553
Caixa			196.609
Transferência da UHE Colíder			1.104.829
Contraprestação contingente			383.115
Ativo de Indenização			(342.833)
UHE Mauá			(151.087)
MSG			(191.746)
Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios			1.380.581
UHE Mauá			830.834
MSG			549.747
Contraprestação total			2.722.301
Ativos	2.122.351	3.381.044	5.503.395
Caixa e equivalentes de caixa	531	5.645	6.176
Títulos e Valores Mobiliários	556	106.543	107.099
Clientes	–	38.173	38.173
Ativos de contrato	–	3.110.665	3.110.665
Tributos a recuperar	30.432	22.686	53.118
Cauções e depósitos vinculados	51.522	94.777	146.299
Outros créditos	2.780	1.593	4.373
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.519	–	37.519
Imobilizado e Direito de Uso de Ativos	1.197.819	145	1.197.964
Intangível	801.192	817	802.009
Passivos	497.351	2.283.743	2.781.094
Fornecedores	420	7.180	7.600
Debêntures, empréstimos e financiamentos	139.599	1.794.272	1.933.871
Concessões a pagar	48.992	–	48.992
Outras contas a pagar	–	11.721	11.721
Provisão de litígios	9.119	25.474	34.593
Passivos contingentes	299.221	358.787	658.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	86.309	86.309
Ativos líquidos a valor justo	1.625.000	1.097.301	2.722.301

Em maio de 2025 a Companhia reconheceu ganho de R\$ 190.070 pelo efeito de mensuração a valor justo da participação existente antes da combinação de negócios na UHE Mauá e na MSG, registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas”. Este valor, somado aos demais efeitos da combinação de negócios, gerou um ganho líquido de R\$ 141.661 no resultado operacional (R\$ 93.496 no lucro líquido, após impostos).

O contrato prevê o acordo de contraprestação contingente que requer que a Copel indenize a Eletrobras por: (i) qualquer passivo contingente da UHE Colíder existente antes da data de fechamento da operação de transferência, até um valor máximo não descontado de R\$ 250.000; (ii) qualquer efeito do processo que discute o excludente de responsabilidade no atraso na entrada em operação comercial da UHE Colíder. O valor justo dessa contraprestação contingente de R\$ 383.115 foi estimado com base no julgamento da administração pelo desfecho das ações individualmente, sendo que R\$ 354.403 se referem ao processo de excludente de responsabilidade e R\$ 28.712 se referem a outros passivos contingentes.

Adicionalmente, em atendimento à exigência da norma contábil de combinação de negócios, foi reconhecido o valor justo do passivo contingente de R\$ 658.008 referente às ações judiciais da UHE Mauá e da MSG na data do fechamento da operação. Por sua vez, a Eletrobras e sua subsidiária integral Eletrobras CGT Eletrosul concordaram contratualmente em indenizar a Copel e a Copel GeT pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas, de modo que foi registrado o ativo de indenização de R\$ 342.833, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, proporcional à participação da Eletrobras antes da combinação de negócios. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios.



O método utilizado para valorização dos ativos imobilizados da UHE Mauá em R\$ 1.197.964 foi o cost approach, reduzido pela obsolescência econômica e funcional. No processo de avaliação foram utilizadas informações sobre (a) custo de instalações de plantas similares; (b) últimos orçamentos de ampliação e substituição de ativos similares; (c) preço à vista de reposição do ativo, contemplando as condições de uso em que o bem se encontra na data da vistoria; e (d) os fluxos de caixa projetados do negócio.

A técnica de avaliação utilizada para mensuração do valor justo dos ativos de concessão significativos adquiridos baseou-se na abordagem de receita que converte fluxo de caixa futuro a valor presente e utilizou as seguintes premissas principais:

- O ativo intangível identificável adquirido de R\$ 801.192 da UHE Mauá inclui principalmente, (i) os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) para o período de 2025 a 2040, com uma energia contratada de 192 MW médios e (ii) venda de energia de 175 MW médios no ambiente livre (ACL) para o período 2041 até o final da concessão em 2049;
- O ativo de contrato identificável adquirido de R\$ 3.110.664 da MSG inclui principalmente a RAP do contrato de concessão nº 01/2014 para o período de 2025 até o final da concessão em 2044.

Nas demonstrações financeiras intermediárias encerradas em 30.06.2025, a alocação de valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi feita de forma preliminar pelas adquirentes.

O quadro abaixo apresenta os resultados da MSG e da UHE Mauá antes e depois da data da combinação de negócios.

	UHE Mauá (a)	MSG	Total
Receita operacional líquida	232.938	395.550	628.488
Até 31.05.2025	95.649	198.526	294.175
A partir de 1º.06.2025 até 31.12.2025	137.289	197.024	334.313
Lucro líquido	75.823	103.390	179.213
Até 31.05.2025	24.847	46.021	70.868
A partir de 1º.06.2025 até 31.12.2025	50.976	57.369	108.345

(a) Informações estimadas de 49% do resultado da UHE Mauá, que não é uma entidade jurídica separada, tendo em vista que a receita e o lucro da usina estavam contemplados no balancete da Eletrobrás até 31.05.2025 e no balancete da Copel GeT a partir de 1º.06.2025.

Ressalta-se que 50,1% do resultado da MSG até 31.05.2025 já estava contemplado no lucro líquido da Copel, por meio de equivalência patrimonial. Deste modo, caso a operação tivesse sido efetivada em 1º.01.2025, a demonstração do resultado consolidada apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 5.391.108 e lucro líquido *pro forma* de R\$ 1.850.229.

2. Concessões e Autorizações

Durante o ano de 2025 foram concluídos os desinvestimentos de 12 usinas de pequeno porte e da UHE Baixo Iguaçu, com as respectivas transferências de titularidades dos contratos de concessões para as adquirentes, além do descruzamento de ativos com a Eletrobras em que a Copel GET transferiu a UHE Colíder para a Eletrobras e passou a deter o controle de 100% da UHE Mauá e da participação societária na MSG. Os quadros a seguir já estão atualizados após esses eventos e o detalhamento desses processos está descrito nas NEs nºs 1.2 e 36.



Concessão de geração		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão - Copel GeT			
Contrato de Concessão nº 002/2024 - UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) (a)		100	21.11.2054
Contrato de Concessão nº 002/2024 - UHE Gov. José Richa (Salto Caxias) (a)		100	21.11.2054
Contrato de Concessão nº 003/2016 – UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS) (a)		100	06.01.2053
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 – UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá) (b)		100	28.06.2049
Contrato de Concessão nº 007/2013 - PCH Derivação do Rio Jordão		100	21.06.2032
Contrato de Concessão nº 045/1999 - UTE Figueira (c)		100	26.03.2019
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 – EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 – EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 – EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 – EOL Eurús IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 – EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 – EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 – EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 – EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 – EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 – EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 – EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 – EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 – EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 – EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 – EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 – EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 – EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 – EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 – EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 – EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 – EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 – EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 – EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 – EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 – PCH Arturo Andreoli	36	07.07.2034
PCH Bela Vista (a)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 – transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	06.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica	Contrato de Concessão de Geração nº 001/2024 - UHE GBM	100	20.11.2054
Jandaíra I Energias Renováveis	Portaria nº 140/2020 – EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis	Portaria nº 141/2020 – EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis	Portaria nº 142/2020 – EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis	Portaria nº 139/2020 – EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A.	Portaria nº 02/2019 – EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A.	Portaria nº 12/2019 – EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A.	Portaria nº 13/2019 – EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A.	Portaria nº 453/2019 – EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A	Portaria nº 10/2019 – EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054
EOL Aventura II	Portaria nº 209/2018 - Aventura II	100	05.06.2053
EOL Aventura III	Portaria nº 220/2018 - Aventura III - REA nº 7.820/2019	100	11.06.2053
EOL Aventura IV	Portaria nº 215/2018 - Aventura IV	100	05.06.2053
EOL Aventura V	Portaria nº 213/2018 - Aventura V	100	05.06.2053
EOL SRMN I S.A.	Portaria nº 196/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo I	100	04.06.2053
EOL SRMN II S.A.	Portaria nº 194/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo II	100	04.06.2053
EOL SRMN III S.A.	Portaria nº 197/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo III	100	04.06.2053
EOL SRMN IV S.A.	Portaria nº 188/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo IV	100	01.06.2053
EOL SRMN V S.A.	Portaria nº 189/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo V - REA 7.783/2019.	100	01.06.2053

(a) A ANEEL homologou e autorizou prazo adicional de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, nos termos da Lei 14.052/2020, da REH 3.439/2025 e da REA 16.467/2025

(b) A ANEEL transferiu a titularidade da concessão para a Copel Geração e Transmissão S.A. por meio da REA 16.151/2025, formalizado pela celebração do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 001/2007

(c) Em processo de desinvestimento (NE nº 36.1)

Concessões de transmissão		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão (LT) e Subestações (SE) - Copel GeT				
Contrato nº 060/2001 – Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) – prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2028
Contrato nº 075/2001 – LT 230 kV Bateias – Jaguariáiva		100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 – LT 230 kV Bateias – Pilarzinho		100	17.03.2038	2028
Contrato nº 027/2009 – LT 525 kV Foz do Iguaçu – Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2030
Contrato nº 010/2010 – LT 500 kV Araraquara II – Taubaté		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 – SE Cerquilha III 230/138 kV		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 – LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim – Salto Osório		100	27.08.2042	2028
Contrato nº 002/2013 – LT 230 kV Assis – Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2028
Contrato nº 005/2014 – LT 230 kV Bateias – Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2029
Contrato nº 021/2014 – LT 230 kV Foz do Chopim – Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2030
Contrato nº 022/2014 – LT 500 kV Assis – Londrina		100	05.09.2044	2030
Contrato nº 006/2016		100	07.04.2046	2030
LT 525 kV Curitiba Leste – Blumenau				
LT 230 kV Baixo Iguaçu – Realeza				
LT 230 kV Curitiba Centro – Uberaba				
SE Medianeira 230/138 kV				
SE Curitiba Centro 230/138 kV				
SE Andará Leste 230/138 kV				
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012:	100	12.01.2042	2027
	LT 230 kV Cascavel Oeste – Umuarama			
	SE Umuarama 230/138 kV			
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012:	49	10.05.2042	2027
	LT 230 kV Umuarama – Guaíra			
	LT 230 kV Cascavel Oeste – Cascavel Norte			
	SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV			
	SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV			
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012:	100	10.05.2042	2027
	LT 525 kV Curitiba – Curitiba Leste			
	SE Curitiba Leste 525/230 kV			
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia – Miranda II	49	10.05.2042	2027
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012:	49	10.05.2042	2027
	LT 500 kV Paranaíba – Cláudia			
	LT 500 kV Cláudia – Paranatinga			
	LT 500 kV Paranatinga – Ribeirãozinho			
	SE Paranaíba 500 kV			
	SE Cláudia 500 kV			
	SE Paranatinga 500 kV			
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012:	49	10.05.2042	2027
	LT 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte			
	LT 500 kV Rio Verde Norte – Marimbondo II			
	SE Marimbondo II 500 kV			
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013:	24,5	02.05.2043	2028
	LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas			
	LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia			
	LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2			
Mata de Santa Genebra (b)	Contrato nº 001/2014:	100,0	14.05.2044	2029
	LT 500 kV Itatiba – Bateias			
	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba			
	LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias			
	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV			
	SE Itatiba 500 kV			
	SE Fernão Dias 500/440 kV			
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito – Fernão Dias	49	05.09.2044	2030
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã – Londrina	100	04.03.2035	(a)

(a) Não passam por revisão tarifária.

(b) Em maio de 2025 foi concluída a aquisição da totalidade da participação na MSG (NE nº 1.2).

3. Base de Preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26.02.2026.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel GeT e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 4.2.6 e 19 - Instrumentos financeiros derivativos: apuração do valor justo nas operações de *swap* e *hedge*;
- NEs nºs 4.3 e 8 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 4.4 e 9 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.6 e 14 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.7 e 15 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.8.1 e 7.1 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 4.8.2 e 14.4 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.9 e 25 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 4.10, 27 e 31.2.7 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados, margem de construção e provisão de não performance dos empreendimentos eólicos;
- NEs nºs 4.11 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

- NEs nºs 4.12 e 20 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 4.13 e 26.4 - Remuneração baseada em ações: apuração do valor justo das outorgas dos planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP;
- NEs nºs 4.14 e 23 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos;
- NEs nºs 4.15 e 36 - Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas: avaliação da venda como altamente provável

3.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões públicas de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida. Em janeiro de 2026, conforme divulgado na NE nº 37, foram efetuadas novas captações que reverteram a condição do capital circulante líquido negativo.

4. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

4.1. Base de consolidação

4.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha, com eliminação das transações e saldos entre as empresas do grupo.

4.1.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os empreendimentos controlados em conjunto são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. Os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

4.1.3. Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificados, os passivos e os passivos contingentes adquiridos são mensurados pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (*goodwill*), apresentado no investimento nas demonstrações financeiras individuais da empresa adquirente e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos indicar um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

O valor que se refira especificamente a direito de concessão adquirido em combinação de negócios onde a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido, não se caracteriza como goodwill e, portanto, é amortizado pelo período da concessão. O ágio decorrente exclusivamente do reconhecimento contábil do tributo diferido (34%) sobre a mais/menos valia registrada na combinação de negócios se caracteriza como ágio técnico e não é amortizado, apenas testado por *impairment*.

4.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

4.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2.6. Instrumentos financeiros derivativos - Operações de SWAP e Hedge

A Companhia efetua operações de proteção de exposições aos riscos de taxa de juros de dívidas, através de contratos de swap, os quais são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. As variações nos valores justos dos derivativos são reconhecidas no resultado financeiro.

Para fins de redução na volatilidade do resultado e transparência dos efeitos do gerenciamento de capital, a Companhia adota a contabilidade de hedge. As dívidas da Companhia que são objeto de hedge são designadas como "hedge de valor justo", de modo que a variação dos valores justos tanto dos instrumentos de hedge quanto dos objetos de hedge são registradas no resultado financeiro..

4.3. Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se aos ativos financeiros das concessões com direito incondicional de receber caixa pela Companhia, garantido pelo Poder Concedente por cláusula contratual e legislação específica.

4.3.1. Bonificação pela outorga de contrato de concessão de geração em regime de cotas

O contrato de concessão de geração em regime de cotas prevê o pagamento de bonificação pela outorga ao Poder Concedente, nos termos do parágrafo 7º do artigo 8º da Lei nº 12.783/2013, a qual é reconhecida como ativo financeiro por representar um direito incondicional de receber caixa, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) definido pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE na Resolução 2/2015, a qual está sendo apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.3.2. Concessão de geração de energia elétrica

A Companhia possui contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão. Ao final de cada período de divulgação, a Administração avalia a recuperabilidade do ativo, remensurando seu fluxo de caixa com base em sua melhor estimativa.

4.4. Ativos de contrato

Representa o direito contratual da Companhia relacionado à construção da infraestrutura delegada pelo Poder Concedente, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

4.4.1. Concessão de transmissão de energia elétrica

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão. Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa parcela suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa implícita de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida, líquida da estimativa da contraprestação variável (Parcela Variável - PV) e da parcela destinada a remunerar a Operação e Manutenção – O&M. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.10.3), e por sua remuneração financeira (NE nº 4.10.2).

Após o início da operação comercial, na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente à receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é transferido para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

4.5. Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.6. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel. Os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos efetuados pelo órgão regulador, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.7. Intangível

Compreendem principalmente os ativos decorrentes dos contratos de concessão detalhados a seguir, além de valores de direito de concessão/autorização gerados em combinações de negócios (NE nº 4.1.3) e saldos de softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

4.7.1. Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos à União a título de Uso do Bem Público – UBP e/ou Bônus de Outorga. O montante é reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.7.2. Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

4.8.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

4.8.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado periodicamente e em caso de reversão de perdas estimadas em exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Os ativos provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de ativos de contrato na sua fase de formação é testado no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada já no grupo de contas a receber de clientes enquanto que para o saldo a receber condicionado a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pela regulamentação do setor.

4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.



Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.10. Reconhecimento da receita

4.10.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento de energia elétrica no segmento de geração e da disponibilidade da rede elétrica no segmento de transmissão.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e estimativas de preço e volume.

Para as empresas de geração eólica sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

As informações sobre a receita do segmento de transmissão estão descritas na NE nº 4.4.1.

4.10.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.10.3. Receita e margem de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4.12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica). Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). Para o plano assistencial que tem benefício pós emprego (Prosaúde II), o valor do passivo assistencial é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.13. Remuneração baseada em ações

A Companhia opera planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP, através dos quais recebe os serviços prestados pelos Participantes Elegíveis (Administradores e/ou Empregados) e estes são liquidados com instrumentos patrimoniais (ações). O valor total da despesa é reconhecido no resultado, na rubrica de pessoal e administradores, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período de aquisição dos direitos (*vesting period*).

O valor reconhecido como despesa é ajustado periodicamente para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições de tempo e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que efetivamente atendam às condições na data de aquisição (*vesting date*). O valor justo dos serviços recebidos é mensurado de forma indireta, tomando por base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, o qual é mensurado na data de outorga das ações e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

4.14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4.15. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

A classificação dos ativos e passivos como mantido para venda é efetuada quando a venda é altamente provável, ou seja, quando está disponível para venda imediata nas condições atuais e exista o comprometimento da alta administração com o desinvestimento, com previsão de finalização em até 12 meses a partir da data da reclassificação. A mensuração dos ativos mantidos para venda e passivos associados é realizada pelo valor contábil ou o valor justo líquido das despesas de venda, dos dois o menor. Se o ativo representar uma importante linha separada de negócios, a referida transação é considerada uma operação descontinuada, e seus resultados e fluxos de caixa são apresentados de forma segregada.

4.16. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis..

4.17. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

4.18. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	20.405	30.968	195.337	93.681
Aplicações financeiras de liquidez imediata	777.745	480.822	2.117.572	1.589.173
	798.150	511.790	2.312.909	1.682.854

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 70,0% e 102,1% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	119.695	63.268	592.735	417.842
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 101% do CDI	54.751	69.563	79.256	91.547
Operação Compromissada	98% do CDI	15.635	16.537	15.635	16.537
		190.081	149.368	687.626	525.926

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, que rendem taxas de juros variáveis. O prazo dos títulos variam de 3 a 50 meses a partir do final do período. O saldo está registrado no ativo não circulante pois se refere a recursos vinculados à garantia financeira de contratos de longo prazo.

7. Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos		Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
		Até 90 dias	Após 90 dias		
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	121.191	–	–	121.191	123.547
Contratos regulados	137.945	23	125.145	263.113	270.636
	259.136	23	125.145	384.304	394.183
Encargos de uso do sistema de transmissão	101.734	1.190	38.809	141.733	127.104
Outros Créditos	–	–	18	18	215
(-) Perdas de créditos esperadas (NE nº 7.1)	(51)	–	(140.637)	(140.688)	(142.367)
	360.819	1.213	23.335	385.367	379.135
			Circulante	380.232	379.135
			Não circulante	5.135	–

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos		Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
		Até 90 dias	Após 90 dias		
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	180.756	–	33	180.789	182.589
Contratos regulados	363.132	30	125.664	488.826	386.685
	543.888	30	125.697	669.615	569.274
Encargos de uso do sistema de transmissão	140.385	1.354	55.166	196.905	136.927
Outros Créditos	–	–	18	18	220
(-) Perdas de créditos esperadas (NE nº 7.1)	(99)	(3)	(150.712)	(150.814)	(144.398)
	684.174	1.381	30.169	715.724	562.023
			Circulante	710.589	562.023
			Não circulante	5.135	–

7.1. Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2024	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2024	Adições / (reversões)	Perdas	Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	Saldo em 31.12.2025
Controladora								
Suprimento de energia e Encargos de uso da rede elétrica	129.010	16.555	(3.198)	142.367	81	(1.760)		140.688
	129.010	16.555	(3.198)	142.367	81	(1.760)	—	140.688
Consolidado								
Suprimento de energia e Encargos de uso da rede elétrica	129.530	18.418	(3.550)	144.398	78	(2.860)	9.198	150.814
	129.530	18.418	(3.550)	144.398	78	(2.860)	9.198	150.814

8. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

	Bonificação pela outorga (NE nº 8.1)	Contrato de concessão (NE nº 8.2)	Total
Em 1º.01.2024	792.741	71.835	864.576
Reconhecimento do valor justo	—	3.590	3.590
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(91.737)	—	(91.737)
Juros efetivos (NE nº 27.1)	120.800	—	120.800
Em 31.12.2024	821.804	75.425	897.229
Reconhecimento do valor justo	—	3.248	3.248
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(96.142)	—	(96.142)
Juros efetivos (NE nº 27.1)	119.557	—	119.557
Em 31.12.2025	845.219	78.673	923.892
		Circulante	12.867
		Não circulante	911.025

8.1. Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Saldo a receber relativo à Bonificação pela Outorga do contrato de concessão da UHE GPS paga ao Poder Concedente, atualizada pelo IPCA e juros remuneratórios, conforme contrato de concessão firmado em 05.01.2016.

8.2. Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I, depreciados até 2015, data de vencimento das concessões. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, para fiscalização por parte da agência reguladora. De modo a estabelecer as diretrizes no processo de reconhecimento dos investimentos complementares ao projeto básico, de que trata o art. 2º do Decreto nº 7850/2012 e estabelecer a forma de pagamento às concessionárias de geração, o Ministério de Minas e Energia abriu em 03.07.2025 a Consulta Pública nº 190/2025, a fim de propor o processo a ser observado no pagamento dos valores homologados pela Aneel, nos termos da Resolução Normativa nº 1027/2022, abrangendo as concessionárias de geração, inclusive a Copel, com as UHEs GPS e Mourão. Até o momento não houve a conclusão da referida consulta pública, inclusive sua regulamentação.

9. Ativos de contrato

	Controladora			Consolidado		
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2024	3.591.810	1.315.947	4.907.757	4.087.156	1.315.947	5.403.103
Adições	663.699	188.105	851.804	741.135	188.105	929.240
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	–	–	–	722	–	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(452.419)	(306.596)	(759.015)	(508.832)	(306.596)	(815.428)
Outras transferências	(5.153)	–	(5.153)	(5.185)	–	(5.185)
Transferência de litígios	–	–	–	(2.994)	–	(2.994)
Em 31.12.2024	3.797.937	1.197.456	4.995.393	4.312.002	1.197.456	5.509.458
Adições	772.051	136.968	909.019	1.072.284	136.968	1.209.252
Efeito de combinação de negócios (a)	–	–	–	3.110.665	–	3.110.665
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	–	–	–	2.134	–	2.134
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(426.931)	(273.670)	(700.601)	(663.898)	(273.670)	(937.568)
Outras transferências	(8.695)	–	(8.695)	(8.695)	–	(8.695)
Ajuste RBSE - revisão do componente financeiro	–	(115.069)	(115.069)	–	(115.069)	(115.069)
Em 31.12.2025	4.134.362	945.685	5.080.047	7.824.492	945.685	8.770.177
Circulante			296.863			392.594
Não circulante			4.783.184			8.377.583

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Ajuste RBSE - revisão do componente financeiro

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022-SGT/Aneel que tratou da análise dos pedidos de reconsideração sobre o pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE. Em abril de 2023, foi emitida a Nota Técnica nº 85/2023-SGT/Aneel, por meio da qual apresentou-se análise técnica das manifestações acerca dos cálculos apresentados na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/Aneel. Em 10.06.2025 a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.467/2025, revisou o disposto na Resolução Homologatória nº 2.847/2021 e aprovou, a partir desta data, os novos valores de RAP referentes ao componente financeiro, com impacto negativo de R\$ 115.069 na receita operacional líquida da Copel GeT.

Revisão Tarifária

Em julho de 2024 a Aneel homologou a revisão tarifária de parte dos contratos de concessão de transmissão da Copel GeT, com impacto negativo de R\$ 44.402, principalmente pela avaliação do Valor Novo de Reposição (VNR) dos ativos compensada parcialmente pelo incremento de RAP de reforços e melhorias realizados no último ciclo. A Copel encaminhou recurso administrativo à Aneel solicitando a revisão dos valores e em abril de 2025 foi emitido o Despacho nº 1.228/2025 que deu provimento parcial aos pleitos da Companhia, gerando efeito positivo de R\$ 39.109 na receita operacional líquida da Copel GeT de 2025.

Em julho de 2025, conforme divulgado no Comunicado ao Mercado nº 14/25, a Aneel aprovou o estabelecimento da RAP para o ciclo 2025-2026, com vigência a partir de 1º.07.2025. De acordo com a Nota Técnica 141/2025, as RAPs da Copel GeT e suas participações passam a ser de R\$ 1.811.183, aumento de 13,6%, já considerando 100% da participação na MSG e os efeitos da redução do componente financeiro da RBSE.



Premissas - ativo de contrato

	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativo concessões	Ativo RBSE		Ativo concessões	Ativo RBSE	
		Financeiro	Econômico		Financeiro	Econômico
Margem de construção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,12% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.	9,62% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA	IPCA (b)	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	1.033.357	176.267	122.087	611.620	209.055	115.920

(a) Taxa média dos contratos
(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

10. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Alienações de bens e direitos (a)	295.519	278.740	332.695	314.895
Serviços em curso (b)	11.730	32.236	25.757	37.997
Adiantamentos contratuais a fornecedores	23.385	27.774	26.371	30.248
Adiantamento a empregados	4.199	4.356	4.212	4.356
Serviços prestados a terceiros	10.460	10.261	2.307	4.231
Ativo de Indenização (NE nº 1.2)	346.634	—	346.634	—
Outros créditos	57.851	13.902	62.727	15.754
	749.778	367.269	800.703	407.481
Circulante	112.691	90.679	129.167	96.031
Não circulante	637.087	276.590	671.536	311.450

(a) Contempla o saldo a receber decorrente da alienação de ativos inservíveis às concessões da Copel GeT e FDA realizada em 2024.
(b) Referem-se, em sua maioria, aos gastos de projetos de P&D que, após concluídos, são compensados com o respectivo passivo.

11. Tributos

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em	Reconhecido no resultado		Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em	Reconhecido no resultado	Efeito de combinação de negócios (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em
	1º.01.2024	Operação Continuada	Operação descontinuada		31.12.2024	Operação Continuada			31.12.2025
Ativo não circulante									
Impairment	213.287	3.696	—	—	216.983	(146.283)	—	—	70.700
Benefícios pós-emprego	142.971	4.451	—	(35.616)	111.806	3.542	—	39.788	155.136
Provisões para litígios	123.462	(46.887)	—	—	76.575	1.296	—	—	77.871
Amortização do direito de concessão	57.256	4.839	(18.345)	—	43.750	4.839	—	—	48.589
Perdas de créditos esperadas	44.501	5.217	—	—	49.718	(918)	—	—	48.800
Programa de desligamentos voluntários	64.704	(56.738)	—	—	7.966	(7.306)	—	—	660
Passivo de arrendamentos	23.504	(516)	—	—	22.988	6.005	—	—	28.993
Provisão para compra de energia	20.842	3.269	—	—	24.111	1.005	—	—	25.116
Provisões por desempenho e participação nos lucros	9.722	8.517	—	—	18.239	(2.888)	—	—	15.351
Mais/Menos Valia - Combinação de Negócios	5.248	5.220	—	—	10.468	(48.681)	101.735	—	63.522
Outros	58.132	5.879	7.307	—	71.318	12.993	—	—	84.311
	763.629	(63.053)	(11.038)	(35.616)	653.922	(176.396)	101.735	39.788	619.049
(-) Passivo não circulante									
Contratos de concessão	1.463.423	66.956	—	—	1.530.379	46.663	—	—	1.577.042
Custo atribuído ao imobilizado	290.919	(17.773)	—	—	273.146	(21.379)	—	—	251.767
Depreciação acelerada	146.537	15.907	—	—	162.444	(114.567)	—	—	47.877
Direito de uso de ativos	21.847	(1.067)	—	—	20.780	5.235	—	—	26.015
Atualização de depósitos judiciais	16.859	(8.034)	—	—	8.825	2.237	—	—	11.062
Outros	31.053	72.477	—	—	103.530	2.934	—	—	106.464
	1.970.638	128.466	—	—	2.099.104	(78.877)	—	—	2.020.227
Líquido	(1.207.009)	(191.519)	(11.038)	(35.616)	(1.445.182)	(97.519)	101.735	39.788	(1.401.178)

(a) Saldos registrados em decorrência da combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Consolidado	Saldo em	Reconhecido no resultado		Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em	Reconhecido no resultado	Efeito de combinação de negócios (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em
	1º.01.2024	Operação Continuada	Operação descontinuada		31.12.2024	Operação Continuada			31.12.2025
Ativo não circulante									
Impairment	213.287	3.696	—	—	216.983	(146.283)	—	—	70.700
Benefícios pós-emprego	142.971	4.451	—	(35.616)	111.806	3.542	—	39.788	155.136
Provisões para litígios	130.128	(48.728)	—	—	81.400	(5.295)	1.815	—	77.920
Programa de desligamentos voluntários	64.704	(56.738)	—	—	7.966	(7.306)	—	—	660
Amortização do direito de concessão	57.256	4.839	—	—	43.750	4.839	239.294	—	205.277
Perdas de créditos esperadas	44.504	5.219	(18.345)	—	49.723	(1.196)	—	—	48.589
Passivo de arrendamentos	23.504	(441)	—	—	23.063	6.205	3.127	—	51.654
Provisão para compra de energia	20.842	3.269	—	—	24.111	1.005	31	—	29.299
Provisões por desempenho e participação nos lucros	9.722	8.517	—	—	18.239	(2.888)	—	—	25.116
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	—	12.475	—	—	19.782	3.460	—	—	15.351
Mais/Menos Valia - Combinação de Negócios	5.248	5.220	7.307	—	10.468	(44.485)	149.485	—	172.727
Outros	60.730	(4.205)	—	—	56.525	4.482	2.406	—	63.413
	772.896	(62.426)	(11.038)	(35.616)	663.816	(183.920)	396.158	39.788	915.842
(-) Passivo não circulante									
Contratos de concessão	1.812.880	26.139	—	—	1.839.019	(228.600)	378.018	—	1.988.437
Mais/Menos Valia - Combinação de Negócios	—	—	—	—	—	277.123	—	—	277.123
Custo atribuído ao imobilizado	290.919	(17.773)	—	—	273.146	(21.379)	—	—	251.767
Depreciação acelerada	146.538	15.907	—	—	162.445	(114.567)	—	—	47.878
Direito de uso de ativos	21.847	(986)	—	—	20.861	5.423	—	—	26.284
Atualização de depósitos judiciais	16.859	(8.034)	—	—	8.825	2.761	—	—	14.300
Outros	59.445	91.112	—	—	150.557	30.715	2.714	—	181.272
	2.348.488	106.365	—	—	2.454.853	(48.524)	380.732	—	2.787.061
Líquido	(1.575.592)	(168.791)	(11.038)	(35.616)	(1.791.037)	(135.396)	15.426	39.788	(1.871.219)

(a) Saldos registrados em decorrência da combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

11.1.1. Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Custo atribuído do imobilizado: realizados a medida em que ocorra a amortização, depreciação, baixa ou alienação do ativo valorado;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação; e
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2026	110.091	(168.105)	138.005	(218.974)
2027	30.837	(216.646)	56.501	(256.857)
2028	14.144	(212.620)	41.101	(244.569)
2029	12.458	(193.460)	44.433	(220.060)
2030	11.158	(174.318)	46.632	(198.631)
2031 a 2033	29.483	(331.430)	32.843	(401.850)
Após 2033	410.878	(723.648)	556.327	(1.246.120)
	619.049	(2.020.227)	915.842	(2.787.061)

11.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

Além dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo, em 31.12.2025, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 122.788 (R\$ 99.255 em 31.12.2024) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos, principalmente na Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (subsidiária da Copel GeT).

11.2. Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	8.992	6.801	9.979	7.898
PIS/Pasep e Cofins a compensar	2.677	3.339	2.691	3.363
Outros tributos a compensar	798	486	860	489
	12.467	10.626	13.530	11.750
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	50.585	49.569	51.603	50.302
PIS/Pasep e Cofins	39.465	41.544	39.465	41.544
Outros tributos a compensar	6.209	1.754	7.095	2.860
	96.259	92.867	98.163	94.706
Passivo circulante				
IRRF sobre JCP	106.500	—	106.500	—
PIS/Pasep e Cofins a recolher	20.304	22.540	30.814	30.667
ICMS a recolher	—	42	1.465	1.457
Outros tributos	2.100	2.343	5.795	5.973
	128.904	24.925	144.574	38.097

Saldos de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.

11.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.881.037	1.525.216	2.089.693	1.658.587
(-) Resultado de participações societárias (a)	(774.290)	(440.263)	(241.342)	(276.895)
	1.106.747	1.084.953	1.848.351	1.381.692
IRPJ e CSLL (34%)	(376.294)	(368.884)	(628.439)	(469.775)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	278.800	170.000	278.800	170.000
Despesas indedutíveis	(395)	(1.164)	(2.320)	(3.392)
Incentivos fiscais	—	—	2.421	3.305
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	—	—	(23.577)	(17.878)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	—	—	58.627	(27.200)
Outros	372	8.529	8.315	11.694
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(97.517)	(191.519)	(306.173)	(333.246)
Alíquota efetiva - %	8,8%	17,7%	16,6%	24,1%

(a) Equivalência patrimonial ajustada pelos efeitos de combinação de negócios.



No que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. Os valores de ações judiciais em andamento referentes à questões de imposto de renda e contribuição social estão divulgados na NE nº 25.

11.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.

Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

12. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	18.278	15.727	21.065	16.126
Trabalhistas	16.660	23.208	17.038	23.270
Cíveis	7.648	10.831	7.671	10.855
Outros	104	9	2.807	250
	42.690	49.775	48.581	50.501

13. Investimentos

13.1. Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1�.01.2025	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JCP	Outros (a)	Saldo em 31.12.2025
Controladas								
Bela Vista	236.458	19.995	–	–	–	(15.813)	–	240.640
São Bento	246.330	51.464	–	–	–	(26.313)	–	271.481
São Bento - direito de autorização	60.542	–	–	–	(2.831)	–	–	57.711
Cutia	1.107.267	2.279	–	(100.000)	–	–	–	1.009.546
Cutia - direito de autorização	6.571	–	–	–	(357)	–	–	6.214
Complexo Brisa	270.488	51.018	36.000	–	–	(34.965)	–	322.541
Complexo Brisa - direito de autorização	206.129	–	–	–	(9.549)	–	–	196.580
Costa Oeste	140.895	29.369	4.700	–	–	(19.824)	–	155.140
Costa Oeste - mais valia e direito de concessão	4.908	(159)	–	–	(132)	–	–	4.617
Marumbi	215.824	26.064	–	–	–	(26.435)	–	215.453
Marumbi - menos valia e direito de concessão	(292)	96	–	–	(80)	–	–	(276)
Uirapuru	189.319	20.051	–	–	–	(24.250)	–	185.120
Uirapuru - menos valia e direito de concessão	6.558	1.462	–	–	(1.284)	–	–	6.736
FDA Geração de Energia	2.186.402	163.800	–	–	–	(149.848)	–	2.200.354
Complexo Jandaíra	311.456	3.864	–	–	–	(4.083)	–	311.237
Complexo Vilas	269.239	45.344	10.000	–	–	(10.588)	–	313.995
Complexo Vilas - mais valia e ágio técnico	282.539	(6.019)	–	–	–	–	–	276.520
Aventura	161.232	12.378	–	–	–	(2.941)	–	170.669
Aventura - mais valia e ágio técnico	235.152	(5.340)	–	–	–	–	–	229.812
SRMN	215.296	23.969	–	–	–	(5.693)	–	233.572
SRMN - mais valia e ágio técnico	341.070	(7.744)	–	–	–	–	–	333.326
Mata de Santa Genebra	–	57.369	–	–	–	(24.555)	1.364.328	1.397.142
Mata de Santa Genebra - menos valia	–	933	–	–	–	–	(272.652)	(271.719)
Ativos de geração de pequeno porte mantidos p/ venda	–	24.089	–	–	–	–	(24.089)	–
	6.693.383	514.282	50.700	(100.000)	(14.233)	(345.308)	1.067.587	7.866.411
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá	138.697	13.472	–	–	–	(23.722)	–	128.447
Integração Maranhense	214.476	18.591	–	–	–	(13.449)	–	219.618
Matr�nch�	1.029.198	91.655	–	–	–	(83.479)	–	1.037.374
Guaraciaba	517.914	31.955	–	–	–	(5.474)	–	544.395
Paranaíba	313.607	30.265	–	–	–	(16.228)	–	327.644
Mata de Santa Genebra	695.051	23.057	–	–	–	(34.580)	(683.528)	–
Cantareira	486.919	13.642	–	–	–	(74.860)	–	425.701
	3.395.862	222.637	–	–	–	(251.792)	(683.528)	2.683.179
Coligadas								
Foz do chopim	15.145	18.705	–	–	–	(19.618)	–	14.232
	15.145	18.705	–	–	–	(19.618)	–	14.232
	10.104.390	755.624	50.700	(100.000)	(14.233)	(616.718)	384.059	10.563.822

(a) Reclassificação de investimentos para mantido para venda, bem como efeitos da combinação de negócios que resultou na reclassificação da Mata de Santa Genebra de Controlada em Conjunto para Controlada (NE n  1.2).

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JCP	Saldo em 31.12.2024
Controladas							
Bela Vista	229.273	15.528	–	–	–	(8.343)	236.458
São Bento	250.636	19.775	–	–	–	(24.081)	246.330
São Bento - direito de autorização	63.371	–	–	–	(2.829)	–	60.542
Cutia	1.151.433	(44.166)	–	–	–	–	1.107.267
Cutia - direito de autorização	6.928	–	–	–	(357)	–	6.571
Complexo Brisa	305.091	(18.368)	5.000	–	–	(21.235)	270.488
Complexo Brisa - direito de autorização	215.678	–	–	–	(9.549)	–	206.129
Costa Oeste	139.589	18.034	–	–	–	(16.728)	140.895
Costa Oeste - mais valia e direito de concessão	4.867	173	–	–	(132)	–	4.908
Marumbi	212.641	28.413	–	–	–	(25.230)	215.824
Marumbi - menos valia e direito de concessão	(871)	659	–	–	(80)	–	(292)
Uirapuru	179.990	27.352	–	–	–	(18.023)	189.319
Uirapuru - menos valia e direito de concessão	4.923	2.920	–	–	(1.285)	–	6.558
FDA Geração de Energia	634.054	155.710	1.600.000	–	–	(203.362)	2.186.402
Complexo Jandaíra	305.409	4.115	8.171	–	–	(6.239)	311.456
Complexo Vilas	307.303	(33.281)	–	–	–	(4.783)	269.239
Complexo Vilas - mais valia e ágio técnico	288.559	(6.020)	–	–	–	–	282.539
Aventura	172.259	(11.027)	–	–	–	–	161.232
Aventura - mais valia e ágio técnico	240.492	(5.340)	–	–	–	–	235.152
SRMN	223.694	(846)	–	–	–	(7.552)	215.296
SRMN - mais valia e ágio técnico	348.814	(7.744)	–	–	–	–	341.070
	5.284.133	145.887	1.613.171	–	(14.232)	(335.576)	6.693.383
Empreendimentos controlados em conjunto							
Caiuá	133.074	12.641	–	–	–	(7.018)	138.697
Integração Maranhense	212.063	18.623	–	–	–	(16.210)	214.476
Matrinchã	995.000	79.117	–	–	–	(44.919)	1.029.198
Guaraciaba	492.083	31.193	–	–	–	(5.362)	517.914
Paranaíba	292.023	29.908	–	–	–	(8.324)	313.607
Mata de Santa Genebra	736.686	48.533	–	(37.130)	–	(53.038)	695.051
Cantareira	468.311	42.449	–	–	–	(23.841)	486.919
	3.329.240	262.464	–	(37.130)	–	(158.712)	3.395.862
Coligadas							
Foz do chopim	16.112	14.431	–	–	–	(15.398)	15.145
	16.112	14.431	–	–	–	(15.398)	15.145
	8.629.485	422.782	1.613.171	(37.130)	(14.232)	(509.686)	10.104.390

Consolidado	Saldo em 1º.01.2025	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Outros (a)	Saldo em 31.12.2025
Empreendimentos controlados em conjunto					
Caiuá	138.697	13.472	(23.722)	–	128.447
Integração Maranhense	214.476	18.591	(13.449)	–	219.618
Matrinchã	1.029.198	91.655	(83.479)	–	1.037.374
Guaraciaba	517.914	31.955	(5.474)	–	544.395
Paranaíba	313.607	30.265	(16.228)	–	327.644
Mata de Santa Genebra	695.051	23.057	(34.580)	(683.528)	–
Cantareira	486.919	13.642	(74.860)	–	425.701
	3.395.862	222.637	(251.792)	(683.528)	2.683.179
Coligadas					
Foz do chopim	15.145	18.705	(19.618)	–	14.232
	15.145	18.705	(19.618)	–	14.232
	3.411.007	241.342	(271.410)	(683.528)	2.697.411

(a) Efeitos da combinação de negócios que resultou na reclassificação da Mata de Santa Genebra de Controlada em Conjunto para Controlada (NE nº 1.2)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos e JCP	Saldo em 31.12.2024
Empreendimentos controlados em conjunto (NE nº 13.3)					
Caiuá	133.074	12.641	–	(7.018)	138.697
Integração Maranhense	212.063	18.623	–	(16.210)	214.476
Matrinchá	995.000	79.117	–	(44.919)	1.029.198
Guaraciaba	492.083	31.193	–	(5.362)	517.914
Paranaíba	292.023	29.908	–	(8.324)	313.607
Mata de Santa Genebra	736.686	48.533	(37.130)	(53.038)	695.051
Cantareira	468.311	42.449	–	(23.841)	486.919
	3.329.240	262.464	(37.130)	(158.712)	3.395.862
Coligadas					
Foz do chopim	16.112	14.431	–	(15.398)	15.145
	16.112	14.431	–	(15.398)	15.145
	3.345.352	276.895	(37.130)	(174.110)	3.411.007

13.2. Controladas com participação de não controladores

Em 2024 foi concluído o processo de desinvestimento da UEGA.

Participação no capital social	UEG Araucária: 39,1%
Em 1º.01.2024	126.200
Prejuízo do exercício	(15.147)
Alienação de participação societária (NE nº 36)	(111.053)
Em 31.12.2024	–

13.3. Informações resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

Saldo em 31.12.2025	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchá	Guaraciaba	Paranaíba	Cantareira
ATIVO	357.733	610.819	3.004.036	1.650.622	2.126.903	1.779.488
Ativo circulante	68.270	82.980	376.271	221.929	255.911	185.093
Caixa e equivalentes de caixa	37.067	19.209	38.985	40.564	40.099	20.775
Outros ativos circulantes	31.203	63.771	337.286	181.365	215.812	164.318
Ativo não circulante	289.463	527.839	2.627.765	1.428.693	1.870.992	1.594.395
PASSIVO	357.733	610.819	3.004.036	1.650.622	2.126.903	1.779.488
Passivo circulante	54.746	21.403	146.226	126.415	131.909	203.753
Passivos financeiros	5.866	8.264	97.033	57.172	77.602	50.426
Outros passivos circulantes	48.880	13.139	49.193	69.243	54.307	153.327
Passivo não circulante	28.377	141.223	740.718	413.196	657.677	706.955
Passivos financeiros	12.574	17.703	374.934	269.982	289.440	338.769
Outros passivos não circulantes	15.803	123.520	365.784	143.214	368.237	368.186
Patrimônio líquido	274.610	448.193	2.117.092	1.111.011	1.337.317	868.780
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	36.329	57.751	314.494	157.931	232.406	91.979
Custos e despesas operacionais	(6.870)	(10.057)	(39.620)	(23.742)	(25.497)	(11.395)
Despesas de juros	(2.249)	(3.329)	(60.582)	(39.476)	(43.407)	(44.149)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	4.078	2.250	19.166	9.603	9.482	4.969
Provisão para IR e CSLL	12.567	(8.673)	(46.406)	(39.102)	(49.454)	(13.562)
Lucro líquido do exercício	43.855	37.942	187.052	65.214	123.530	27.842
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	43.855	37.942	187.052	65.214	123.530	27.842
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	49,0
Valor contábil do investimento	128.447	219.618	1.037.374	544.395	327.644	425.701

Saldo em 31.12.2024	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	344.626	598.513	3.017.103	1.622.959	2.097.314	3.747.356	1.831.108
Ativo circulante	47.085	71.991	414.369	218.490	258.995	559.575	184.550
Caixa e equivalentes de caixa	17.119	11.248	94.290	48.521	51.417	20.964	18.432
Outros ativos circulantes	29.966	60.743	320.079	169.969	207.578	538.611	166.118
Ativo não circulante	297.541	526.522	2.602.734	1.404.469	1.838.319	3.187.781	1.646.558
PASSIVO	344.626	598.513	3.017.103	1.622.959	2.097.314	3.747.356	1.831.108
Passivo circulante	20.660	18.337	135.403	139.960	128.717	121.565	85.003
Passivos financeiros	5.735	8.080	97.571	61.058	73.612	87.054	45.666
Outros passivos circulantes	14.925	10.257	37.832	78.902	55.105	34.511	39.337
Passivo não circulante	40.911	142.477	781.295	426.030	688.575	2.238.465	752.391
Passivos financeiros	17.921	25.231	446.594	307.648	354.756	1.696.683	375.612
Outros passivos não circulantes	22.990	117.246	334.701	118.382	333.819	541.782	376.779
Patrimônio líquido	283.055	437.699	2.100.405	1.056.969	1.280.022	1.387.326	993.714
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	37.505	61.094	333.128	167.286	238.796	391.009	178.483
Custos e despesas operacionais	(7.875)	(12.148)	(80.106)	(36.486)	(28.129)	(69.978)	(10.429)
Despesas de juros	(2.398)	(3.489)	(62.453)	(39.522)	(46.671)	(114.310)	(42.033)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	2.542	2.177	18.123	8.226	7.765	(59.962)	4.578
Provisão para IR e CSLL	(3.977)	(9.629)	(47.228)	(35.843)	(49.686)	(49.887)	(43.969)
Lucro líquido do exercício	25.797	38.005	161.464	63.661	122.075	96.872	86.630
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—
Resultado abrangente do exercício	25.797	38.005	161.464	63.661	122.075	96.872	86.630
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	138.697	214.476	1.029.198	517.914	313.607	695.051	486.919

Em 31.12.2025, a participação da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 85 (R\$ 2.487 em 31.12.2024), enquanto que os passivos contingentes classificados como perda possível equivalem a R\$ 112.776 (R\$ 264.241 em 31.12.2024).

13.4. Informações resumidas das coligadas

Foz do Chopim	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO	41.838	44.234
Ativo circulante	8.723	8.726
Ativo não circulante	33.115	35.508
PASSIVO	41.838	44.234
Passivo circulante	2.043	1.888
Patrimônio líquido	39.795	42.346
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	69.988	53.431
Depreciação e amortização	(2.752)	(2.692)
Outros custos e despesas operacionais	(12.959)	(8.967)
Resultado financeiro	354	394
Provisão para IR e CSLL	(2.336)	(1.820)
Lucro líquido do exercício	52.295	40.346
Resultado abrangente do exercício	52.295	40.346
Participação na coligada - %	35,77	35,77
Valor contábil do investimento	14.233	15.145

Em 31.12.2025 não há compromissos assumidos e passivos contingentes na coligada Foz do Chopim.

14. Imobilizado

14.1. Imobilizado por classe de ativos

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	4.355.011	(2.569.960)	1.785.051	4.099.848	(2.348.805)	1.751.043
Máquinas e equipamentos	2.149.199	(1.460.490)	688.709	1.984.015	(1.340.683)	643.332
Edificações	657.012	(380.757)	276.255	702.573	(356.715)	345.858
Terrenos	331.637	(69.862)	261.775	319.457	(45.890)	273.567
Veículos e aeronaves	14.076	(10.558)	3.518	12.757	(10.617)	2.140
Móveis e utensílios	8.029	(5.125)	2.904	7.256	(4.515)	2.741
(-) Obrigações especiais	(22.259)	1.442	(20.817)	(6.879)	681	(6.198)
	7.492.705	(4.495.310)	2.997.395	7.119.027	(4.106.544)	3.012.483
Em curso						
Custo	136.954	–	136.954	148.485	–	148.485
	136.954	–	136.954	148.485	–	148.485
	7.629.659	(4.495.310)	3.134.349	7.267.512	(4.106.544)	3.160.968

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	6.768.874	(4.924.318)	1.844.556	6.513.711	(4.699.230)	1.814.481
Máquinas e equipamentos	8.628.228	(3.482.013)	5.146.215	8.445.754	(3.072.780)	5.372.974
Edificações	1.282.350	(924.566)	357.784	1.310.023	(896.806)	413.217
Terrenos	367.580	(75.269)	292.311	355.430	(49.722)	305.708
Veículos e aeronaves	14.076	(10.558)	3.518	12.757	(10.617)	2.140
Móveis e utensílios	9.055	(5.670)	3.385	8.184	(5.033)	3.151
(-) Obrigações especiais	(22.259)	1.442	(20.817)	(6.877)	682	(6.195)
	17.047.904	(9.420.952)	7.626.952	16.638.982	(8.733.506)	7.905.476
Em curso						
Custo	204.686	–	204.686	205.293	–	205.293
	204.686	–	204.686	205.293	–	205.293
	17.252.590	(9.420.952)	7.831.638	16.844.275	(8.733.506)	8.110.769

14.2. Mutação do imobilizado

Controladora	Saldo em 1º.01.2025	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (a)	Efeito de combinação de negócios (b)	Saldo em 31.12.2025
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	1.751.043	–	(88.215)	–	3.371	(224.879)	343.731	1.785.051
Máquinas e equipamentos	643.332	–	(60.073)	(398)	63.022	(130.727)	173.553	688.709
Edificações	345.858	–	(14.021)	(1.077)	901	(141.700)	86.294	276.255
Terrenos	273.567	–	(8.957)	(54)	12.842	(72.303)	56.680	261.775
Veículos	2.140	–	(520)	–	2.029	(131)	–	3.518
Móveis e utensílios	2.741	–	(330)	(4)	370	(35)	162	2.904
(-) Obrigações especiais	(6.198)	–	761	–	(15.380)	–	–	(20.817)
	3.012.483	–	(171.355)	(1.533)	67.155	(569.775)	660.420	2.997.395
Em curso								
Custo	148.485	95.818	–	(4.672)	(58.461)	(44.216)	–	136.954
	148.485	95.818	–	(4.672)	(58.461)	(44.216)	–	136.954
	3.160.968	95.818	(171.355)	(6.205)	8.694	(613.991)	660.420	3.134.349

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

(b) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2024
Em serviço							
Reservatórios, barragens, adutoras	2.884.194	–	(121.674)	(2.852)	13.078	(1.021.703)	1.751.043
Máquinas e equipamentos	1.693.587	–	(89.090)	(1.348)	33.785	(993.602)	643.332
Edificações	725.357	–	(29.485)	(6.755)	7.203	(350.462)	345.858
Terrenos	380.581	–	(9.414)	(7.051)	6.341	(96.890)	273.567
Veículos e aeronaves	1.937	–	(488)	(8)	701	(2)	2.140
Móveis e utensílios	2.974	–	(316)	(108)	460	(269)	2.741
(-) Impairment	(674.078)	(27.754)	–	–	–	701.832	–
(-) Obrigações especiais	(6.367)	–	470	–	(359)	58	(6.198)
	5.008.185	(27.754)	(249.997)	(18.122)	61.209	(1.761.038)	3.012.483
Em curso							
Custo	251.031	45.140	–	(961)	(59.338)	(87.387)	148.485
	251.031	45.140	–	(961)	(59.338)	(87.387)	148.485
	5.259.216	17.386	(249.997)	(19.083)	1.871	(1.848.425)	3.160.968

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2025	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (a)	Efeito de combinação de negócios (b)	Saldo em 31.12.2025
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	1.814.481	–	(92.152)	–	3.375	(224.879)	343.731	1.844.556
Máquinas e equipamentos	5.372.974	–	(349.880)	(36.248)	116.414	(130.727)	173.682	5.146.215
Edificações	413.217	–	(17.741)	(1.077)	18.791	(141.700)	86.294	357.784
Terrenos	305.708	–	(10.533)	(83)	12.842	(72.303)	56.680	292.311
Veículos	2.140	–	(520)	–	2.029	(131)	–	3.518
Móveis e utensílios	3.152	–	(366)	(8)	464	(35)	178	3.385
(-) Obrigações especiais	(6.196)	–	760	–	(15.381)	–	–	(20.817)
	7.905.476	–	(470.432)	(37.416)	138.534	(569.775)	660.565	7.626.952
Em curso								
Custo	205.293	178.134	–	(4.672)	(129.853)	(44.216)	–	204.686
	205.293	178.134	–	(4.672)	(129.853)	(44.216)	–	204.686
	8.110.769	178.134	(470.432)	(42.088)	8.681	(613.991)	660.565	7.831.638

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

(b) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2024
Em serviço							
Reservatórios, barragens, adutoras	2.951.569	–	(125.612)	(2.851)	13.078	(1.021.703)	1.814.481
Máquinas e equipamentos	6.600.615	28.905	(378.079)	(6.978)	122.113	(993.602)	5.372.974
Edificações	801.823	–	(33.358)	(13.341)	8.555	(350.462)	413.217
Terrenos	413.913	–	(10.566)	(7.272)	6.523	(96.890)	305.708
Veículos e aeronaves	1.937	–	(488)	(8)	701	(2)	2.140
Móveis e utensílios	3.548	–	(372)	(274)	519	(269)	3.152
(-) Impairment	(674.078)	(27.754)	–	–	–	701.832	–
(-) Obrigações especiais	(6.367)	–	471	–	(358)	58	(6.196)
	10.092.960	1.151	(548.004)	(30.724)	151.131	(1.761.038)	7.905.476
Em curso							
Custo	353.095	89.807	–	(961)	(149.261)	(87.387)	205.293
	353.095	89.807	–	(961)	(149.261)	(87.387)	205.293
	10.446.055	90.958	(548.004)	(31.685)	1.870	(1.848.425)	8.110.769

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados durante a fase de construção totalizaram R\$ 3.745 à taxa média de 0,063% a.a. (R\$ 2.820, à taxa média de 0,049% a.a. em 2024).

14.3. Operações em conjunto – consórcios

Conforme divulgado nas NEs nº 1.2 e 36.2, a Companhia concluiu o processo de troca de ativos com a Eletrobras envolvendo a compra dos 49% da UHE Mauá e, conseqüentemente, houve a dissolução do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Conforme divulgado na NE nº 36.3,, os saldos da UHE Baixo Iguaçu que compõe o Consórcio Baixo Iguaçu foram vendidos.

14.4. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos do segmento de geração

As unidades geradoras de caixa do segmento geração de energia elétrica são testadas a partir da análise de indicadores de impairment, de premissas representativas das melhores estimativas da Administração da Companhia, da metodologia prevista no CPC 01 / IAS 36 e da mensuração do valor em uso. A Companhia trata cada um de seus empreendimentos de geração como unidade geradora de caixa independente.

O cálculo do valor em uso baseia-se em fluxos de caixa operacionais descontados pelo horizonte das concessões, mantendo-se as atuais condições comerciais da companhia. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa é definida e atualizada a partir da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e CAPM (Modelo de Precificação de Ativos), por tipo de fonte, para o segmento de geração, considerando parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas pela Administração. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

De forma geral, os testes contemplam as seguintes premissas:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxas de desconto específicas para cada tipo de fonte testada, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia; e
- Atualização de encargos regulatórios.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de impairment:

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Impairment / Reversão	Transferência	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2025
Em serviço (a)					
UHE Colider	(498.906)	—	498.906	—	—
Usinas no Paraná	(175.172)	(27.754)	202.926	—	—
	(674.078)	(27.754)	701.832	—	—
Em curso					
Consórcio Tapajós (b)	(14.879)	—	—	(14.879)	(14.879)
	(14.879)	—	—	(14.879)	(14.879)
	(688.957)	(27.754)	701.832	(14.879)	(14.879)

(a) Usinas vendidas em 2025, conforme detalhado nas NEs nºs 1.2 e 36.

(b) Projeto em Desenvolvimento

As movimentações apresentadas em 2024 se referem às usinas que estavam em processo de desinvestimento e que tiveram a venda concluída em 2025 conforme detalhado na NE nº 36. Em 2025 não houve registro de impairment para nenhuma das usinas da Copel.

O quadro abaixo apresenta as usinas com valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela apresenta a porcentagem em que o valor recuperável (“VR”) excede o valor contábil (“VC”) dos ativos e demonstra a análise de sensibilidade aumentando em 5% e 10% a taxa de desconto real depois dos impostos para avaliação do risco de impairment de cada empreendimento.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% Variação)	VR/VC-1 (10% Variação)	Risco de Impairment
Ativos Eólicos					
Complexo São Bento (a)	7,25%	21,18%	19,03%	16,94 %	–
Complexo Brisa I (b)	7,25%	15,12%	12,28%	9,52 %	–
Complexo Brisa II (c)	7,25%	34,73%	30,31%	26,09 %	–
Complexo Bento Miguel (d)	7,25%	51,25%	47,15%	43,23 %	–
Complexo Cutia (e)	7,25%	18,34%	15,34%	12,45 %	–
Complexo Jandaíra (f)	5,84%	8,18%	4,72%	1,44 %	–
Complexo Vilas (g)	4,93%	49,97%	44,65%	39,55 %	–
Complexo Aventura (h)	5,26%	29,58%	25,64%	21,87 %	–
Complexo Santa Rosa e Mundo Novo (i)	5,26%	41,92%	37,90%	34,05 %	–
Ativos Hídricos					
Foz do Areia	6,28%	64,28%	58,77%	53,55 %	–
Segredo	6,28%	32,24%	28,07%	24,11 %	–
Caxias	6,28%	33,70%	29,67%	25,83 %	–
Mauá	6,28%	32,86%	29,88%	27,01 %	–
Bela Vista	7,48%	101,70%	94,98%	88,61 %	–

(a) Usinas GE Boa Vista, GE Farol, GE Olho D’Água e GE São Bento do Norte.

(b) Usinas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV.

(c) Usinas Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel.

(d) Usinas São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e São Miguel III.

(e) Usinas Cutia, Guajiru, Jangada, Maria Helena, Potiguar, Esperança e Paraíso dos Ventos.

(f) Usinas Jandaíra I, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV.

(g) Usinas Potiguar B61, Potiguar B141, Potiguar B142, Potiguar B143 e Ventos de Vila Paraíba IV.

(h) Usinas Aventura II, Aventura III, Aventura IV, Aventura V.

(i) Usinas Santa Rosa e Mundo Novo - SRMN: SRMN I, SRMN II, SRMN III, SRMN IV e SRMN V.

14.5. Taxas de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2025	31.12.2024
Taxas médias do segmento de geração		
Equipamento geral	6,04 %	6,06 %
Máquinas e equipamentos	3,34 %	3,29 %
Geradores	3,45 %	3,40 %
Reservatórios, barragens e adutoras	2,26 %	2,26 %
Turbina hidráulica	2,71 %	2,77 %
Unidade de geração eólica	4,86 %	4,85 %
Edificações	2,74 %	2,79 %
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,34 %	3,34 %
Máquinas e equipamentos de escritório	11,92 %	11,25 %
Móveis e utensílios	6,20 %	6,26 %
Veículos	14,29 %	14,29 %

Para todas as usinas com regime de exploração de Produtor Independente de Energia - PIE, a totalidade dos ativos, inclusive terrenos, vinculados as usinas de geração de energia elétrica hídrica e eólica são depreciados e/ou amortizados de forma linear pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil de cada ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão de cada usina, sem valor residual ao final da concessão/autorização. Para as usinas de geração hídrica em que o contrato de concessão garante direito a indenização os ativos são depreciados de forma linear pela vida útil de cada ativo.

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contratos de concessão/autorização de geração (NE nº 15.1)	3.823.944	3.231.849	7.073.843	6.595.926
Outros intangíveis (NE nº 15.2)	54.522	29.071	76.776	42.326
	3.878.466	3.260.920	7.150.619	6.638.252

A Administração não identificou indicativos de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

15.1. Contratos de concessão de geração

	Controladora		Consolidado	
	Contrato de concessão	Contrato de concessão	Direito de concessão e autorização/ ágio técnico	Total
Em 1º.01.2024	1.005.968	1.121.382	1.489.302	2.610.684
Mais valia na combinação de negócios	—	—	—	—
Bônus de Outorga	2.233.557	4.073.915	—	4.073.915
Adições - renovação das concessões	135.611	205.201	—	205.201
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(112.613)	(219.572)	(43.628)	(263.200)
(-) Reclassificação para Ativos Mantidos para venda (NE nº 36).	(30.674)	(30.674)	—	(30.674)
Em 31.12.2024	3.231.849	5.150.252	1.445.674	6.595.926
Efeito de combinação de negócios (a)	720.004	720.004	—	720.004
Adições (NE nº 22.1)	4.973	(1.728)	—	(1.728)
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(126.728)	(190.573)	(43.631)	(234.204)
(-) Reclassificação para Ativos Mantidos para venda (NE nº 36).	(6.154)	(6.155)	—	(6.155)
Em 31.12.2025	3.823.944	5.671.800	1.402.043	7.073.843

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2, que serão amortizados pelo prazo da concessão.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

15.2. Outros intangíveis

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2024	7.321	15.311	22.632	15.037	20.231	35.268
Aquisições	—	19.307	19.307	—	20.329	20.329
Transferências do imobilizado	—	(3.339)	(3.339)	—	(3.339)	(3.339)
Transferências do ativo de contrato	—	52	52	—	52	52
Capitalizações para intangível em serviço	9.786	(9.786)	—	9.932	(9.932)	—
Quotas de amortização (b)	(6.369)	—	(6.369)	(6.772)	—	(6.772)
Baixas	—	(498)	(498)	—	(498)	(498)
(-) Reclassificação para Ativos Mantidos para venda (NE nº 36).	(277)	(2.437)	(2.714)	(277)	(2.437)	(2.714)
Em 31.12.2024	10.461	18.610	29.071	17.920	24.406	42.326
Efeito de combinação de negócios (a)	6.661	4.897	11.558	6.690	4.897	11.587
Aquisições	—	28.700	28.700	—	38.075	38.075
Capitalizações para intangível em serviço	10.833	(10.833)	—	11.142	(11.142)	—
Quotas de amortização (b)	(7.015)	—	(7.015)	(7.422)	—	(7.422)
Baixas	—	(19)	(19)	—	(19)	(19)
(-) Reclassificação para Ativos Mantidos para venda (NE nº 36).	(4.441)	(3.332)	(7.773)	(4.444)	(3.327)	(7.771)
Em 31.12.2025	16.499	38.023	54.522	23.886	52.890	76.776

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

(b) Taxa anual de amortização: 20%.

16. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	10.819	11.111	10.830	11.111
Encargos sociais	6.674	6.403	6.675	6.404
	17.493	17.514	17.505	17.515
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	4.287	4.776	4.287	4.776
Férias	17.250	18.044	17.250	18.044
Provisões por desempenho e participação nos lucros	46.937	55.946	46.937	55.946
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 16.1)	1.941	23.428	1.941	23.427
Outros	90	4	89	4
	70.505	102.198	70.504	102.197
	87.998	119.712	88.009	119.712

16.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Saldo remanescente a pagar aos empregados que deixarão a Companhia até março de 2026 em virtude da adesão aos PDV's instituídos pela Companhia em agosto de 2023 e em fevereiro de 2025

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	135.105	104.052	192.953	160.396
Energia elétrica	218.407	239.069	234.189	239.735
Encargos de uso da rede elétrica	115.659	118.637	135.602	138.662
	469.171	461.758	562.744	538.793
Circulante	335.630	319.382	429.203	396.417
Não circulante	133.541	142.376	133.541	142.376

18. Empréstimos e Financiamentos

Consolidado Empresa	Banco	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
Copel GET	Itaú Unibanco S.A	Fidejussória Copel	—	1.036.260
	Banco do Brasil – Repasse BNDES	Fidejussória Copel e Receita de comercialização de energia.	53.967	37.507
	BNDES	Fidejussória Copel; receita de comercialização de energia; ou receita de serviços de transmissão de energia; e cessão fiduciária de direitos creditórios.	473.225	597.912
			527.192	1.671.679
Complexo Jandaíra	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	165.041	178.407
Complexo Vilas	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	486.428	505.155
Complexo Aventura	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	299.015	313.777
Complexo SRMN	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	516.797	531.766
Complexo Brisa	BNDES	Fidejussória Copel GET; fiança da Copel; penhor de ações de propriedade da Copel GET; cessão fiduciária de direitos creditórios e de receitas.	49.301	56.551
Complexo São Bento	BNDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da Copel GET; cessão fiduciária de recebíveis de venda de energia; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	98.240	116.679
Cutia	BNDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da Copel GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios;	477.502	497.199
Costa Oeste	BNDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios	6.613	8.657
Marumbi	BNDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios	9.551	11.972
		Dívida bruta	2.635.680	3.891.842
		(-) Custo de transação	(19.785)	(26.752)
		Dívida líquida	2.615.895	3.865.090
		Circulante	214.602	1.228.234
		Não Circulante	2.401.293	2.636.856

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 31.3.

18.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Total	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Total
2027	76.361	(186)	76.175	216.918	(1.799)	215.119
2028	27.664	(186)	27.478	175.308	(1.809)	173.499
2029	22.721	(185)	22.536	174.444	(1.802)	172.642
2030	20.597	(134)	20.463	168.989	(1.755)	167.234
2031	19.911	(114)	19.797	164.598	(1.660)	162.938
Após 2031	281.512	(1.381)	280.131	1.519.028	(9.167)	1.509.861
	448.766	(2.186)	446.580	2.419.285	(17.992)	2.401.293

18.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	2.280.535	4.592.497
Ingressos	1.757	5.051
(-) Custos de transação	(33)	(33)
Encargos e variação monetária	227.504	412.944
Pagamento - principal	(136.830)	(255.935)
Pagamento - encargos	(201.301)	(381.758)
Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).	(507.676)	(507.676)
Em 31.12.2024	1.663.956	3.865.090
Efeito de combinação de negócios (a)	74.137	74.137
Encargos e variação monetária	117.446	292.117
Pagamento - principal	(1.066.571)	(1.190.123)
Pagamento - encargos	(130.058)	(291.236)
Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).	(134.090)	(134.090)
Em 31.12.2025	524.820	2.615.895

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

A movimentação do ano de 2025 não contempla os valores de encargos e variação monetária e os pagamentos de principal e de encargos dos financiamentos que foram reclassificados para mantidos para venda em 2024.

18.3. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2025, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Cutia (a)	Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá		
Santa Maria	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212711		
São Bento Energia, Investimento e Participações	BNDES Finem nº 14212721	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	Contrato de Cessão BNDES		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
Costa Oeste	BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) A Cutia recebeu autorização do BNDES para substituição temporária, até o exercício de 2029, do procedimento de cálculo do ICSD atual pelo cálculo do ICSD e de Índice de Alavancagem com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Copel.

19. Debêntures

Consolidado Empresa	Emissão	Garantia	31.12.2025	31.12.2024
Copel GeT	5ª	Fidejussória Copel	—	82.619
	6ª		—	276.193
	7ª		1.041.335	1.598.771
	8ª		1.417.381	1.386.822
	9ª		1.652.545	1.637.685
	10ª		2.113.824	—
			6.225.085	4.982.090
Complexo Brisa	2ª	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos) e fidejussória Copel	65.631	183.225
Cutia	1ª	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos) e fidejussória Copel	316.081	327.685
MSG	2ª	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos).	185.535	—
	3ª		1.647.525	—
Divida bruta			8.439.857	5.493.000
(-) Custo de transação			(106.491)	(50.731)
(-) Ajuste a Valor Justo (a)			9.559	—
Total			8.342.925	5.442.269
Circulante			966.843	1.115.198
Não Circulante			7.376.082	4.327.071

(a) Ajuste a valor justo da 3ª série da 10ª emissão de debêntures.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 31.3.

Em 11.03.2025, a Copel GeT efetuou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em três séries, nos montantes de R\$ 500.000, R\$ 500.000 e R\$ 1.000.000, para refinanciamento de compromissos financeiros vencidos em 2025 e para investimentos, conforme detalhamento constante na Escritura de Emissão. A remuneração corresponde à variação acumulada do DI + 0,59% a.a. para a primeira série, DI + 0,79% a.a. para a segunda série e IPCA + 7,4820% a.a. para a terceira série, com prazos de vencimentos de 4, 7 e 12 anos, respectivamente. Em 15.09.2025, a Copel GeT efetuou três contratos de swap de taxa de juros para a 3ª série desta 10ª emissão de debêntures, de modo que o saldo do passivo referente à esta série passou a ter remuneração atrelada à variação de DI.

O quadro a seguir apresenta o saldo de debêntures que foram objeto de hedge.

	31.12.2025
Debêntures	1.046.170
(-) Ajuste de valor justo	9.559
Debêntures a valor justo	1.055.729
Efeitos do <i>hedge</i> (swap) de valor justo	
Posição Passiva (a)	2.716
Debêntures líquidos dos efeitos do <i>hedge</i>	1.058.445

(a) Saldo registrado na rubrica de Outras contas a pagar (NE nº 24).

19.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Controladora					Consolidado				
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Saldo da dívida	Efeitos de Hedge (swap)	Saldo da dívida + hedge	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Saldo da dívida	Efeitos de Hedge (swap)	Saldo da dívida + hedge
2027	266.667	(6.910)	259.757	1.615	261.372	423.495	(14.750)	408.745	1.615	410.360
2028	516.667	(6.943)	509.724	1.260	510.984	680.156	(14.845)	665.311	1.260	666.571
2029	1.216.957	(5.554)	1.211.403	982	1.212.385	1.398.064	(13.474)	1.384.590	982	1.385.572
2030	950.290	(4.586)	945.704	830	946.534	1.148.417	(12.308)	1.136.109	830	1.136.939
2031	732.536	(4.140)	728.396	1.533	729.929	933.159	(10.013)	923.146	1.533	924.679
Após 2031	1.733.250	(7.395)	1.725.855	(4.921)	1.720.934	2.882.535	(24.354)	2.858.181	(4.921)	2.853.260
	5.416.367	(35.528)	5.380.839	1.299	5.382.138	7.465.826	(89.744)	7.376.082	1.299	7.377.381

19.2. Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	3.768.958	4.298.930
Ingressos	1.600.000	1.600.000
(-) Custos de transação (a)	(5.011)	(5.011)
Encargos e variação monetária	457.952	511.866
Pagamento - principal	(479.546)	(529.912)
Pagamento - encargos	(393.048)	(433.604)
Em 31.12.2024	4.949.305	5.442.269
Efeito de combinação de negócios (a)	—	1.794.272
Ingressos	2.000.000	2.000.000
(-) Custos de transação	(22.632)	(22.632)
Encargos e variação monetária	909.612	1.069.358
Pagamento - principal	(930.413)	(1.133.352)
Pagamento - encargos	(725.263)	(816.549)
Ajuste a valor justo	9.559	9.559
Em 31.12.2025	6.190.168	8.342.925

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

19.3. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2025, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos, exceto na controlada Ventos de Santo Uriel, dispensada do cumprimento do ICSD no exercício de 2025, conforme carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 53/2025. Em 31.12.2025, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	7ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5
	8ª Emissão de Debêntures		
	9ª Emissão de Debêntures		
	10ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Nova Asa Branca II			
Nova Asa Branca III			
Nova Eurus IV			
Ventos de Santo Uriel			
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
MSG	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,2
	3ª Emissão de Debêntures		

(a) Indicador calculado com os valores da demonstração financeira consolidada da Copel.

Para o indicador Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado, no último trimestre de 2025 a Companhia negociou anuências temporárias para o índice de alavancagem de todas as suas emissões de debêntures vigentes, de 3,5 para 4,5, se necessário.

20. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

20.1. Plano de benefício previdenciário e Plano Assistencial

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II, Prosaúde III e Prosaúde IV. A cobertura inclui exames médicos periódicos em todos os planos.

20.2. Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Planos previdenciários	2.161	137	2.161	137
Planos assistenciais	456.284	328.840	456.284	328.840
	458.445	328.977	458.445	328.977
Circulante	31.634	24.557	31.634	24.557
Não circulante	426.811	304.420	426.811	304.420

Os valores reconhecidos no resultado (NE nº 28) estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empregados				
Planos previdenciários	14.135	18.230	15.230	19.443
Plano assistencial - pós-emprego	37.716	37.759	37.716	37.759
Plano assistencial - funcionários ativos	14.861	19.226	16.111	20.680
	66.712	75.215	69.057	77.882
Administradores				
Planos previdenciários	209	242	262	312
Plano assistencial	32	58	42	77
	241	300	304	389
	66.953	75.515	69.361	78.271

20.3. Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	420.718	420.718
Apropriação do cálculo atuarial	37.759	37.759
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	42.490	42.490
Ganhos atuariais	(104.754)	(104.754)
Amortizações	(67.236)	(67.236)
Em 31.12.2024	328.977	328.977
Apropriação do cálculo atuarial	37.716	37.716
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	34.197	34.197
Perdas atuariais	117.025	117.025
Amortizações	(59.470)	(59.470)
Em 31.12.2025	458.445	458.445

20.4. Avaliação atuarial

20.4.1. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2025		2024	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	–	3,10%	–	3,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,57%	10,90%	7,66%	11,42%
Planos Unificado - Saldado	7,37%	10,70%	7,40%	11,15%
Planos III	7,31%	10,64%	7,36%	11,12%
Planos Assistencial	7,20%	10,52%	7,44%	11,20%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano III a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,10%	–	3,30%	–
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

20.4.2. Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2025		
Participantes aposentados	12,13	21,35
Participantes pensionistas	13,35	23,00
Em 31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,6 e 68,17 anos.

20.4.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2025. Contudo, pela legislação atual, inexistente direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.244.824	1.361.125	518.268	4.124.217	3.853.861
Valor justo dos ativos do plano	(2.667.707)	(1.558.591)	(61.984)	(4.288.282)	(3.992.695)
Estado de cobertura do plano	(422.883)	(197.466)	456.284	(164.065)	(138.834)
Ativo não reconhecido	422.883	197.466	–	620.349	467.674
	–	–	456.284	456.284	328.840

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

20.4.4. Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2024	2.590.548	1.204.749	469.777
Custo de serviço	(1.447)	1.336	2.136
Custo dos juros	210.999	98.852	39.883
Benefícios pagos	(229.305)	(109.907)	(24.677)
(Ganhos) / perdas atuariais	(370.009)	75.289	(104.362)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	2.200.786	1.270.319	382.757
Custo de serviço	(1.118)	(515)	1.800
Custo dos juros	236.319	135.195	41.954
Benefícios pagos	(237.462)	(119.014)	(27.297)
Perdas atuariais	46.299	75.140	119.054
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2025	2.244.824	1.361.125	518.268

20.4.5. Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2024	2.905.007	1.231.145	49.274
Retorno esperado dos ativos	237.951	101.236	4.259
Contribuições e aportes	13.244	3.591	24.677
Benefícios pagos	(229.305)	(109.907)	(24.677)
Ganhos / (perdas) atuariais	(388.344)	174.161	384
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	2.538.553	1.400.226	53.917
Retorno esperado dos ativos	275.242	149.854	6.039
Contribuições e aportes	13.451	1.717	27.297
Benefícios pagos	(237.461)	(119.014)	(27.297)
Ganhos atuariais	77.922	125.808	2.028
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2025	2.667.707	1.558.591	61.984

20.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2026 para cada plano estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(12.353)	(508)	1.627
Custo estimado dos juros	275.999	159.556	53.082
Rendimento esperado do ativo do plano	(276.791)	(159.654)	(6.523)
Custos (receitas)	(13.145)	(606)	48.186

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

20.4.7. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o saldo das obrigações e do custo do serviço dos planos previdenciários e assistencial com o impacto de alterações nas premissas atuariais significativas.

Consolidado	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações		
Obrigações dos planos previdenciários	3.473.510	3.748.375
Obrigações do plano assistencial	489.579	549.943
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Obrigações do plano assistencial	550.326	489.070
Custo do serviço do plano assistencial	1.708	1.271
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço		
Custo do serviço dos planos previdenciários	287	407
Custo do serviço do plano assistencial	1.278	1.700

20.4.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2026	237.480	120.086	28.377	385.943
2027	240.340	122.910	30.185	393.435
2028	242.791	125.812	32.596	401.199
2029	244.778	128.619	35.511	408.908
2030	246.417	131.329	38.381	416.127
2031 a 2055	4.562.081	3.488.642	1.728.492	9.779.215

20.4.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

Consolidado	Meta para 2026 (a)	2025
Renda fixa	83,4 %	83,4 %
Renda variável	2,9 %	3,3 %
Empréstimos	1,3 %	1,3 %
Investimentos imobiliários	3,6 %	3,2 %
Investimentos estruturados	7,3 %	7,3 %
Investimentos no exterior	1,5 %	1,5 %
	100,00 %	100,00 %

(a) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

Consolidado	Plano Unificado		Plano III	
	meta para 2026	mínimo	meta para 2026	mínimo
Renda fixa	85,6 %	67 %	79 %	62 %
Renda variável	1,3 %	0,5 %	4 %	2 %
Empréstimos	0,5 %	0 %	2 %	0 %
Investimentos imobiliários	5,6 %	2 %	3 %	1 %
Investimentos estruturados	7 %	3 %	10 %	5 %
Investimentos no exterior	0 %	0 %	2 %	1 %

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

21. Pesquisa e Desenvolvimento

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	31.12.2025	31.12.2024
FNDCT	–	2.146	2.146	2.014
MME	–	1.073	1.073	1.007
P&D	223	–	223	10.546
	223	3.219	3.442	13.567

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	31.12.2025	31.12.2024
FNDCT	–	2.785	–	2.785	2.399
MME	–	1.392	–	1.392	1.199
P&D	11.360	–	7.442	18.802	21.390
	11.360	4.177	7.442	22.979	24.988
			Circulante	15.239	17.971
			Não circulante	7.740	7.017

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

21.1. Mutação dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2024	1.146	573	53.411	55.130
Constituições	11.399	5.699	11.399	28.497
Juros (NE nº 29)	–	–	1	1
Recolhimentos	(10.531)	(5.265)	–	(15.796)
Conclusões	–	–	(54.265)	(54.265)
Em 31.12.2024	2.014	1.007	10.546	13.567
Constituições	12.173	6.086	12.173	30.432
Transferências para o ativo	–	–	(10.037)	(10.037)
Recolhimentos	(12.041)	(6.020)	–	(18.061)
Conclusões	–	–	(12.459)	(12.459)
Em 31.12.2025	2.146	1.073	223	3.442

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2024	1.374	687	62.501	64.562
Constituições	13.725	6.860	13.726	34.311
Juros (NE nº 29)	–	–	622	622
Recolhimentos	(12.700)	(6.348)	(1.194)	(20.242)
Conclusões	–	–	(54.265)	(54.265)
Em 31.12.2024	2.399	1.199	21.390	24.988
Efeito de combinação de negócios (a)	216	108	4.609	4.933
Constituições	15.444	7.720	15.440	38.604
Juros (NE nº 29)	–	–	825	825
Transferências para o ativo	–	–	(10.036)	(10.036)
Recolhimentos	(15.274)	(7.635)	(967)	(23.876)
Conclusões	–	–	(12.459)	(12.459)
Em 31.12.2025	2.785	1.392	18.802	22.979

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

22. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	31.12.2025	31.12.2024
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	06.2049	5,65% a.a.	47.547	23.733
UHE Baixo Iguaçu (NE 36.3)	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	–	9.686
UHE Salto Caxias	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	78.809	69.404
UHE Segredo	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	78.475	69.341
UHE Foz do Areia	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	71.562	71.198
					276.393	243.362
				Circulante	41.992	6.759
				Não circulante	234.401	236.603

(a) Em maio de 2025 a Copel GeT passou a deter 100% da UHE Mauá, conforme detalhado na NE nº 1.2.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido pelo IPCA, conforme definido no contrato de concessão.

22.1. Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	65.160	65.160
Adição (NE nº 15.1)	135.611	205.201
Ajuste a valor presente	2.630	3.349
Variação monetária	7.891	8.780
Pagamentos	(6.344)	(6.344)
Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36)	(32.784)	(32.784)
Em 31.12.2024	172.164	243.362
Efeito de combinação de negócios (a)	24.805	24.805
Adição (NE nº 15.1)	4.973	(1.728)
Ajuste a valor presente	8.862	13.481
Variação monetária	12.212	16.019
Pagamentos	(7.647)	(9.008)
Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36)	(10.538)	(10.538)
Em 31.12.2025	204.831	276.393

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

22.2. Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2026	57.209	37.762
2027	60.979	44.613
2028	60.979	48.257
2029	60.832	52.199
Após 2029	122.912	93.562
	362.911	276.393

23. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

23.1. Direito de uso de ativos

Controladora	Saldo em 1º.01.2025	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	52.671	5.296	(3.693)	54.274
Veículos	27.629	(1.098)	(10.452)	16.079
Equipamentos	7.052	1.536	(2.336)	6.252
	87.352	5.734	(16.481)	76.605

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	52.278	3.894	(3.452)	(49)	52.671
Veículos	11.269	32.159	(11.445)	(4.354)	27.629
Equipamentos	794	8.644	(2.386)	—	7.052
	64.341	44.697	(17.283)	(4.403)	87.352

Consolidado	Saldo em 1º.01.2025	Adições	Amortização	Efeito de combinação de negócios (a)	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	96.674	7.708	(5.326)	788	99.844
Veículos	27.865	(1.088)	(10.658)	—	16.119
Equipamentos	7.052	1.536	(2.336)	—	6.252
	131.591	8.156	(18.320)	788	122.215

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	95.516	6.047	(4.839)	(50)	96.674
Veículos	11.269	32.540	(11.589)	(4.355)	27.865
Equipamentos	794	8.644	(2.386)	—	7.052
	107.579	47.231	(18.814)	(4.405)	131.591

23.2. Passivo de arrendamentos

23.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	69.125	115.393
Adições	44.697	47.231
Encargos	9.640	12.679
Pagamento - principal	(15.156)	(15.775)
Pagamento - encargos	(9.640)	(12.678)
Baixas	(4.911)	(4.995)
Em 31.12.2024	93.755	141.855
Efeito da combinação de negócios (a)	—	877
Adições	5.734	8.156
Encargos	9.651	12.835
Pagamento - principal	(14.221)	(15.153)
Pagamento - encargos	(9.651)	(12.834)
Em 31.12.2025	85.268	135.736
	Circulante	12.753
	Não circulante	72.515
		13.745
		121.991

(a) Saldos adquiridos na combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 4,55% a 15,55% a.a. para o consolidado e 10,00% a 15,55% para a Controladora.

23.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Controladora	Consolidado
31.12.2025		
2027	17.688	21.866
2028	11.940	15.721
2029	7.742	11.523
2030	7.677	11.458
2031	7.677	11.458
Após 2031	71.017	163.589
Valores não descontados	123.741	235.615
Juros embutidos	(51.226)	(113.624)
Saldo passivo arrendamento	72.515	121.991

23.2.3. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Valor Presente	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	144.770	85.268	260.864	135.736
Pis/Cofins potencial	13.391	7.887	13.468	7.957

23.3. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Controladora	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	85.268	75.526	-11,43%
Direito de uso de ativos	76.605	57.259	-25,25%
Despesa Financeira	9.651	7.808	-19,10%
Despesa de amortização	16.481	11.867	-28,00%

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	135.736	144.718	6,62%
Direito de uso de ativos	122.215	111.728	-8,58%
Despesa Financeira	12.835	11.993	-6,56%
Despesa de amortização	18.320	13.889	-24,19%

Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

23.4. Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2025
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	10.858	45.027	238.192	294.077

Saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis. Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 28.6).

23.5. Recebíveis de arrendamentos

Controladora e Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2025
Compartilhamento de instalações	2.269	9.077	24.580	35.926

24. Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 31.2.7)	—	—	612.111	498.666
Acordo judicial	—	75.600	—	75.600
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	51.500	46.690	51.500	46.690
Alienação de investimentos - adiantamento (a)	22.500	45.000	22.500	45.000
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	22.435	21.682	31.081	30.491
Cauções em garantia	1.847	4.123	2.107	4.224
Hedge (swap) de valor justo	2.716	—	2.716	—
Outras obrigações	12.623	22.138	49.070	74.858
	113.621	215.233	771.085	775.529
Circulante	58.706	161.869	574.795	537.964
Não circulante	54.915	53.364	196.290	237.565

(a) Adiantamento recebido pela venda dos Ativos de Geração de Pequeno Porte, dos quais 50% foram baixados em março de 2025 no fechamento parcial da operação (NE nº 36)

25. Provisões para Litígios e Outras Provisões

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.9 são atendidos.



A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

25.1. Mutação das provisões para litígios e outras provisões

Controladora	Saldo em 1º.01.2025	Resultado				Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Reclassificação (a)	Saldo em Efeito de combinação de negócios (b)	Saldo em 31.12.2025
		Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização monetária					
		Adições	Reversões	Reversões						
Provisões para litígios										
Fiscais	492	2.206	(399)	—	119	—	(1.540)	—	—	878
Trabalhistas	75.468	19.810	(11.034)	—	4.300	—	(28.432)	—	—	60.112
Benefícios a empregados	13.076	790	(751)	—	—	—	(1.687)	—	—	11.428
Cíveis										
Cíveis e direito administrativo	12.605	2.370	(1.142)	—	387	—	(4.297)	170	3.149	13.242
Servidões de passagem	70.664	206	(45)	(5.554)	(375)	19	(1.375)	(1.733)	95	61.902
Desapropriações e patrimoniais	105.427	2.898	(713)	2.169	3.266	(326)	(6.270)	(9.587)	1.224	98.088
Ambientais	54	1.347	—	—	31	—	—	5.000	—	6.432
	188.750	6.821	(1.900)	(3.385)	3.309	(307)	(11.942)	(6.150)	4.468	179.664
Regulatórias	1.454	3.604	(750)	—	1.245	—	(849)	—	—	4.704
Passivo Contingente de Combinação de Negócios	—	(257)	319	—	5.168	—	—	5.027	299.221	309.478
Total de provisões para litígios (NE nº 25.2)	279.240	32.974	(14.515)	(3.385)	14.141	(307)	(44.450)	(1.123)	303.689	566.264
Outras provisões										
Contraprestação contingente (NE nº 25.3)	—	686	—	—	(21.336)	—	—	—	383.115	362.465
	279.240	33.660	(14.515)	(3.385)	(7.195)	(307)	(44.450)	(1.123)	686.804	928.729

- (a) Valores se referem principalmente a reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE n  36).
- (b) Saldos registrados em decorrência da combinação de negócios descrita na NE n  1.2. Do total apresentado, R\$ 383.115 se referem   contraprestação contingente (UHE Colíder), R\$ 299.221 se referem aos passivos contingentes da UHE Mauá e R\$ 4.468 se referem   consolidação dos saldos de provisão pra litígios da UHE Mauá (49%).

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Resultado				Adições no ativo	Quitações	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2024
		Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização Monetária				
		Adições	Reversões	Reversões					
Fiscais	1.004	536	(345)	—	(271)	—	(432)	—	492
Trabalhistas	101.470	41.060	(24.643)	—	(4.266)	—	(38.153)	—	75.468
Benefícios a empregados	11.104	4.429	(1.311)	—	—	—	(1.146)	—	13.076
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	120.857	24.932	(2.272)	—	48.405	8	(7.725)	(171.600)	12.605
Servidões de passagem	88.711	286	(1.977)	(15.308)	—	(1.056)	8	—	70.664
Desapropriações e patrimoniais	111.081	492	(1.967)	3.091	213	(6.136)	(396)	(951)	105.427
Ambientais	544	31	(455)	—	(66)	—	—	—	54
	321.193	25.741	(6.671)	(12.217)	48.552	(7.184)	(8.113)	(172.551)	188.750
Regulatórias	724	5.013	(4.792)	—	514	—	(5)	—	1.454
	435.495	76.779	(37.762)	(12.217)	44.529	(7.184)	(47.849)	(172.551)	279.240

- a) Reclassificação principalmente para Outras contas a pagar (NE n  24).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2025	Resultado				Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Reclassific ação (a)	Saldo em Efeito de combinação de negócios (b)	Saldo em 31.12.2025
		Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização monetária					
		Adições	Reversões	Reversões						
Provisões para litígios										
Fiscais	14.690	2.224	(399)	—	148	—	(1.540)	(14.193)	—	930
Trabalhistas	75.983	20.182	(11.282)	—	4.086	—	(28.727)	—	84	60.326
Benefícios a empregados	13.076	790	(751)	—	—	—	(1.687)	—	—	11.428
Cíveis										
Cíveis e direito administrativo	12.601	2.372	(1.142)	—	387	—	(4.294)	170	3.149	13.243
Servidões de passagem	75.994	206	(45)	(5.554)	(375)	28.828	(4.636)	(1.733)	20.229	112.914
Desapropriações e patrimoniais	106.836	3.403	(813)	2.169	3.279	(793)	(6.272)	(9.487)	1.224	99.546
Ambientais	53	1.408	(5.256)	—	31	—	—	5.000	5.256	6.492
	195.484	7.389	(7.256)	(3.385)	3.322	28.035	(15.202)	(6.050)	29.858	232.195
Regulatórias	1.454	3.604	(750)	—	1.245	—	(849)	—	—	4.704
Passivo Contingente de Combinação de Negócios	—	1.453	(1.532)	—	6.277	—	—	20.816	658.008	685.022
Total de provisões para litígios (NE nº 25.2)	300.687	35.642	(21.970)	(3.385)	15.078	28.035	(48.005)	573	687.950	994.605
Outras provisões										
Contraprestação contingente (NE nº 25.3)	—	686	—	—	(21.336)	—	—	—	383.115	362.465
	300.687	36.328	(21.970)	(3.385)	(6.258)	28.035	(48.005)	573	1.071.065	1.357.070

(a) Valores se referem principalmente a reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

(b) Saldos contabilizados em decorrência da combinação de negócios descrita na NE nº 1.2, inicialmente registrados no total de R\$ 1.071.065 (R\$ 383.115 de contraprestação contingente (UHE Colíder), R\$ 658.008 de passivos contingentes da UHE Mauá e MSG e R\$ 29.942 referente a consolidação dos saldos de provisão para litígios da UHE Mauá (49%) e da MSG) e atualizados até 31.12.2025.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Resultado				Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros (a)	Saldo em 31.12.2024
		Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização Monetária				
		Adições	Reversões	Reversões					
Fiscais	20.612	(4.870)	(345)	—	(270)	—	(610)	173	14.690
Trabalhistas	101.952	41.093	(24.646)	—	(4.230)	—	(38.186)	—	75.983
Benefícios a empregados	11.105	4.429	(1.311)	—	—	—	(1.147)	—	13.076
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	121.142	25.211	(2.515)	—	48.361	(268)	(7.730)	(171.600)	12.601
Servidões de passagem	97.297	285	(1.978)	(15.308)	—	(4.311)	9	—	75.994
Desapropriações e patrimoniais	112.536	491	(2.014)	3.091	214	(6.136)	(395)	(951)	106.836
Ambientais	543	31	(455)	—	(66)	—	—	—	53
	331.518	26.018	(6.962)	(12.217)	48.509	(10.715)	(8.116)	(172.551)	195.484
Regulatórias	725	5.013	(4.793)	—	514	—	(5)	—	1.454
	465.912	71.683	(38.057)	(12.217)	44.523	(10.715)	(48.064)	(172.378)	300.687

(a) Reclassificação principalmente para Outras contas a pagar (NE nº 24).

25.1.1. Passivos contingentes e contraprestação contingente registrados na combinação de negócio

Em decorrência do descruzamento de ativos com a Axia detalhado na NE nº 1.2, foram registrados no passivo da Companhia os valores da contraprestação contingente e dos passivos contingentes das participações adquiridas (UHE Mauá e MSG) na data da combinação de negócios. A contraprestação contingente se refere às ações da UHE Colíder (NE nº 25.3). Com relação aos passivos contingentes, do total de R\$ 358.787 da MSG, R\$ 322.800 se referem a processos de natureza regulatória junto à Aneel que discutem, principalmente, eventos de excludentes de responsabilidade em razão de atrasos no início da operação das linhas de transmissão. Da UHE Mauá, do total de R\$ 299.221, R\$ 292.210 se referem a processos cíveis, principalmente de natureza ambiental decorrentes da construção da usina. Para os passivos da MSG e UHE Mauá foi registrado o ativo indenizável na proporção da participação da Axia antes da combinação de negócios. Estes valores foram atualizados até 31.12.2025.



25.2. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora		Consolidado	
		Provisões para litígios	Passivo contingente	Provisões para litígios	Passivo contingente
		31.12.2025	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2024
Fiscais					
	Impostos federais	344	—	345	—
	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.		315	299	350
	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	257	56.999	54.993	9
	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	222	70	—	264
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	55	34.217	27.320	63
		878	492	91.601	82.612
				930	14.690
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	60.112	75.468	58.261	60.326
Benefícios a empregados	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	11.428	13.076	6.007	11.428
Regulatórias			7.053		13.076
Excludente UHE Colider					
Outras	Discussão relacionada ao processo de excludente de responsabilidade pelo atraso da obra de UHE Colider (NE nº 25.3).	—	—	—	—
	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	4.704	1.454	4.704	1.454
		4.704	1.454	4.704	1.454
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	13.243	12.603	13.245	12.600
Serviços de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usufrupião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	61.899	70.661	112.914	75.992
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usufrupião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	98.090	105.432	99.544	106.839
			1.470		1.470
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstarizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel Get. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	6.432	54	6.492	53
		179.664	188.750	232.195	195.484
Combinação de Negócios	Passivos contingentes de Mauá e MSG registrados em decorrência das combinações de negócios conforme detalhado na NE nº 25.1.1.	309.478	—	685.022	—
		566.264	279.240	994.605	300.687
			796.523		871.773



25.3. Outras provisões - contraprestação contingente

Conforme detalhado na NE nº 1.2, os valores dos litígios relacionados à UHE Colíder que já existiam antes da operação de troca de ativos realizada entre a Copel e a Eletrobras foram registrados como contraprestação contingente no total de R\$ 383.115, dos quais R\$ 354.403 se referiam à ação do excludente de responsabilidade que se trata da discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra de UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM. Esses valores vinham sendo divulgados como passivo contingente até a data da combinação de negócios.

26. Patrimônio Líquido

26.1. Capital social

Em 31.12.2025, o capital social integralizado é de R\$ 6.842.757 (R\$ 6.242.757 em 31.12.2024), composto por ações 6.842.757.424 ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel.

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o aumento de capital social no total de R\$ 600.000 mediante capitalização do Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Em 14.10.2025 a Copel GeT recebeu AFAC no valor de R\$ 550.000 e em dezembro de 2025 houve a liquidação de outorgas do ILP (NE nº 26.4) no total de R\$ 177, a serem integralizados na próxima Assembleia Geral.

26.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2024	498.183	498.183
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	104.752	104.752
Tributos sobre os ajustes	(35.616)	(35.616)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(50.551)	(50.551)
Tributos sobre a realização dos ajustes	17.188	17.188
Variação de participação societária em Controlada		
Passivo atuarial - realização de investimento	3.390	3.390
Em 31.12.2024	537.346	537.346
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(117.027)	(117.027)
Tributos sobre os ajustes	39.788	39.788
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(64.600)	(64.600)
Tributos sobre a realização dos ajustes	21.965	21.965
Em 31.12.2025	417.472	417.472

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído, com contrapartida na conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados. Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

26.3. Lucro líquido por ação

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2025	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2024
Numerador						
Lucro líquido atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	1.783.520	18.898	1.802.418	1.333.697	(11.586)	1.322.111
Denominador						
Média ponderada das ações (em unidades)						
Ações ordinárias	6.645.497.150	6.645.497.150	6.645.497.150	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424
Lucro líquido básico por ação atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	0,26838	0,00284	0,27122	0,21364	(0,00186)	0,21178
Efeito dilutivo programa ILP						
Ações ordinárias	480.811	—	480.811	—	—	—
Lucro líquido diluído por ação atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	0,26836	0,00284	0,27120	0,21364	(0,00186)	0,21178

26.4. Reserva de capital

O saldo da reserva de capital contempla os valores do Plano de Incentivos de Longo Prazo - ILP.

Em 22.04.2024 a Assembleia Geral Extraordinária da Copel aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas e de Ações Restritas por Desempenho (performance shares)” que tem por objetivos: (i) alinhar a remuneração da administração e posições-chave da Companhia aos objetivos de longo prazo da Copel; (ii) atrelar parcela da remuneração à geração de valor da Companhia; (iii) fomentar cultura de meritocracia e alta performance na Companhia; e (iv) reter e atrair talentos que agreguem valor à Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Copel, assessorado pelo Comitê de Gente. Os membros do Conselho de Administração - CAD são elegíveis apenas às outorgas de ações restritas e os Diretores e Empregados são elegíveis a outorgas tanto de ações restritas quanto ações restritas por desempenho.

Outorga de ações restritas (Restricted Shares)

No âmbito do 1º programa do plano de outorga da Copel, poderão ser entregues ações restritas em número correspondente a até 0,2% do Capital Social da Companhia. A aquisição dos direitos ocorre após o transcurso de 2 anos contados da data de outorga, observados os termos e condições previstos no plano, programas e contratos específicos, exceto se de outra forma definido pelo CAD.

As ações recebidas pelos participantes estão sujeitas a período de restrição, a contar de sua entrega, por um período definido pelo CAD, sendo o mínimo de 2 anos a participantes que sejam Conselheiros de Administração. Durante o período de restrição o participante fará jus aos proventos correspondentes as ações, bem como poderá exercer os direitos políticos da ação sem qualquer restrição. Como as ações restritas têm características muito similares às ações da Companhia negociadas no mercado, o valor justo é calculado considerando o próprio valor de mercado das ações, na data de outorga.

Outorga de ações restritas por desempenho (Performance Shares)

No âmbito do 2º e 4º programas do plano de outorga da Copel, poderão ser entregues ações restritas por desempenho em número correspondente a até 0,8% do Capital Social da Copel. A aquisição dos direitos ocorre após o transcurso de 3 anos contados da data de outorga, observados os termos e condições previstos no plano, programas e contratos específicos, podendo o CAD, em caráter excepcional, estabelecer prazo maior. A totalidade ou parcela das ações recebidas pelos participantes poderá estar sujeita a período de restrição, conforme seja definido pelo CAD.

O Programa possui condição de performance vinculada ao TSR (Total Shareholder Return), uma condição de mercado que deve ser incorporada ao cálculo do valor justo dos ativos outorgados. Sendo assim, o cálculo do valor justo utiliza o modelo de Monte Carlo, de forma a incorporar as condições de performance de mercado no valor justo do ativo.

A despesa dos dois programas é reconhecida “pró rata temporis” com início (vesting) na data de assinatura dos contratos, momento em que ambas as partes chegam a um entendimento mútuo acerca dos termos e condições do acordo. O quadro abaixo apresenta o detalhamento das outorgas assinadas até a data destas demonstrações financeiras. A despesa reconhecida no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido está demonstrada na NE n.º 28.2.

Ações outorgadas	Início do "vesting"	Aquisição dos direitos ("vesting date")	Restrição até	Método de cálculo do valor justo	Taxa de juros	Volatilidade	Valor justo R\$	Status
1º Programa 2024 (Restricted Shares)								
17.201	Out.2024	25.10.2025	n/a	Cotação na data de outorga	n/a	n/a	8,19	Liquidada
17.202	Out.2024	25.10.2026	n/a		n/a	n/a	8,19	Em andamento
17.201	Out.2024	25.10.2027	n/a		n/a	n/a	8,19	Em andamento
2º Programa 2024 (Performance Shares)								
159.819	Jun.2025	01.05.2027	28.10.2027	Monte Carlo	10,00% (*)	21,73% (**)	15,41	Em andamento
4º Programa 2025 (Performance Shares)								
451.770	Out.2025	02.05.2028	02.11.2028	Monte Carlo	10,00% (*)	22,46% (**)	15,91	Em andamento

(*) Taxa de juros de longo prazo - Boletim Focus, Banco Central do Brasil.

(**) Calculada pelo desvio padrão dos retornos diários, considerando o histórico do valor da ação (CPLE3), em período proporcional à expectativa de aquisição dos direitos.

Durante o ano de 2025 ocorreram liquidações de parte das ações outorgadas, mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria pela Copel, em conformidade com o plano aprovado pela Companhia. Os valores foram registrados como AFAC e serão integralizados na próxima Assembleia Geral.

26.5. Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.802.418	1.322.111
Reserva legal (5%)	(90.121)	(66.105)
	1.712.297	1.256.006
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JCP) - valor bruto	820.000	500.000
Dividendo adicional proposto	79.446	591.866
	899.446	1.091.866
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Dividendos por ação (em R\$)	0,01161	0,09481
Juros sobre o capital próprio por ação (em R\$)	0,11983	0,08009

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal. O dividendo mínimo obrigatório definido no estatuto é de 25% do lucro líquido e a política de dividendos da Companhia estabeleceu o dividendo mínimo de 75% do lucro líquido.

Em 30.04.2025 a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 591.866, já quitados durante o ano.

Em 30.09.2025, o Conselho de Administração da Copel aprovou a distribuição de proventos intercalares no montante de R\$ 110.000, na forma de juros sobre capital próprio, com base no resultado do primeiro semestre de 2025. Em 19.12.2025, o Conselho de Administração da Copel aprovou a distribuição de proventos no montante de R\$ 710.000, sob a forma de juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: R\$ 632.479 dividendos intercalares, com base no resultado do primeiro semestre de 2025; e R\$ 77.521 dividendos intermediários com base na conta reserva de lucros. Tais montantes serão pagos em data a ser definida na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado de 2025.

Estes valores de dividendos e de JCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2025, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. O montante de R\$ 79.446 de dividendo adicional será proposto em Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre a destinação do resultado de 2025.

26.6. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral.

Em 31.12.2025 o total das reservas de lucros é superior ao capital social da Companhia, porém foi proposto aumento de capital com integralização do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC de R\$ 550.177 para deliberação na Assembleia Geral a se realizar em abril de 2026.

27. Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia elétrica	2.434.251	(204.146)	–	(22.187)	–	2.207.918	2.089.599
Disponibilidade da rede elétrica	1.030.394	(108.559)	–	(91.262)	–	830.573	916.243
Receita de construção	238.869	–	–	–	–	238.869	115.891
Outras receitas operacionais	84.148	(7.742)	(47)	–	(3.286)	73.073	77.168
	3.787.662	(320.447)	(47)	(113.449)	(3.286)	3.350.433	3.198.901

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia elétrica	4.052.718	(305.718)	(17.107)	(27.720)	–	3.702.173	3.373.846
Disponibilidade da rede elétrica	1.316.220	(131.086)	–	(96.107)	–	1.089.027	990.677
Receita de construção	275.626	–	–	–	–	275.626	123.512
Outras receitas operacionais	41.522	(8.082)	(47)	–	(3.286)	30.107	33.484
	5.686.086	(444.886)	(17.154)	(123.827)	(3.286)	5.096.933	4.521.519

27.1. Detalhamento da receita

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia elétrica	2.434.251	2.339.414	4.052.718	3.744.688
Contratos bilaterais	1.360.737	1.353.866	2.100.080	2.072.825
Contratos regulados	687.490	693.977	1.444.729	1.263.727
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	266.467	170.772	388.353	287.337
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	119.557	120.799	119.556	120.799
Disponibilidade da rede elétrica (b)	1.030.394	1.123.845	1.316.220	1.204.097
Receita de operação e manutenção - O&M	478.530	473.624	541.869	490.714
Receita de juros efetivos	551.864	650.221	774.351	713.383
Receita de construção (a)	238.869	115.891	275.626	123.512
Outras receitas operacionais	84.148	88.940	41.522	45.478
Arrendamentos e aluguéis	7.202	7.186	7.468	7.225
Renda da prestação de serviços	75.683	80.557	24.116	31.027
Outras receitas	1.263	1.197	9.938	7.226
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.787.662	3.668.090	5.686.086	5.117.775
(-) Pis/Pasep e Cofins	(320.447)	(315.743)	(444.886)	(411.961)
(-) ICMS	(47)	(12)	(17.154)	(17.473)
(-) ISSQN	(3.286)	(3.534)	(3.286)	(3.534)
(-) Encargos setoriais (NE nº 27.2)	(113.449)	(149.900)	(123.827)	(163.288)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.350.433	3.198.901	5.096.933	4.521.519

(a) No saldo estão contidos os valores de receita e margem de construção além de ganhos ou perdas por eficiência.

(b) Os saldos contemplam os impactos dos ajustes RBSE e dos ajustes de revisão tarifária descritos na NE nº 9.

27.2. Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Conta de desenvolvimento energético - CDE	75.534	78.500	75.534	78.500
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	30.432	28.497	38.604	34.311
Quota para reserva global de reversão - RGR	7.483	42.903	9.689	50.477
	113.449	149.900	123.827	163.288

28. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Custos com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda (NE nº 28.1)	359.304	—	—	—	359.304	115.304
Encargos de uso da rede elétrica	297.887	—	—	—	297.887	355.610
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia	—	—	—	—	—	936
	657.191	—	—	—	657.191	471.850
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (NE nº 28.2)	189.298	—	90.757	—	280.055	332.488
Planos previdenciário e assistencial	43.941	—	23.012	—	66.953	75.515
Material	9.867	—	5.099	—	14.966	15.846
Serviços de terceiros (NE nº 28.3)	86.461	—	52.161	—	138.622	148.397
Perdas estimadas, provisões e reversões (NE nº 28.4)	(2.277)	182	—	28.993	26.898	82.634
Outras receitas (custos e despesas) operacionais (NE nº 28.6)	128.184	—	17.307	(488.388)	(342.897)	(50.150)
	455.474	182	188.336	(459.395)	184.597	604.730
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	304.163	—	15.084	14.232	333.479	396.895
Custo de construção (NE nº 28.5)	199.180	—	—	—	199.180	88.565
	503.343	—	15.084	14.232	532.659	485.460
	1.616.008	182	203.420	(445.163)	1.374.447	1.562.040

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Custos com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda (NE nº 28.1)	478.140	—	—	—	478.140	184.712
Encargos de uso da rede elétrica	510.429	—	—	—	510.429	572.982
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia	—	—	—	—	—	936
	988.569	—	—	—	988.569	758.630
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (NE nº 28.2)	189.298	—	108.526	—	297.824	350.899
Planos previdenciário e assistencial	43.941	—	25.420	—	69.361	78.271
Material	33.275	—	5.086	—	38.361	20.635
Serviços de terceiros (NE nº 28.3)	212.062	—	59.283	—	271.345	285.977
Perdas estimadas, provisões e reversões (NE nº 28.4)	(2.278)	1.226	—	22.503	21.451	79.972
Outras receitas (custos e despesas) operacionais (NE nº 28.6)	124.732	—	22.505	(501.688)	(354.451)	30.181
	601.030	1.226	220.820	(479.185)	343.891	845.935
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	668.973	—	15.371	43.630	727.974	833.140
Custo de construção (NE nº 28.5)	245.239	—	—	—	245.239	95.610
	914.212	—	15.371	43.630	973.213	928.750
	2.503.811	1.226	236.191	(435.555)	2.305.673	2.533.315

28.1. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	18.704	23.860	106.860	63.893
Contratos bilaterais	352.130	80.974	388.885	111.373
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	18.762	17.607	18.762	17.607
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(30.292)	(7.137)	(36.367)	(8.161)
	359.304	115.304	478.140	184.712

28.2. Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal				
Remunerações	145.076	183.299	157.430	196.181
Encargos sociais	48.290	59.739	52.501	64.078
Auxílio alimentação e educação	23.922	28.970	24.011	29.060
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 16.1)	8.708	4.046	8.708	4.046
Incentivos de longo prazo (NE nº 26.4)	933	—	933	—
	226.929	276.054	243.583	293.365
Administradores				
Honorários	4.517	2.128	5.503	3.003
Encargos sociais	1.175	704	1.304	942
Outros gastos	311	58	311	57
Incentivos de longo prazo (NE nº 26.4)	1.066	—	1.066	—
	7.069	2.890	8.184	4.002
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	46.057	53.544	46.057	53.532
	280.055	332.488	297.824	350.899

28.3. Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Manutenção de instalações	30.947	44.586	42.352	61.900
Manutenção do sistema elétrico	44.344	24.325	168.632	133.690
Comunicação, processamento e transmissão de dados	22.866	20.621	23.590	21.244
Consultoria e auditoria	17.340	12.103	23.323	14.418
Outros serviços	23.125	46.762	13.448	54.725
	138.622	148.397	271.345	285.977

28.4. Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para litígios	24.158	39.017	17.664	33.626
Atualização de Contrato de concessão de geração de energia elétrica	(2.278)	(3.591)	(2.278)	(3.591)
Impairment Imobilizado (NE nº 14.4)	—	27.754	—	27.754
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	181	21.498	1.226	24.227
Perdas (reversão de perdas) estimadas em créditos tributários	4.837	(2.044)	4.839	(2.044)
	26.898	82.634	21.451	79.972

28.5. Custo de construção

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Material	125.758	53.768
Serviços de terceiros	104.553	37.175
Pessoal	21.035	16.229
Outros (a)	(6.107)	(11.562)
	245.239	95.610

(a) O saldo contempla valores de reversão de provisões para litígios de servidões de passagem e desapropriações.

28.6. Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	117.002	118.528	156.712	166.235
Seguros	8.815	10.399	23.183	33.030
Arrendamentos e aluguéis	11.126	4.561	27.026	17.745
Taxa de fiscalização da Aneel	18.229	11.524	31.733	18.473
Tributos	11.245	11.040	19.242	14.588
Resultado da alienação de ativos (a)	(348.941)	—	(348.941)	—
Perdas (ganhos) na desativação e alienação de bens (b)	(20.237)	(262.025)	27.163	(286.400)
Resultado da combinação de negócios (NE nº 1.2)	(141.661)	—	(141.661)	—
Ressarcimento por Curtailment (NE nº 31.2.7)	—	—	(95.599)	—
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	1.525	55.823	(53.309)	66.510
	(342.897)	(50.150)	(354.451)	30.181

(a) O saldo contempla o resultado das alienações de ativos descritas nas NEs nº 36.1 e 36.3.

(b) O saldo em 2024 o saldo contempla o ganho pela venda de ativos inservíveis da Copel GeT e FDA.

29. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	179.004	181.761	410.959	345.937
Juros e acréscimos moratórios sobre faturas	25.831	16.679	29.196	17.946
Atualização de depósitos judiciais	9.606	5.119	11.148	5.121
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 22)	760	—	822	—
(-) Pis e Cofins	(10.967)	(10.321)	(14.484)	(12.780)
Outras receitas financeiras	23.107	19.554	43.832	30.388
	227.341	212.792	481.473	386.612
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	1.031.287	677.593	1.365.705	916.949
Atualização monetária de litígios (NE nº 25.1)	(7.195)	44.529	(6.258)	44.523
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 22)	23.407	10.522	31.896	12.129
Juros sobre P&D (NE nº 21)	—	—	825	622
Efeito de swap sobre debêntures (NE nº 24)	2.716	—	2.716	—
Ajuste a valor justo das debêntures (NE nº 19)	9.559	—	9.559	—
Outras despesas financeiras	18.140	14.575	19.939	18.901
	1.077.914	747.219	1.424.382	993.124
Líquido	(850.573)	(534.427)	(942.909)	(606.512)

30. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho. A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 31.12.2025, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.12.2025.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4.

Os segmentos reportáveis na Copel GET são: geração de energia elétrica, que tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e eólica (**GER**) e transmissão de energia elétrica, com atribuição de prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**). Para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

30.1. Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2025	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.732.576	1.389.210	(24.853)	5.096.933
Receita operacional líquida com terceiros	3.732.576	1.389.210	(24.853)	5.096.933
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.674.202)	(656.324)	24.853	(2.305.673)
Energia elétrica comprada para revenda	(478.140)	–	–	(478.140)
Encargos de uso da rede elétrica	(521.540)	–	11.111	(510.429)
Pessoal e administradores	(166.728)	(131.096)	–	(297.824)
Planos previdenciário e assistencial	(38.248)	(31.113)	–	(69.361)
Material	(31.684)	(6.677)	–	(38.361)
Serviços de terceiros	(215.505)	(69.582)	13.742	(271.345)
Depreciação e amortização	(708.545)	(19.429)	–	(727.974)
Provisão para litígios	(12.973)	(4.691)	–	(17.664)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	2.278	–	–	2.278
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(202)	(5.863)	–	(6.065)
Custo de construção	–	(245.239)	–	(245.239)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	497.085	(142.634)	–	354.451
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	18.705	222.637	–	241.342
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	2.077.079	955.523	–	3.032.602
Receitas financeiras	345.892	135.581	–	481.473
Despesas financeiras	(840.588)	(583.794)	–	(1.424.382)
LUCRO OPERACIONAL	1.582.383	507.310	–	2.089.693
Imposto de renda e contribuição social	(268.222)	(37.951)	–	(306.173)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	1.314.161	469.359	–	1.783.520
Resultado de operações descontinuadas	18.898	–	–	18.898
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.333.059	469.359	–	1.802.418

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2024	GER	TRA	Reclassificações (a)	Operações inter- segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.387.101	1.144.481	–	(10.063)	4.521.519
Receita operacional líquida com terceiros	3.387.101	1.144.481	–	(10.063)	4.521.519
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.276.191)	(294.568)	27.381	10.063	(2.533.315)
Energia elétrica comprada para revenda	(184.712)	–	–	–	(184.712)
Encargos de uso da rede elétrica	(600.632)	–	17.587	10.063	(572.982)
Pessoal e administradores	(212.982)	(141.041)	3.124	–	(350.899)
Planos previdenciário e assistencial	(46.594)	(32.041)	364	–	(78.271)
Material	(14.943)	(5.711)	19	–	(20.635)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.880)	–	944	–	(936)
Serviços de terceiros	(234.637)	(55.005)	3.665	–	(285.977)
Depreciação e amortização	(816.071)	(17.069)	–	–	(833.140)
Provisão para litígios	(24.459)	(9.343)	176	–	(33.626)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(24.163)	–	–	–	(24.163)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(13.173)	(9.010)	–	–	(22.183)
Custo de construção	–	(95.610)	–	–	(95.610)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(101.945)	70.262	1.502	–	(30.181)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14.431	262.464	–	–	276.895
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.125.341	1.112.377	27.381	–	2.265.099
Receitas financeiras	297.303	90.377	(1.068)	–	386.612
Despesas financeiras	(695.708)	(301.485)	4.069	–	(993.124)
LUCRO OPERACIONAL	726.936	901.269	30.382	–	1.658.587
Imposto de renda e contribuição social	(239.322)	(93.924)	–	–	(333.246)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	487.614	807.345	30.382	–	1.325.341
Resultado de operações descontinuadas	12.005	–	(30.382)	–	(18.377)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	499.619	807.345	–	–	1.306.964

(a) Reclassificações dos valores de operação descontinuada, decorrentes dos desinvestimentos concluídos em 2024.



31. Instrumentos Financeiros

31.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	2	798.150	798.150	511.790	511.790
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	190.081	190.081	149.368	149.368
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	78.673	78.673	75.425	75.425
			1.066.904	1.066.904	736.583	736.583
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		385.367	385.367	379.135	379.135
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		845.219	946.109	821.804	923.084
			1.230.586	1.331.476	1.200.939	1.302.219
Total dos ativos financeiros			2.297.490	2.398.380	1.937.522	2.038.802
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Debêntures (f)	19	2	1.066.281	1.066.281	—	—
Instrumentos financeiros derivativos (h)	24	2	2.716	2.716	—	—
			1.068.997	1.068.997	—	—
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	17		469.171	469.171	461.758	461.758
Empréstimos e financiamentos (e)	18		527.192	1.183.420	2.179.355	2.161.021
Debêntures (f)	19		5.168.363	5.146.506	4.982.090	4.919.743
Contas a pagar vinculadas à concessão (g)	22		204.831	164.550	204.948	198.387
			6.369.557	6.963.647	7.828.151	7.740.909
Total dos passivos financeiros			7.438.554	8.032.644	7.828.151	7.740.909

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	2	2.312.909	2.312.909	1.682.854	1.682.854
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	687.626	687.626	525.926	525.926
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	78.673	78.673	75.425	75.425
			3.079.208	3.079.208	2.284.205	2.284.205
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		715.724	715.724	562.023	562.023
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		845.219	946.109	821.804	923.084
			1.560.943	1.661.833	1.383.827	1.485.107
Total dos ativos financeiros			4.640.151	4.741.041	3.668.032	3.769.312
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Debêntures (e)	19	2	1.066.281	1.066.281	—	—
Instrumentos financeiros derivativos (f)	24	2	2.716	2.716	—	—
			1.068.997	1.068.997	—	—
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	17		562.744	562.744	538.793	538.793
Empréstimos e financiamentos (g)	18		2.635.680	3.238.856	4.399.518	4.374.317
Debêntures (h)	19		7.383.135	7.259.180	5.493.000	5.425.408
Contas a pagar vinculadas à concessão (i)	22		276.393	239.866	276.146	269.538
			10.857.952	11.300.646	10.707.457	10.608.056
Total dos passivos financeiros			11.926.949	12.369.643	10.707.457	10.608.056

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil (NE nº 4.3).
- Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- A metodologia para determinação do valor justo considera a avaliação dos fluxos de caixa contratuais futuros, descontados utilizando curvas de mercado aplicáveis a cada instrumento, refletindo as condições contratuais específicas e demais fatores de mercado vigentes na data de apuração.
- O valor justo dos contratos de swap é apurado pela diferença entre o valor presente dos fluxos futuros projetados das pontas ativa e passiva da operação, descontados com base nas curvas de mercado pertinentes, considerando as condições contratuais e demais fatores de mercado vigentes na data de apuração.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado, exceto para os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.



- i) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 9,52% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

31.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

31.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	798.150	511.790	2.312.909	1.682.854
Títulos e valores mobiliários (a)	190.081	149.368	687.626	525.926
Clientes (b)	385.367	379.135	715.724	562.023
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (c)	845.219	821.804	845.219	821.804
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	78.673	75.425	78.673	75.425
	2.297.490	1.937.522	4.640.151	3.668.032

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- d) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021 foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021, posteriormente abarcada pela Resolução Normativa nº 1027/2022, que disciplinou a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais para as UHEs GPS e Mourão, conforme descrito na NE nº 8.2. O MME, por meio da Portaria nº 845/2025, abriu a Consulta Pública MME nº 190/2025, com o objetivo de receber contribuições para minuta de Portaria contendo as diretrizes a serem observadas na condução do processo para reconhecimento dos investimentos, complementares aos do projeto básico (art. 2º do Decreto nº 7.850/2012), com impacto direto na forma de pagamento de indenização devida aos concessionários, ao término do período de vigência dos contratos de concessão. A Consulta Pública ficou aberta para contribuições até 18.08.2025 e não foi concluída até o presente momento. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

31.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2025							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	9.584	19.372	83.627	1.352.303	555.988	2.020.874
Debêntures	NE nº 19	97.779	123.725	1.116.449	3.639.288	3.614.542	8.591.783
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.261	6.521	29.597	172.712	57.482	269.573
Fornecedores	—	128.814	202.403	4.413	133.541	—	469.171
Passivo de arrendamentos	NE nº 23	1.423	2.575	10.179	34.491	93.986	142.654
		240.861	354.596	1.244.265	5.332.335	4.321.998	11.494.055

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2025							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	29.762	62.931	273.651	2.335.418	2.503.324	5.205.086
Debêntures	NE nº 19	98.993	126.399	1.408.882	4.910.147	6.259.937	12.804.358
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.855	9.710	44.014	244.884	55.810	359.273
Fornecedores	—	211.278	203.501	14.425	133.540	—	562.744
Passivo de arrendamentos	NE nº 23	1.743	3.198	12.954	49.376	258.359	325.630
		346.631	405.739	1.753.926	7.673.365	9.077.430	19.257.091

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 18.3 e 19.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

31.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. Em 2025 a Companhia celebrou alguns contratos de derivativos para cobrir o risco de incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e segue monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado a fim de observar eventual necessidade de outras contratações.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos

seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25%, IPCA – 4,00%, IGP-M – 3,87%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,64% calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Controladora Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	190.081	23.285	17.468	11.652
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	923.892	36.956	27.717	18.478
		1.113.973	60.241	45.185	30.130
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(77.560)	(6.699)	(8.374)	(10.049)
BNDES	Alta IPCA	(395.665)	(15.827)	(19.783)	(23.740)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(53.967)	(4.661)	(5.827)	(6.992)
Debêntures (a)	Alta CDI/Selic	(4.363.808)	(534.566)	(668.208)	(801.850)
Debêntures	Alta IPCA	(1.873.552)	(74.942)	(93.678)	(112.413)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(204.831)	(8.193)	(10.242)	(12.290)
		(6.969.383)	(644.888)	(806.112)	(967.334)

(a) Saldo contempla valores de hedge registrados na rubrica de Outras contas a pagar (NE nº 24).

Consolidado Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	687.626	84.231	63.190	42.148
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	923.892	36.956	27.717	18.478
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Baixa IPCA				
		1.611.518	121.187	90.907	60.626
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(718.767)	(62.082)	(77.603)	(93.124)
BNDES	Alta IPCA	(395.665)	(15.827)	(19.783)	(23.740)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(1.467.281)	(58.691)	(73.364)	(88.037)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(53.967)	(4.661)	(5.827)	(6.992)
Debêntures (a)	Alta CDI/Selic	(4.363.808)	(534.566)	(668.208)	(801.850)
Debêntures	Alta IPCA	(4.022.693)	(160.908)	(201.135)	(241.362)
Debêntures	Alta TJLP	(65.631)	(5.669)	(7.086)	(8.503)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(276.393)	(11.056)	(13.820)	(16.584)
		(11.364.205)	(853.460)	(1.066.826)	(1.280.192)

(a) Saldo contempla valores de hedge registrados na rubrica de Outras contas a pagar (NE nº 24).

31.2.4. Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no País atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2024 e 2025, estima-se que o risco de falta de energia em 2026 seja baixo até em função do nível dos reservatórios dentro da normalidade para este período do ano.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

31.2.5. Risco quanto aos impactos do GSF (*Generation Scaling Factor*)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia, a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras. Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia. Para os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pela UHE Mauá.

31.2.6. Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 e Lei nº 15.269/2025. As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga de novo contrato de concessão de geração de energia elétrica associada à privatização de concessionária sob controle direto ou indireto da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município. Em 19.11.2024, foram celebrados com o Poder Concedente os novos Contratos de Concessão nº(s) 01/2024 e 02/2024 das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia"), Governador Ney Braga - GNB ("Segredo") e Governador José Richa - GJR ("Salto Caxias") pelo prazo de 30 anos, decorrente do processo de transformação da Copel em "Corporação".

Em 24.11.2025, um novo marco legal resultante da conversão em lei da medida provisória 1.304/2025 trouxe novos comandos aplicáveis às outorgas de determinados empreendimentos de geração. A Lei nº 15.269/2025 estabeleceu novas condições para a prorrogação de empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 50 MW, outorgados antes de 11.12.2003. Com base no novo dispositivo, o Poder Concedente poderá prorrogar ou licitar a concessão de geração, a seu critério, por prazo de até 30 anos, estabelecendo o valor estimado da concessão, sendo que 50% desse valor será destinado à CDE. Além disso, parte da energia elétrica poderá ser destinada ao ambiente de contratação regulada enquanto a concessionária deverá assumir o risco hidrológico.

O Despacho Aneel nº 912/2025 apurou compensação mediante conversão dos efeitos financeiros em prazo de extensão de outorga para os titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Constataram da Resolução Homologatória nº 3.439, de 1º.04.2025 as seguintes usinas da Copel GeT: PCH Bela Vista, Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM), Salto Caxias (GJR), Segredo (GNB) e Capivari- Cachoeira (GPS). O prazo médio ponderado pela garantia física de cada usina elegível foi de aproximadamente três dias.

Quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel. Atualmente, a regulamentação do Decreto está em discussão, por meio de Consulta Pública disponibilizada à sociedade pela Aneel.

Os prazos das concessões de geração e transmissão da Companhia e de suas participações societárias estão apresentados na NE nº 2.

31.2.7. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 24. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Copel GeT está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria da Copel GET, a Companhia deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob controle da Copel GeT, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a Companhia apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 273.382 no resultado de 2025, dos quais R\$ 170.125 foram registrados na receita operacional líquida, R\$ 95.599 na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e R\$ 7.658 na receita financeira.

31.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos (a)	524.820	1.663.956	2.615.895	3.865.090
Debêntures	6.192.884	4.949.305	8.345.641	5.442.269
(-) Caixa e equivalentes de caixa (a)	(798.150)	(511.790)	(2.312.909)	(1.682.854)
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	(135.330)	(79.805)	(608.370)	(434.379)
Dívida líquida ajustada	5.784.224	6.021.666	8.040.257	7.190.126
Patrimônio líquido	15.104.658	14.239.413	15.104.658	14.239.413
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,38	0,42	0,53	0,50

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 12,52% a.a. (11,46% a.a. em 31.12.2024), o que equivale a 84,05% do CDI (94,35% do CDI em 2024).

32. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas, destacados em linhas específicas do balanço patrimonial, que se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	1.170	786	1.170	786
Controladas				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	36	30	–	–
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	46	41	–	–
Uirapuru	47	42		
FDA Energia	1.178	386	–	–
Bela Vista	70	105		
Eólicas	2.064	2.783	–	–
Mata de Santa Genebra	343	322	–	322
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	10.875	13.007	10.875	13.007
Copel Comercialização S.A.	192	162	192	162
	16.021	17.664	12.237	14.277
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	10.602	1.241	10.602	1.241
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	5.101	9.569	6.691	10.752
	15.703	10.810	17.293	11.993

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Entidades com influência significativa								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	4	37	-	-	-	-	-	-
BNDES e BNDESPAR (b)								
Financiamentos (NE nº 18)	-	-	1.114.432	1.288.970	-	-	(187.541)	(164.421)
Debêntures (NE nº 19)	-	-	65.631	183.225	-	-	(13.079)	(23.509)
Controladora								
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	798.299	1.699.433	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	10.269	7.745	-	-	84.071	70.216	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	154.269	166.831	-	-	1.881.564	1.933.600	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	13.819	16.940	-	-	(308.335)	(98.291)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (c)	178	170	-	-	1.120	1.073	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	19.673	2.836	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (d)	864	402	-	-	5.098	4.726	-	-
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	4.002	3.149	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia - Dividendos	16.787	14.045	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	28.107	34.017	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia - Dividendos	6.938	6.635	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	62.901	9.600	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (e)	-	-	-	1.312	-	-	(3.572)	(14.527)
Foz do Chopim Energética Ltda. (f)	-	-	-	-	-	1.456	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 28.2)	-	-	-	-	-	-	(8.184)	(4.002)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 20.2)	-	-	-	-	-	-	(304)	(389)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	61.478	57.678	-	-	(5.885)	(5.576)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 20.2)	-	-	458.445	328.977	-	-	-	-
Lactec (g)	4	-	119	5	-	-	(1.470)	(1.034)
Simepar (h)	-	-	-	370	-	-	(4.735)	(4.993)

- (a) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- (b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurús IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 19).
- (c) Contratos de serviços firmados entre a Copel GeT e a Elejor com vencimento em 30.09.2026.
- (d) Contrato firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia, com vencimento em 10.05.2026.
- (e) Contratos de compra e venda de energia da Copel GeT com a Dona Francisca Energética S.A., coligada da Copel, vencido em 31.03.2025.
- (f) Contratos de operação e manutenção firmados pela Copel GeT, foram encerrados em 31.05.2024.
- (g) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Osci, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel
- (h) O Sistema Meteorológico do Paraná – Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.



A Copel GeT e suas subsidiárias tem contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmados entre si, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A Copel GeT e suas controladas possuem contratos com a Copel Comercialização que totalizam R\$ 348.404 em compromissos de compra (R\$ 192.275 em 31.12.2024 com a Copel COM e com Dona Francisca, coligada da Copel) e R\$ 6.091.794 (R\$ 5.947.971 em 31.12.2024) em compromissos de venda de energia.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

32.1. Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

As garantias concedidas pela Copel GeT e sua Controladora, Copel, na emissão de financiamentos e debêntures de suas controladas são informados nas NEs nºs 18 e 19 e nas operações efetuadas pelos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Saldo (a)	% participação
Caiuá Transmissora	Financiamento BNDES	16.455	49,0
Cantareira Transmissora	Debêntures	71.767	49,0
	Financiamento	299.058	
Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	210.093	49,0
	Debêntures	91.024	
Matrinchã Transmissora (b)	Financiamento BNDES	172.732	49,0
	Debêntures (2ª)	263.226	
	Debêntures (3ª)		
IMTE Transmissora	Financiamento	23.146	49,0
Paranaíba Transmissora	Financiamento	289.101	24,5
	Debêntures	36.067	

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

Ainda, a Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, que totalizam R\$ 716 em 31.12.2025 (R\$ 4.261 em 31.12.2024).

33. Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Contratos de compra e transporte de energia	12.515.387	12.755.758
Reforços e melhorias nas instalações de transmissão	259.213	310.665
Modernização da UHE GPS	209.734	215.573
Aquisição de ativo imobilizado e melhoria nas usinas eólicas	1.830	25.673

34. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	4.972.171
Riscos Operacionais - PCH Bela Vista	28.05.2027	180.075
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	24.08.2026	2.334.953
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	28.05.2027	2.582.541
Riscos Operacionais - Aventura e SRMN	28.05.2027	1.757.854
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	28.05.2027	1.518.217
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.05.2027	1.292.937
Garantia Judicial	10.08.2026	683.415
Riscos Operacionais - São Bento	28.05.2027	919.240
Riscos Operacionais - Jandaíra	28.05.2027	664.953

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento e riscos diversos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O.

Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

35. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

35.1. Transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Aquisições do ativo imobilizado (a)	379	122	2.071	1.738
Adições de direito de uso de ativos (b)	5.734	44.697	8.156	47.231
	6.113	44.819	10.227	48.969

(a) Correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

(b) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE nº 23).

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

36. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em atendimento às diretrizes do Planejamento Estratégico Empresarial da Copel - Visão 2030 quanto à descarbonização do seu portfólio de ativos, priorização de investimentos, ações diretamente ligadas ao seu core business (energia elétrica), concentração em ativos de maior porte e melhoria na eficiência operacional, a Copel vem efetuando desinvestimentos e reciclagem de ativos e participações.

36.1. Ativos de Geração de Pequeno Porte

Em 2024 foi iniciado o desinvestimento de 13 ativos de geração de pequeno porte da subsidiária integral Copel GeT. Em 25.11.2024 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças - CCVA com a Electra Hydra/Intrepid, no valor total de R\$ 450.492, correspondente ao *equity value* dos 13 ativos, a ser corrigido conforme previsão contratual. Em atendimento ao disposto no CCVA, foram criadas 13 SPEs, subsidiárias da Copel GeT, para alocação dos ativos e passivos associados e posterior transferência das ações das SPEs para a compradora.

Em 31.03.2025, 30.04.2025 e 10.07.2025 foram concluídos os desinvestimentos de 12 SPEs, no valor contratual de R\$ 425.315, integralmente recebidos em 2025. Em decorrência destes três fechamentos a Copel GeT apurou um ganho de R\$ 205.238, registrado na rubrica de outras receitas, custos e despesas líquidos.

Estes desinvestimentos ocorreram após o cumprimento de todas as condições precedentes relacionadas aos ativos envolvidos em cada fechamento e nas datas de conclusão a Copel GeT transferiu a titularidade das ações das 12 SPEs para a adquirente. A conclusão do desinvestimento do último ativo (UTE Figueira) está condicionada à satisfação de condições precedentes, entre elas a extinção da concessão que está em avaliação pelo MME.

36.2. Descruzamento de Ativos

Em dezembro de 2024 a Copel GeT celebrou o contrato de descruzamento de ativos com a Eletrobras de modo que os saldos da UHE Colíder foram reclassificados para ativos e passivos mantidos para venda, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2024. Em 30.05.2025 a operação foi concluída, conforme detalhamento da combinação de negócios apresentado na NE nº 1.2.

36.3. UHE Baixo Iguaçu

Em 21.02.2025, conforme Fato Relevante 01/25, a Copel GeT exerceu o direito de preferência para aquisição da totalidade das ações da Geração Céu Azul S.A. (Céu Azul), detentora de 70% do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI, que explora a UHE Baixo Iguaçu, pelo *equity value* de R\$ 984.000. O compromisso de aquisição foi contratado por adesão ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA 1) que já havia sido negociado entre Neoenergia, antiga proprietária da Céu Azul, e o potencial comprador original desta participação.

Após o exercício do direito de preferência, na mesma data a Copel GeT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças junto à DK Holding Investments, S.R.O. (CCVA 2), por meio do qual a Copel GeT se comprometeu a alienar à compradora: (i) a totalidade da referida participação acionária na Céu Azul, da qual a Copel GeT passou a ser titular no fechamento da operação prevista no CCVA 1, e (ii) sua participação minoritária de 30% no CEBI, pelo *equity value* de R\$ 570.000.

Em 30.06.2025, conforme Fato Relevante 05/25, após cumpridas todas as condições precedentes, Copel GeT e Neoenergia concluíram a operação acordada no CCVA 1, de modo que a Copel GeT passou a deter a totalidade das ações do capital social da Céu Azul pelo valor de R\$ 1.060.804. Deste modo, a Copel GeT pode prosseguir com o fechamento do CCVA 2 junto à ENERGO-PRO PARTICIPAÇÕES S.A., sucessora da DK Holding Investments, S.R.O.

Em 22.10.2025, conforme Fato Relevante 10/25, após o cumprimento de todas as condições precedentes e a obtenção das aprovações pelos órgãos competentes, a Copel GeT concluiu a operação de desinvestimento na UHE Baixo Iguaçu. O *equity value* da operação totalizou R\$ 1.683.334, dos quais R\$ 155.400 foram adiantados em fevereiro de 2025, R\$ 1.517.934 foram creditados na data do fechamento e os R\$ 10.000 restantes foram quitados em 30.12.2025. O ganho decorrente desse desinvestimento foi de R\$ 143.409, registrado no quarto trimestre na rubrica de outras receitas, custos e despesas líquidos. Nesta data de conclusão da operação a Copel GeT transferiu para a adquirente a titularidade das ações da Céu Azul bem como a sua participação de 30% no CEBI.

36.4. Saldos classificados como mantidos para venda

A composição dos ativos e passivos classificados como mantidos para venda, ajustados pela cessação da depreciação e amortização, estão apresentados a seguir:

Consolidado	Ativos de Geração de Pequeno Porte	31.12.2025	UHE Colíder	Ativos de Geração de Pequeno Porte	31.12.2024
Ativos classificados como mantidos para venda					
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	13	13
Imobilizado	25.177	25.177	1.602.581	245.844	1.848.425
Intangível	–	–	16.762	16.626	33.388
	25.177	25.177	1.619.343	262.483	1.881.826
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda					
Empréstimos e financiamentos	–	–	484.981	22.695	507.676
Contas a pagar vinculadas à concessão	–	–	32.505	280	32.785
Provisões para litígios	–	–	–	951	951
	–	–	517.486	23.926	541.412

36.5. Operações Descontinuadas

Os ativos de geração de pequeno porte, a UHE Colíder e a parte da UHE Baixo Iguaçu pertencente à Copel GeT não representam uma linha separada de negócios ou uma área geográfica de operações bem como não constituem uma subsidiária adquirida exclusivamente para revenda e, portanto, não tem seus resultados divulgados como operação descontinuada. A Companhia continua suas atividades no segmento de geração de energia. Os resultados da Céu Azul a partir de 1º.07.2025, no total de R\$ 18.898, são divulgados como operação descontinuada tendo em vista se tratar de uma controlada adquirida para revenda.

As receitas, custos e despesas decorrentes dos desinvestimentos da UEGA e Compagas realizados em 2024, divulgados como operação descontinuada, estão detalhados nos quadros a seguir.



Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora	Consolidado
	31.12.2024	31.12.2024
Custos Operacionais	-	(21.337)
Lucro operacional bruto	-	(21.337)
Despesas gerais e administrativas	-	(4.884)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(1.160)
Resultado da equivalência patrimonial	(23.590)	-
	(23.590)	(6.044)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	(23.590)	(27.381)
Resultado Financeiro	-	(3.000)
Lucro (prejuízo) operacional	(23.590)	(30.381)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido (prejuízo)	(23.590)	(30.381)
Ganho na operação de venda de participação	23.042	23.042
Imposto de renda e contribuição social	(11.038)	(11.038)
Resultado abrangente da operação descontinuada	(11.586)	(18.377)

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do resultado da operação descontinuada. Os montantes de eliminações de custos e despesas *intercompany* de 2024 se referem principalmente aos serviços de operação e manutenção da Copel GET, e à atualização monetária de dividendos da UEGA.

	31.12.2024
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à controladora	(11.586)
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à não controladores	(15.147)
	(26.733)
(+) Eliminações de Custos/Despesas intercompany	8.356
Resultado de operação descontinuada consolidado	(18.377)

Os quadros a seguir apresentam as demonstrações dos fluxos de caixa e de valor adicionado da UEGA em 2024.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora	Consolidado
	31.12.2024	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo)	(23.590)	(30.381)
Ajustes ao lucro	23.590	5.052
Dividendos recebidos	27.651	27.651
Variações de ativos e passivos	-	(10.774)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	27.651	(8.452)
Aportes em investimentos	(13)	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	(110)
Recebimento pela alienação	152.417	152.417
Fluxo de caixa das atividades de investimento	152.404	152.307
Ingressos de mútuos	-	14.500
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	14.500
Variação no caixa e equivalentes de caixa	180.055	158.355

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora	Consolidado
	31.12.2024	31.12.2024
Valor Adicionado a Distribuir		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	(25.017)
(+) Valor adicionado transferido	(548)	24.109
	(548)	(908)
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	-	3.030
Governo	-	13
Terceiros	-	3.388
Acionistas	(548)	(7.339)
	(548)	(908)



37. Eventos subsequentes

37.1. Emissão de debêntures

Em 27.01.2026, a Copel GeT efetuou a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única no montante de R\$ 1.200.000, para investimentos ou reembolso de investimentos, conforme detalhamento constante na Escritura de Emissão. A remuneração corresponde à variação do IPCA + 7,1841% a.a., com prazo de vencimento de 12 anos. A Copel GeT efetuou contratos de swap de taxa de juros para esta emissão de debêntures de modo que o saldo do passivo referente à esta série passou a ter remuneração atrelada à variação de DI.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

MOACIR CARLOS BERTOL

Diretor Geral

FELIPE GUTTERRES RAMELLA

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

YURI MÜLLER LEDRA

Diretor Jurídico e de Compliance

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor de Operação e Manutenção

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo e de Participações

RODOLFO MORAES FONTES LIMA

Diretor de Comercialização

MARIA CRISTINA NAVARRO LINS PAUL

Contadora - CRC-PR-049704/O-9



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, no que se refere à elaboração e à submissão do orçamento de capital à deliberação da Assembleia Geral, apresenta-se, a seguir, a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, a ser apreciada na Assembleia Geral a realizar-se em abril de 2026.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ Mil
Geração e Transmissão (a)	971.560
TOTAL	971.560

(a) Inclui os Complexos Eólicos Brisa Potiguar, Cutia, São Bento, Jandaíra, Vilas, Aventura e Santa Rosa & Novo Mundo e as SPEs FDA (Ger), Bela Vista (Ger), Marumbi (Tra), Costa Oeste (Tra), Uirapuru (Tra) e Mata de Santa Genebra (Tra).

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil
Recursos de Terceiros/Geração própria	81.190
Retenção de Lucros	890.370
TOTAL	971.560

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício de 2025, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025 e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2025, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025, e o Orçamento de Capital para o exercício de 2026, deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

SÉRGIO HENRIQUE DA FONSECA

FILIPE BORDALO DI LUCCIO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, 09 (nove) vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, o qual observa a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2025, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2025 abordou 16 temas principais, somando 85 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se elas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) reuniões realizadas, suas atividades, resultados, conclusões e recomendações feitas ao Conselho de Administração, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, registrando as não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras (“Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário”).

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Na alteração Estatutária de 22.08.2025, aprovada pela 212ª AGE, trouxe ajustes decorrentes da migração da Companhia ao Novo Mercado da B3, concluída em dezembro do mesmo ano. Dentre os principais ajustes atinentes ao Comitê de Auditoria Estatutário, a composição do órgão foi fixada em 03 (três) membros, o número de as reuniões ordinárias foi definido como 09 (nove) anuais, com a possibilidade de extraordinárias, e foram inseridas as atribuições estabelecidas ao Comitê.

Em 2025, o Comitê teve a seguinte composição: (i) eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo); (ii) eleita para o mandato 2025/2027: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Coordenador), Pedro Franco Sales (como membro) e Carlos Biedermann (como membro externo e especialista financeiro). Todos os membros do CAE são independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission* - SEC e pela *New York Stock Exchange* - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário, em sua 226ª Reunião, realizada em 06.11.2020, o CAE designou como Assessor do Comitê o profissional Adilson Dvulathca (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2025

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

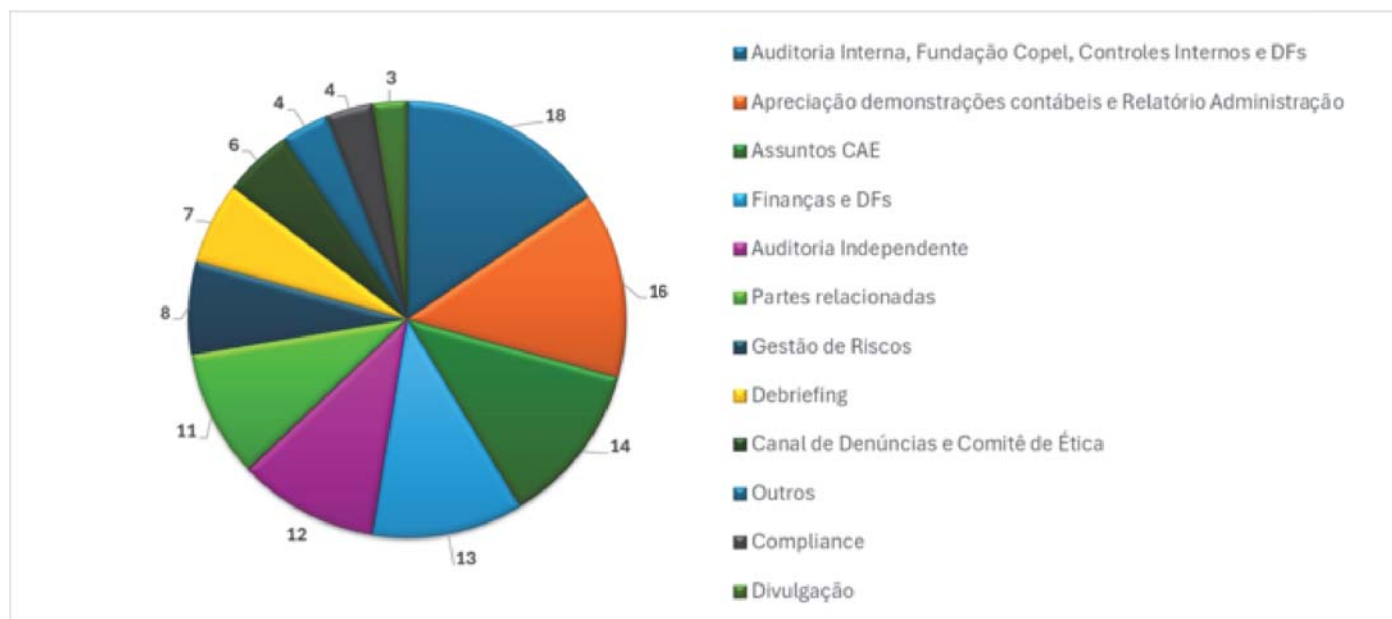
As pautas das reuniões realizadas em 2025 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 115 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2025 pode ser observado no gráfico abaixo:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2025, foram contempladas, em reuniões do CAE, 12 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2025; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2025.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2025, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2025; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2024 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2026, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumariada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2025, foram tratadas 10 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINTE 2024; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2025; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 322ª Reunião, de 09.12.2025, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito do convênio assistencial e atualização dos trabalhos da Fundação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 316ª Reunião, de 17.06.2025, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à Sarbanes-Oxley.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2025, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 8 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa periodicamente, em pauta específica, riscos estratégicos da Companhia. Como exemplo, em 2025 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Comercialização de Energia, Contencioso e Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas).

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de 2025, foram tratadas 11 pautas sobre transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. O Comitê tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a Administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Gestão de Riscos.”

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além da Agenda Temática para 2026.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reportou suas atividades em 2025 mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Vice-Presidências e Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre de as Superintendências, por meio de suas Vice-Presidências ou Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

• Diretoria de Governança, Risco e Compliance

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a proposta de atualização da Política de Integridade e emitiram recomendações, inclusive quanto ao recebimento de brindes, presentes e hospitalidades.

Adicionalmente, por ocasião do reporte do Comitê de Ética e acompanhamento do Canal de Denúncias, o CAE recomendou à administração acompanhamento do tema administração predial e gestão de frotas, entre outras, com análise de fragilidades e os riscos relacionados.

Por ocasião da apresentação do portfólio de riscos do 2º trimestre de 2025, o CAE opinou sobre a classificação de riscos específicos. Já na ocasião em que o portfólio do 4º trimestre foi apresentado, o CAE solicitou unificação de riscos específicos e sua reclassificação. Solicitou, adicionalmente, reporte sobre a interface de gestão de riscos e o planejamento estratégico da Companhia.

Ao longo do exercício, por meio dos reportes periódicos, o CAE acompanhou e discutiu os riscos estratégicos para Companhia. Entre os mais de 40 riscos analisados, destacam-se temas relevantes como Barragens, Cibersegurança, Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas), Contencioso e Comercialização de Energia.

• Auditoria Interna

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna, a metodologia utilizada para elaboração e os trabalhos propostos. Recomendaram análise quanto a suficiência do investimento destinado à capacitação da equipe de Auditoria Interna para o exercício de 2026.

No âmbito do processo de avaliação da Auditoria Interna, os membros do CAE fizeram recomendações quanto a forma de operacionalização do processo, bem como na escala de avaliação apresentada.

• Riscos Temáticos – Resíduo PCB

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a o risco relacionado à Resíduos PCB - (Bifenilas Policloradas). Após apresentação da Copel Distribuição S.A. acerca das iniciativas realizadas pela Companhia, o CAE reforçou a necessidade de manutenção das ações, com vistas à completa eliminação do resíduo, bem como recomendou a continuidade dos reportes ao Comitê ao longo do exercício de 2026 sobre o tema.



- **Cibersegurança**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário, por ocasião do monitoramento da exposição da Companhia aos riscos relacionados à cibersegurança, analisaram os planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos.

Como destaque, o CAE avaliou e fez recomendações para a proposta de alteração da Política de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética, em sua reunião realizada em outubro.

O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

- **SOx – Controles Internos**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário discutiram com a auditoria externa, Price waterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PWC, durante suas interações, os procedimentos de Auditoria Externa, na qual foram abordados, entre outros, o Status da frente de trabalho SOx/ICFR, oportunidade em que o CAE apresentou suas considerações.

O CAE monitora a metodologia adotada para a análise dos controles internos, bem como, a administração da Companhia em relação à sua responsabilidade pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

- **Reforma Tributária**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário receberam informações da administração da Companhia sobre a implantação da Reforma Tributária do Consumo no âmbito das empresas do Grupo Copel. Foram detalhadas as ações de curto e médio prazos, estratégias e impactos.

O CAE fez considerações e recomendou que o assunto retorne periodicamente ao Comitê, inclusive no exercício de 2026.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Coordenador

PEDRO FRANCO SALES

Membro

CARLOS BIEDERMANN

Membro Externo e especialista financeiro

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240, inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2025; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

(assinado eletronicamente)

MOACIR CARLOS BERTOL
Diretor Geral
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE
Diretor de Operação e Manutenção
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo e de Participações
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

RODOLFO MORAES FONTES LIMA
Diretor de Comercialização
Copel Geração e Transmissão S.A.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Copel Geração e Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

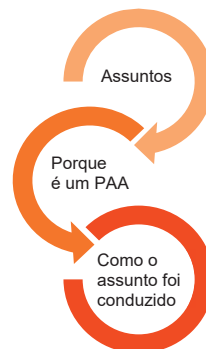
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Copel Geração e Transmissão S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para litígios e passivos contingentes (Notas 4.9 e 25) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão no balanço patrimonial, nos casos em que considera que perdas são prováveis, e divulga os montantes daqueles processos cujas expectativas de perda foram avaliadas como risco possível. As estimativas de perdas dos processos em andamento, envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, que dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode apresentar desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e dos julgamentos adotados pela administração da Companhia.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: - Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração, relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e dos passivos contingentes. - Obtenção das confirmações diretamente de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. - Análise das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências durante o exercício, a fim de identificar a movimentação das principais causas. - Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os julgamentos e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para litígios, bem como as divulgações efetuadas sobre os passivos contingentes, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.



Copel Geração e Transmissão S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinação de Negócios (Nota 1.2)

Conforme descrito na Nota 1.2, em maio de 2025, a Companhia, por meio de sua controlada Copel Geração e Transmissão S.A. concluiu a aquisição de controle da Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá) e da transmissora Mata de Santa Genebra S.A. (MSG). Antes da transação, a UHE Mauá e a MSG eram empreendimentos controlados em conjunto pela Companhia.

O processo de avaliação e mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como da parcela de participação societária detida pela Companhia imediatamente antes da combinação e da contraprestação total, conforme descrito na Nota 1.2, foi conduzido pela administração da Companhia, com o apoio de especialistas.

Devido à relevância da aquisição e a complexidade e julgamentos envolvidos na determinação da data de aquisição efetiva do controle, na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e da contraprestação total, a referida combinação de negócios foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a identificação e avaliação de combinações de negócios.
- Leitura dos contratos e obtenção do entendimento sobre a transação, incluindo a análise da administração sobre a data efetiva de aquisição do controle, e os efeitos contábeis resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Avaliação da competência e a objetividade dos especialistas da Administração para mensuração dos valores justos na combinação de negócios.
- Com auxílio de nossos especialistas em avaliação, analisamos a metodologia utilizada pela Administração na mensuração dos valores justos, avaliamos a razoabilidade dos dados e das principais premissas adotadas, confrontando-os com informações de mercado, quando disponíveis, bem como com os documentos que formalizaram a transação. Também verificamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Administração.
- Leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o registro da referida combinação de negócios são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a



Copel Geração e Transmissão S.A.

procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Copel Geração e Transmissão S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Copel Geração e Transmissão S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Digitally signed by
Guilherme Valle
Signed by: Guilherme Naves Valle DN: cn=Guilherme Naves Valle, o=Guilherme Naves Valle, ou=Guilherme Naves Valle, email=guilherme.naves.valle@pwc.com.br, c=BR
Signing Time: 26 de Fevereiro de 2026 11:42 BRT
O CPM Brasil: Oly Certificado Digital PF A1
C: BR
Versão: 1.2.1.1

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

